

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

**CHAPADÃO DO SUL (MS): um espaço construído no contexto
da soja**

JONAS ROMÃO DA ROCHA
UBERLÂNDIA/MG
2005

JONAS ROMÃO DA ROCHA

**CHAPADÃO DO SUL (MS): um espaço construído no contexto
da soja**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de
Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal
de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do
título de mestre em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território.

Orientadora: Profa. Dra. Vera Lúcia Salazar Pessoa

**Uberlândia/MG
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
2005**

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborado pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de
Catalogação e Classificação - mg / 012/05

R672c Rocha, Jonas Romão da.
 Chapadão do Sul (MS) : um espaço construído no contexto
da soja / \c Jonas Romão da Rocha. - Uberlândia, 2005.

137f. : il.

Orientador: Vera Lúcia Salazar Pessôa.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlân -
dia, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Inclui bibliografia.

1. Geografia agrícola - Teses. 2. Desenvolvimento rural -
Chapadão do Sul (MS) - Teses. 3. Soja - Chapadão do Sul
(MS) - Teses. I. Pessôa, Vera Lúcia Salazar. II. Universidade
Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geo -
grafia. III. Título.

CDU: 911.3: 631(043.3)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Programa de Pós-Graduação em Geografia

JONAS ROMÃO DA ROCHA

Chapadão do Sul (MS): Um Espaço Construído no Contexto da Bacia



Prof(a). Dr(a). Vera Lúcia Salazar Pessoa (Orientadora) - UFU



Prof(a). Dr(a). Celene Cunha Moutinho Antunes Bezerra - UFG



Prof(a). Dr(a). João Cleps Bezerra - UFU

Data: 26 / 08 de 2015

Resultado: aprovado

À Tânia Mara minha esposa, Camila e Antônio Neto meus filhos, pelo tempo deles subtraído.

Aos meus pais, com quem aprendi que o amor a Deus e à família deve ser incondicional, infinito e merecedor de todos os sacrifícios.

A vocês dedico esse trabalho e todas as minhas conquistas.

AGRADECIMENTOS

A Deus, porque o Senhor é meu pastor, por isso nada em minha vida faltará.

À minha orientadora, Professora Vera Lúcia Salazar Pessoa, por sua expressiva contribuição para o êxito deste trabalho, que pacientemente me acompanhou durante toda caminhada, dispensando orientação, ensinamentos e, sobretudo demonstrando carinho e amizade.

À professora Beatriz Soares Ribeiro e professor João Cleps Júnior, pelas valiosas sugestões quando da realização do exame de qualificação.

Às Faculdades Integradas de Cassilândia e Faculdade Vale do Aporé, pelo apoio dispensado.

À Dinorá Ferreira Fázio e Rodrigo Fázio, diretores das Faculdades Integradas de Cassilândia, pelo apoio para a conclusão desse trabalho.

À minha esposa Tânia Mara, pelo auxílio na digitação e revisão ortográfica desse trabalho.

Aos diretores da Escola Estadual São José, Profa. Adélia Dias dos Santos e Prof. Eliseu Martins e da Escola Estadual de Cassilândia, Profa. Ada Paulina Borges Brandão, pela colaboração nas dispensas para conclusão desse curso.

A Romilton Luiz da Silva, assessor técnico estadual do município de Cassilândia-MS, pelo apoio e entendimento nas substituições docente.

Meus agradecimentos também aos demais professores, colegas e funcionários do Instituto de Geografia, em especial aos componentes da Banca Examinadora pelo tempo dedicado à análise científica dessa dissertação.

Aos produtores rurais de Chapadão do Sul que, com seus depoimentos contribuíram bastante para a realização desse trabalho.

Aos colegas da turma de pós graduação, com os quais cultivei amizade e troca de experiências.

RESUMO

As áreas do cerrado brasileiro, a partir da década de 1970, passaram por uma transformação significativa no que se refere ao uso da terra com a introdução do cultivo da soja. Para viabilizar o plantio dessa cultura dois fatores foram importantes: as políticas públicas e os projetos implantados pelo Estado para promover o desenvolvimento econômico dessas áreas. Assim, consolidou-se o projeto de modernização da agricultura desencadeado pela Revolução Verde. Nesse contexto, insere-se a região Centro-Oeste que passou a ser ocupada por colonos vindos do sul do país. De forma específica, no Mato Grosso do Sul, no final da década de 1970, fixaram-se os primeiros colonizadores nas terras que hoje constituem o município de Chapadão do Sul. Uma nova configuração socioespacial se delineava nesta região. Dessa forma, as transformações ocorridas no sistema produtivo com a introdução da modernização da agricultura provocaram mudanças econômicas, sociais, ambientais e culturais no município. Constata-se a substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria, fazendo surgir uma nova divisão do trabalho e uma busca constante pela especialização de produtos devido às transformações da base técnica de produção. Assim, o presente trabalho teve por objetivo conhecer o processo de modernização e desenvolvimento da agricultura implantado no município de Chapadão do Sul – MS, a partir da década de 1980, avaliando as transformações ocorridas.

Palavras-chave: modernização agrícola, desenvolvimento econômico, transformações socioespaciais; Chapadão do Sul (MS).

ABSTRACT

The Brazilian woodsy pastures areas, from the 1970 decade on, went through a significant change concerning the land use with the introduction of soya-bean. To make this culture planting happen, two factors were important: the public policies and the projects established by the Estate to promote economical development in these areas. Thus, the project for the agriculture modernization aroused by the Green Revolution was consolidated. The Middle-West region, which then was occupied by Southern settlers, is inserted in this context. In particular, in Mato Grosso do Sul, the first colonists settled down where it is today the city of Chapadão do Sul, in the final of the 1970 decade. A new social and spacial configuration was delineated in this region. Therefore, the changes in the productive system that took place with the introduction of the agricultural modernization caused economical, social, environmental and cultural changes in the city. We can notice the replacement of the natural economy by agricultural activities integrated to industry, which gave birth to a new division of work and a constant search for the specialization of products due to the changes in the technical basis of production. For all this, the present study aimed to know the modernization process and the agricultural development established in Chapadão do Sul-MS, from the 1980 decade on, evaluating the changes occurred.

Key-words: agricultural modernization; economical development; social and spacial changes; Chapadão do Sul (MS).

LISTA DE FIGURAS

1 - Chapadão do Sul (MS): localização geográfica – 2005	16
2 - Mato Grosso do Sul: localização geográfica – 2005	40
3 - Trajeto da FERRONORTE – 2005	46
4 - Ferrovia Norte Brasil (FERRONORTE) e área de influência – 2005	52
5 - FERRONORTE: terminais para transporte – 2005.....	56
6 - Terminal da FERRONORTE em Chapadão do Sul, km 291	57
7 - Chapadão do Sul (MS): sede da Fazenda Campo Bom – 2005	74
8 - Chapadão do Sul (MS): operários da Fazenda Campo Bom – Curso de Aperfeiçoamento, jan. 2005.....	76
9 - Localização da região do Bolsão Sul Matogrossense	83
10 - Chapadão do Sul (MS): população – 1991 – 2004	84
11- Chapadão do Sul (MS): operário da Fazenda Campo Bom trabalhando com Agrotóxicos – jan. 2005	110
12 - Chapadão do Sul (MS): primeiro plantio de soja – Fazenda Campo Bom – 1977 .	115
13 - Chapadão do Sul (MS) - 2005: lavoura de soja.....	116
14 - Faculdade de Chapadão do Sul (FACHASUL): 2005.....	120
15 - Chapadão do Sul (MS): curso ministrado pela empresa New Holland (jan. 2005)	124

LISTA DE QUADROS

1- Marcos históricos da FERRONORTE	50
2 - Chapadão do Sul: empresas, unidades locais com CNPJ segundo atividades, situação em 1996- 2002.....	121

LISTA DE TABELAS

1 -	Evolução e projeção da produção de grãos na área de influência da FERRONORTE (em 1000 ton) – 1980 – 2017	53
2 -	Chapadão do Sul: estrato de área (ha) das propriedades entrevistadas – 2005.....	77
3 -	Mato Grosso do Sul: área plantada, produção e produtividade – 1990-2003	86
4 -	Chapadão do Sul: principais culturas produzidas (ton e ha) – 1990-2003.....	89
5 -	Mato Grosso do Sul: estrutura fundiária – 1980-1995/6.....	93
6 -	Mato Grosso do Sul, Cassilândia e Chapadão do Sul: utilização das terras – 1985 – 1995/6	95
7 -	Cassilândia e Chapadão do Sul: efetivos da pecuária - 1990 - 2003	97
8 -	Cassilândia e Chapadão do Sul: maquinário utilizado na agricultura –1995/6.....	98
9 -	Cassilândia e Chapadão do Sul: assistência técnica, irrigação, controle de pragas e doenças, conservação do solo e energia nos estabelecimentos – 1995/6	100
10 -	Cassilândia e Chapadão do Sul: pessoal ocupado por categorias- 1995/6.....	102
11 -	Chapadão do Sul: número de escolas e alunos – 1992 – 2005	122

LISTA DE SIGLAS

BNDES -	Banco Nacional Desenvolvimento Econômico Social
BRASAGRO-	Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial
CAI -	Complexo Agroindustrial Brasileiro
CAMPO –	Companhia de Promoção Agrícola
CODESP -	Companhia Docas do Estado de São Paulo
CPAC-	Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado
CREAI -	Crédito Rural do Governo Federal
CTG-	Centro de Tradição Gaúcha
EMBRAPA-	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER-	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FBC-	Fundação Brasil Central
FEPASA-	Ferrovia Paulista S.A
FERROBAN-	Ferrovias Bandeirantes S/A
FERROPASA-	Ferrovia
FERRONORTE-	Ferrovias Norte-Brasil S/A
IBGE-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMI-	Instituto de Circulação de Mercadorias Industrializadas
IDH-	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA-	Instituto Nacional Colonização e Reforma Agrária
JADECO-	Japan – Brasil Agricultural Development Corporation
JICA-	Agência Japonesa de Cooperação e Desenvolvimento Internacional
NOVOESTE-	
PIB-	Produto Interno Bruto
PIN-	Projeto de Integração Nacional
POLOCENTRO-	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PREVI-	Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil
PRODECER-	Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados
SNCR-	Sistema Nacional de Crédito Rural
SUDAM-	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO-	Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E AS TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO EM MATO GROSSO DO SUL.....	21
1.1. O papel das políticas públicas nas transformações do espaço agrário brasileiro: uma reflexão sobre o período 1950-1970	21
1.2. A inserção de Mato Grosso do Sul no processo de modernização e as mudanças ocorridas pós 1970	31
1.3. Modernização, distribuição e circulação da produção: o papel da FERRONORTE ...	44
2. O ESPAÇO RURAL DE CHAPADÃO DO SUL: uma caracterização -1985-2005	59
2.1. Cassilândia/ Chapadão do Sul: “revisitando” sua história	59
2.2. Do “sul” ao Chapadão do Sul: a procura de novas terras pelos migrantes	68
2.3. Características dos proprietários rurais	77
2.4. Chapadão do Sul: a necessidade de ser um município.....	79
2.5. A agricultura e as transformações do espaço agrário de Chapadão do Sul.....	85
2.5.1. O contexto agropecuário: uma “leitura” da realidade regional	85
2.5.2. A estrutura fundiária.....	92
2.5.3. O uso da terra.....	94
2.5.4. As transformações na base técnica da produção	97
2.5.5. As relações de trabalho e as características da mão-de-obra das propriedades de Chapadão	101
3. A SOJA TRANSFORMANDO CHAPADÃO DO SUL.....	104
3.1. A soja conquista Chapadão do Sul	104
3.2. O papel da pesquisa e da tecnologia agrícola em Chapadão do Sul.....	107
3.3. O rural e o urbano: o que mudou com a chegada da soja	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
REFERÊNCIAS.....	129
ANEXO	135
ANEXO A – Roteiro de entrevista – proprietários rurais.....	135

INTRODUÇÃO

O Brasil é um dos países da América Latina que mais reorganizou sua atividade agropecuária, nos últimos quarenta anos, através da utilização das técnicas científicas. A partir dos anos 1960, por meio da difusão de inovações, a modernização da agricultura brasileira se realizou fundamentada no pacote tecnológico para atender à crescente demanda do mercado urbano e à produção de produtos exportáveis, em detrimento da produção de subsistência. Esse novo modelo de agricultura apoiava-se no pacote tecnológico denominado Revolução Verde e tinha

como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção do desenvolvimento de experiência no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas a condições dos diferentes solos e climas resistentes as doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratamentos culturais mais modernos e eficientes (BRUM, 1988, p.44).

A aplicação dos procedimentos e métodos científicos para a realização da produção agropecuária, visando o aumento de produtividade e redução de custos, aperfeiçoou e expandiu o seu processo produtivo, a partir da transformação da base técnica de produção. De acordo com Graziano da Silva (1996, p. 18-19),

o termo modernização tem tido uma utilização muito ampla, referindo-se ora às transformações capitalistas na base técnica da produção ora à passagem de uma agricultura “natural” para uma que utiliza insumos fabricados industrialmente [...] O termo modernização será utilizado para designar o processo de transformação na base técnica da produção agropecuária no pós-guerra a partir das importações de tratores e fertilizantes num esforço de aumentar a produtividade.

Assim, o movimento de mudança da agropecuária brasileira se caracterizou pela substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria, pela intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersetoriais e pela especialização crescente da produção. Nas últimas décadas pode-se presenciar uma crescente integração de capitais

que alteraram as bases produtivas. A indústria passou a comandar o desenvolvimento da agricultura, convertendo-a num ramo de produção industrial. Portanto, não se pode falar em setor agrícola ou industrial separadamente, ambos estão integrados. Hoje, a produção agropecuária moderna existe como realidade em áreas espacialmente restritas, mas as novas formas de produção, distribuição e consumo têm influência direta sobre as condições gerais da agricultura de todo o país.

Nesse contexto, insere-se a região Centro-Oeste. A transferência da capital federal para Brasília, em 1960, exigiu que a região estivesse integrada de modo mais eficiente às demais regiões do país, tornando o Centro-Oeste a região brasileira de maior dinamismo no pós 1980. Suas condições naturais favoráveis, associadas à expansão econômica do país nessa direção, fizeram da região uma importante área agrícola. Seu ritmo de crescimento acelerou-se a partir de 1975, quando iniciou o avanço da agricultura tecnificada sobre os cerrados.

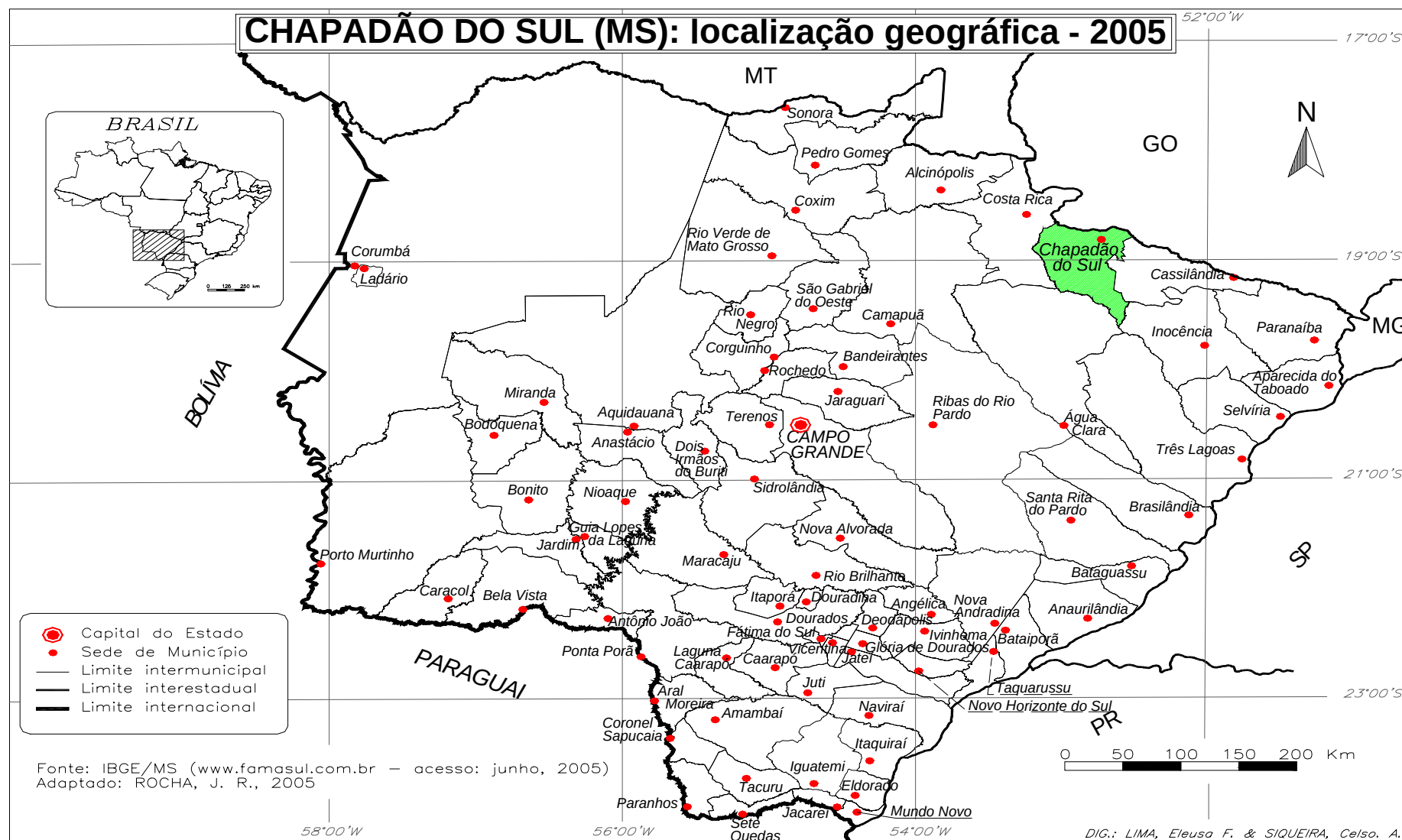
Nesse cenário, as terras do cerrado, especialmente nos estados de Mato Grosso do Sul e Goiás, anteriormente consideradas de baixa fertilidade e sem valor, em que o principal sustentáculo econômico da região era a agricultura tradicional, incorporaram relevante valorização e passaram a ser as terras de agricultura mais moderna do país. Essa região passava por modificações devido ao processo de capitalização do campo que atraiu diversos grupos de produtores, especialmente os sulistas, que ali se instalaram e investiram, fazendo com que os estados tornassem grandes produtores de grãos. Para Hees (1987, p. 198-199),

particularmente, a Região Centro-Oeste oferecia um conjunto de condições bastante propícias à aplicação das medidas preconizadas pelo Governo Federal e que tinham como principal preocupação o aumento da produtividade do setor agrícola. Por sua vez, este objetivo veio ao encontro das recentes conquistas, no campo da tecnologia, que permitiram a exploração do cerrado através de cultivos mecanizados, em grandes propriedades, que ampliaram, consideravelmente, a extensão das áreas ocupadas com lavouras, principalmente daquelas dirigidas à exportação.

Conforme mostra a referida autora, a região Centro-Oeste estava em condições de receber as novas tecnologias, restava apenas encontrar pessoas capazes de encarar a realidade e nela investir.

O conjunto de fatores naturais (clima, solo, relevo muito plano) favoreceu o desenvolvimento agroindustrial e motivaram a partir de 1970, grande fluxo de imigrantes sulistas, possuidores de capital financeiro e de experiência na atividade agrícola, a investirem nas regiões de cerrado. Esses migrantes eram pessoas que habitavam regiões onde o desenvolvimento agrícola já era bastante avançado e o valor das terras se elevava cada vez mais. Diante disso, resolvem sair em busca de áreas aproveitáveis para a agricultura, onde pudessem expandir o seu capital. As grandes propriedades que se instalaram na região cultivam cereais (milho, arroz e, mais recentemente, trigo) e oleaginosas (amendoim e, em especial, soja).

No conjunto dessas transformações socioeconômicas e ambientais destaca-se na porção nordeste de Mato Grosso do Sul, o município de Chapadão do Sul, (Figura 1) que, nas últimas décadas, foi incorporado pela agricultura mecanizada, ocorrendo no seu espaço agrário uma nova configuração socioespacial. O município, a partir da década de 1970, tem experimentado um processo de crescimento socioeconômico e populacional. Processo esse, resultante, em parte, de vários fatores implantados, tais como: o avanço das inovações técnico-científicas, a industrialização e a modernização agrícola, possibilitando o desenvolvimento econômico e diminuindo a utilização da mão-de-obra não qualificada.



O avanço tecnológico promoveu um salto qualitativo e quantitativo no desenvolvimento da agropecuária de ponta. Atualmente, o município, é conhecido como “Entroncamento do Progresso”. Sua base econômica é a agropecuária, que se destaca pelo elevado nível tecnológico na produção, constitui-se em um pólo centralizador de produção de grãos e carnes, sendo que num raio de 200 km da sede do município existem cerca de 600.000 ha de terras agricultáveis. É pólo de investimentos em pesquisa e uso de equipamentos com tecnologia de ponta, colocando-se em posição de destaque no cenário nacional e internacional.

Diante deste processo de modernização, percebe-se no município, o grande aumento das áreas cultivadas, a modernização da frota rural e a diversificação de produtos cultivados, levando-o a ser reconhecido como um grande pólo agroindustrial moderno.

Os imigrantes sulistas que vieram colonizar o município conseguiram, através da utilização de técnicas modernas e apoio de técnicos da EMBRAPA, suprir as deficiências do solo, considerado pobre e improdutivo. Os recursos modernos tornaram os solos produtivos, mudando assim os rumos da produção agropecuária, que hoje se destaca por ter um elevado nível tecnológico na produção.

A partir dessa visão modernista é que os migrantes sulistas encontraram em Chapadão do Sul um espaço amplo para o desenvolvimento agrícola, com possibilidades de aumentar a produtividade das culturas e o capital. O novo espaço encontrado era propício para o desenvolvimento de técnicas, tais como: correção do solo, seleção de sementes, controle de pragas através da utilização de defensivos, uso de máquinas para preparação do solo, tornando a área altamente produtiva, fazendo da região de pouco valor um referencial nacional no setor agroindustrial. Assim, a modernização se consolidava nas terras do Chapadão do Sul.

Dessa forma, as transformações ocorridas no sistema produtivo, com a

introdução da modernização da agricultura, provocaram mudanças econômicas, sociais, ambientais e culturais no município de Chapadão do Sul.

Diante desses fatores surgiu a perspectiva desse estudo sobre o papel da modernização agrícola no município de Chapadão do Sul (MS), pois a região é uma área que sofreu mudanças significativas no contexto agropecuário. Nesse sentido, a pesquisa se propôs a conhecer o processo de modernização e desenvolvimento da agricultura no município, a partir da década de 1980, avaliando as transformações ocorridas.

Para o desenvolvimento da pesquisa, inicialmente, fizemos leituras sobre as temáticas pertinentes à pesquisa e seus objetivos e, dessa forma, após a catalogação das obras encontradas, passamos à fase de seleção dos materiais encontrados. Esses foram lidos, organizados em fichamentos e analisados, consubstanciando o referencial teórico da pesquisa. Utilizamos ainda como parâmetros as informações obtidas em dados de fontes secundárias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com base no recorte temporal os anos de 1980 a 1995/6 (Censos Agropecuários) e 1998 a 2004 (Censos da Produção Agrícola Municipal). Posteriormente, utilizamos a pesquisa documentada em jornais, revistas, internet e outros documentos municipais.

No entanto, alguns obstáculos foram encontrados no que diz respeito à aquisição de dados de safras anteriores, coleta de dados junto aos produtores agrícolas, informações sobre a utilização de agrotóxicos e preservação do meio ambiente, e principalmente, dados referentes aos empregados rurais, vez que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais se encontra desativado no momento da pesquisa. Entretanto, isto não inviabilizou o desenvolvimento do trabalho.

Após a realização das leituras e o conhecimento teórico sobre a realidade da modernização agrícola no município, passamos a organizar o roteiro de entrevista com objetivo de realizar um levantamento qualitativo de informações junto aos proprietários

rurais. Essa etapa da pesquisa efetivou-se a partir do levantamento e seleção de produtores junto ao Sindicato Rural e Fundação de Apoio a Pesquisa. Nesses órgãos, solicitamos a listagem de nomes de proprietários rurais e associados da fundação que realizam a prática da agricultura e pecuária de forma moderna no município. A partir dessas informações, selecionamos 50 proprietários, que correspondem a 50% dos associados, classificando-os em pequenos, médios e grandes produtores, sendo que pequenos são aqueles que possuem propriedade de 0 a 200 hectares, os médios são aqueles que possuem propriedade de 200 a 1000 hectares e os grandes são aqueles que possuem propriedades acima de 1000 hectares, de acordo com o critério adotado pelo Sindicato Rural e Fundação de Apoio à Pesquisa. Também entrevistamos, sem um roteiro pré-estabelecido, antigos moradores, oriundos do sul do país, que chegaram à região no final da década de 1970, o presidente da Fundação de Apoio à Pesquisa Agropecuária de Chapadão do Sul e também da Cooperativa Agropecuária de Chapadão do Sul. Estas informações foram importantes para melhor compreensão da realidade local.

Dentre os proprietários selecionados entrevistamos 09 pequenos, 28 médios e 13 grandes, o presidente do Sindicato Rural e da Fundação de Apoio à Pesquisa Agropecuária. A escolha foi feita com a ajuda do Sindicato Rural. Pretendíamos ainda realizar entrevista com a Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais a fim de verificar a organização destes no município. No entanto, essa não foi possível, vez que o mesmo encontrava-se com dificuldade de funcionamento no momento da pesquisa de campo.

A partir dos resultados obtidos na pesquisa de campo (janeiro, fevereiro e março de 2005) foi possível conhecer uma parte da realidade vivida pelos proprietários rurais do município de Chapadão do Sul e, partindo dessas informações, traçamos o perfil desses produtores em tabelas, gráficos e texto.

A apresentação dessa pesquisa encontra-se estruturada em três capítulos, além da introdução e considerações finais. No primeiro capítulo procuramos apresentar reflexões acerca do processo de modernização da agricultura brasileira e as transformações do espaço agrário nacional e regional. Esse processo de modernização fez com que a agricultura brasileira passasse por uma série de transformações mecânicas, químicas e biológicas, caracterizando assim uma nova fase.

No segundo capítulo, baseado em referencial teórico de caráter regional, abordamos o espaço rural de Chapadão do Sul, fazendo uma caracterização no período de 1985 a 2005, enfatizando a origem e criação do município em virtude da expansão capitalista de produção na agricultura.

Assim, o estudo se pautou em pesquisas bibliográficas, análise de dados de fontes secundárias, como o espaço regional respondeu às novas formas de produção da agricultura moderna, implantada na região pós anos de 1980.

Finalmente, no terceiro capítulo abordamos o significado da agricultura moderna no município de Chapadão do Sul, destacando as alterações ocorridas com o processo de modernização no pós 1980 e as mudanças verificadas no meio rural e urbano, com destaque para a soja, responsável pela ocupação do município, além do papel da pesquisa e tecnologia nesse processo de modernização. A partir desse capítulo, pudemos perceber a importância do processo de modernização da agricultura para o município e verificar as transformações ocorridas nesse espaço com as inovações tecnológicas.

1. A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E AS TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO EM MATO GROSSO DO SUL

1.1. O papel das políticas públicas nas transformações do espaço agrário brasileiro: uma reflexão sobre o período 1950 - 1970

A década de 1950 no Brasil foi marcada por grandes transformações ocorridas em consequência da conjugação do processo de urbanização e industrialização, bem como pela integração e subordinação da economia ao mercado internacional.

Em meio a essas transformações, o Estado brasileiro assumiu o papel de condutor do desenvolvimento nacional, interligando o setor agropecuário ao industrial. Para tanto, criou medidas e políticas que visavam avaliar as mudanças implementadas, proporcionando a integração de setores através da geração de recursos que teriam na sua base o objetivo de promover o desenvolvimento da agricultura, fator essencial para o crescimento industrial.

Nesse período, a agricultura brasileira, apoiada na ação estatal, passa a implementar-se, de forma mais decisiva, através do processo de modernização de sua base técnica, importando tratores e fertilizantes com o objetivo de aumentar a produtividade. Nesse período, os subsídios do governo para máquinas agrícolas e fertilizantes aumentaram apenas gradualmente a oferta, mas o cultivo de algumas culturas, em particular no Sul do país, vinha se mecanizando progressivamente.

Esse processo de modernização foi influenciado pela implantação dos setores industriais produtores de bens de produção e de insumos básicos para a agricultura, incluindo as transformações mecânicas, químicas e biológicas, caracterizando assim uma nova fase da agricultura brasileira.

A agricultura, na tentativa de modernizar-se como diz Kageyama (1990), “industrializa-se” comprando insumos para produzir e “fabricando” matérias primas para outros fins. Essas mudanças não se esgotaram e apresentaram outros desdobramentos tais como a ocorrência do processo de consolidação da indústria nacional, que incluiu a formação de mercados nacionais para produtos agroindustriais e para produtos industriais necessários à produção.

A consolidação do projeto de desenvolvimento industrial associado à agricultura contava com a contribuição do setor agropecuário, que desempenhou papel relevante no processo. Cabia a este setor a responsabilidade de gerar recursos com exportações agrícolas para financiar a industrialização, substituindo as importações; liberar parte da mão-de-obra do campo para atender a demanda de força de trabalho das indústrias; e regular os salários urbanos (RIBEIRO, 2003).

Conforme relata Fernandes Filho e Francis (1997) a modernização da agricultura brasileira foi baseada na Revolução Verde, e tinha como objetivo elevar a base tecnológica existente na agricultura da época, através da intensificação do uso de máquinas e equipamentos agrícolas, insumos, sementes selecionadas, introduzidas como um pacote junto aos agricultores, não se preocupando com as consequências que essas mudanças pudessem ocasionar para o meio ambiente e para a sociedade.

Para que tal processo se desenvolvesse, o Estado brasileiro fez frente como condutor do desenvolvimento nacional, interligando o setor agropecuário ao industrial, através de implantação de políticas e medidas com a finalidade de colocar em prática as mudanças implementadas. No entendimento de Kageyama (1990, p. 114)

o longo processo de transformação da base técnica chamado de modernização, culmina na própria industrialização da agricultura. Esse processo representa a subordinação da natureza ao capital que, gradativamente, liberta o processo de produção agropecuária das condições naturais dadas, passando a fabricá-las sempre que se fizerem necessárias.

A base técnica de produção se internacionaliza, através do pacote industrial para a agricultura, cuja produção passa a ser dependente das máquinas (tratores, equipamentos, máquinas, insumos etc.) Ao mesmo tempo, os pacotes tecnológicos para a produção agrícola introduzem novos tipos de sementes, tratos culturais e práticas agrícolas.

Na opinião de Delgado (1997), o que houve foi um “pacto agrário modernizante e conservador”, que permitira a integração técnica da indústria com a agricultura, reafirmando as oligarquias rurais (latifundiários) e o capital comercial.

Ainda, de acordo com Delgado (1985), a partir de então tem-se a constituição do Complexo Agroindustrial Brasileiro (CAI), denominado ainda por alguns autores de arrancada do processo de industrialização do campo. Esse processo caracteriza-se pela iniciativa da modernização conservadora, gerando a implantação de um setor industrial para produtos de bens de produção para a agricultura.

Portanto, em meados da década de 1970 são fixadas as condições favoráveis para a constituição dos Complexos Agroindustriais (CAI) e a partir daí a agricultura passa a constituir basicamente num ramo da indústria. Desde o fornecimento das sementes, das máquinas e insumos até a determinação do que e em que escala produzir, a que preços, tudo enfim que envolve os agregados do processo produtivo agrícola passa ser ditado pela dinâmica industrial.

O Estado foi o grande responsável pela transformação da base de organização da estrutura produtiva da agricultura brasileira ao longo do período considerado. Isso ocorreu devido a um conjunto de instrumentos incentivadores da agricultura capitalista em escala (crédito subsidiado, proteção do mercado interno, incentivos especiais aos produtos exportáveis, incentivos fiscais). Esses instrumentos foram responsáveis pela expansão industrial no campo.

Para Muller (1981) o desenvolvimento do processo que levou à constituição dos CAI, originou-se de uma “Aliança Tríplice”, formada por interesses do capital internacional, de parte do capital privado nacional, e do próprio Estado. A consolidação desse tripé ocorreu devido ao aparato público de pesquisa, difusão de tecnologia e financiamento.

O governo brasileiro utilizou-se de vários instrumentos para implantar o projeto modernizante para o setor agrícola, com objetivo de atrelar o setor ao processo de desenvolvimento econômico, entre eles, as políticas de crédito rural, pesquisa, assistência técnica, preços mínimos, seguro rural e subsídios na aquisição de máquinas, equipamentos e insumos. As políticas agrícolas, principalmente o crédito rural, beneficiaram diretamente o setor industrial, além do setor agropecuário propriamente dito.

Para Goldin e Rezende (1993), o processo de crédito rural iniciou-se através de um sistema organizado e aplicado pelo Banco do Brasil no ano de 1937. Entretanto,

a política de crédito rural do Governo Federal, iniciada com a criação da CREA em 1938, entra em crise em 1961, com o desmonte do sistema de taxas múltiplas de câmbio (instrução 204 da SUMOC), o que implicou redução do pequeno volume de recursos disponíveis para aplicação na agricultura. O Estado procurou romper essa crise em 1965, criando o Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR (Lei n.º 4.829), “o qual envolvia tanto os bancos oficiais quanto os particulares.” (FERNANDES FILHO; FRANCIS, 1997, p.13).

Ainda de acordo com Fernandes Filho e Francis (1997), o SNCR tinha como principal objetivo estimular a produção agrícola através da canalização de recursos a baixo custo e em quantidade suficiente que possibilitassem o incentivo à absorção de inovações tecnológicas em termos de máquinas, equipamentos, insumos, sementes selecionadas e, também, integrar os pequenos e médios produtores, através da melhoria das condições de produção. Além desses objetivos, o SNCR propunha destinar recursos para financiamento de curto prazo, para custeio e comercialização de safra de médio e longo prazo para financiar investimentos na compra de máquinas, equipamentos e construção de silos e armazéns.

Portanto, a institucionalização do crédito rural tinha o objetivo de fazer com que a agricultura se integrasse ao processo de modernização da economia nacional, e foi o principal instrumento criado pelo governo para a viabilização da mudança na base técnica agrícola no Brasil. A política de crédito rural teve grande influência na expansão da agropecuária, inclusive no Cerrado, uma vez que viabilizou a adoção do padrão tecnológico da Revolução Verde e contou com volumosas quantidades de crédito agrícola, elevando as expectativas de rentabilidade dos agricultores e consequentemente um relativo aumento do preço da terra.

Com relação aos recursos do crédito rural, os dados apresentados por Pinto (1981) indicam que, em 1979, o valor do crédito para fertilizantes representou 90% do valor das vendas de fertilizantes no Brasil; o valor de crédito para defensivos representou mais de 75% do valor total dessas vendas; e os financiamentos do crédito rural para aquisição de máquinas agrícolas representaram mais de 90% do valor das vendas da indústria de tratores para a agropecuária. Dessa forma, o crédito rural tornou-se importante mecanismo de integração indústria-agricultura, por meio da sustentação da demanda de produtos industriais.

Dessa forma, até 1979, a política de crédito rural possuía linhas específicas de financiamento destinados a aquisição de produtos relacionados a modernização agrícola. A partir dos anos de 1980 esse padrão de financiamento é interrompido, e o crédito rural passa a ser inserindo num sistema financeiro geral, sendo que os agricultores passariam a disputar essas fontes de financiamento com os empresários de outros setores.

Assim, num primeiro momento, a política de crédito “força” a modernização agrícola; estando esta assegurada, no momento seguinte, o novo padrão de financiamento atua no sentido de favorecer a integração de capitais. Os resultados mais evidentes desse novo período são a concentração e centralização de capitais e da terra. (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p.35).

Além do crédito rural, o Governo utilizou também a política de comercialização, política de seguro, política de assistência técnica e extensão rural e de programas especiais como instrumentos de política agrícola e política de pesquisa.

Com relação à pesquisa, na visão de Aguiar (1986), desde o final da década de 1960, esta passou a ser vista como um instrumento importante ao processo de modernização da agricultura, ou seja, a introdução das atividades rurais no modelo de desenvolvimento capitalista. A política de pesquisa tinha como alvo principal o aumento da oferta de alimentos. Ainda segundo este mesmo autor, na década de 1970, existia uma procura maior por alimentos. Com isso o governo chegou a conclusão que seria impossível fazer crescer esta oferta através da expansão da fronteira agrícola.

A implantação do sistema nacional de pesquisa agropecuária veio acompanhada de novas propostas técnico-metodológicas de geração e difusão de tecnologia, baseada na montagem de pacotes tecnológicos por produtos. Estes pacotes constituíam-se em um conjunto de práticas e procedimentos técnicos que eram articulados e usados indivisivelmente numa lavoura, segundo padrões estabelecidos pela pesquisa (AGUIAR, 1986). Reforçando essa idéia Aguiar (1986, p.131) mostra a necessidade da pesquisa do ponto de vista do processo capitalista de produção:

adaptar, experimentalmente, o emprego dos chamados insumos modernos e máquinas, produzidos pelas empresas multinacionais. Isso de tal modo que se obtenha um produto final relativamente “homogêneo” que atenda, por sua vez, às empresas multinacionais processadoras e exportadoras desse produto.

Dessa forma, um dos caminhos buscados pela pesquisa tecnológica teve como objetivo uma aproximação do seu processo produtivo com o funcionamento da indústria, o caminho ideal para obter maior crescimento e acumulação. Diante disso, uma das principais orientações do progresso tecnológico na agricultura teve como objetivo a produção de

insumos artificiais, produzidos em escala industrial, capazes de substituir parte dos insumos naturais. Com isto, obter-se-ia um maior controle sobre o ciclo biológico das plantas e dos animais, deixando-o um pouco menos vulnerável e, em consequência, capaz de responder mais positivamente às novas formas de produção, distribuição e consumo.

A política de pesquisa baseou-se na montagem de um Sistema Nacional de Pesquisa Agrícola, cujo elemento principal foi a EMBRAPA. Até o advento da implantação da política de pesquisa, os institutos de pesquisas existentes eram frágeis em termos de pessoal, recursos financeiros e instalações, não respondendo de acordo com a necessidade da agricultura brasileira.

A EMBRAPA foi instituída pelo governo federal através da Lei n. 5.851, de 7 de dezembro de 1972, com Estatuto aprovado pelo Decreto n. 72.020/73, empresa pública, de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, com autonomia administrativa e financeira, nos termos do Decreto Lei n. 200/67 e tem sua instalação plena em 26 de abril de 1973 (PEREIRA, 2003).

Ao criar a EMBRAPA, a própria lei atribuiu-lhe as funções e execução e de coordenação da pesquisa agropecuária em todo o território nacional, através do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, cujo modelo de atuação compreendia a ação direta, através dos centros nacionais pertencentes à sua estrutura e da ação coordenadora, através das unidades de execução de pesquisa de âmbito estadual, que tem nas empresas estaduais de pesquisa agropecuária, seu principal vínculo de execução (PEREIRA, 2003).

A criação da EMBRAPA não significou simplesmente uma tentativa de racionalização das atividades e dos gastos públicos em pesquisa agrícola no Brasil. O Estado pôs em destaque sua intenção em modernizar a agricultura através do mecanismo de intervenção estatal. Mais que um órgão de execução da pesquisa agropecuária no Brasil, a

constituição da EMBRAPA tratou de estabelecer um mecanismo institucional, sob sua responsabilidade, para conduzir o processo de desenvolvimento e crescimento desse segmento científico, trazendo para a agricultura brasileira desenvolvimento com a transferência de tecnologia que visava o aumento de produção e rentabilidade aos agricultores. A partir de sua criação, a EMBRAPA dedica-se à pesquisa em linhas do processo de desenvolvimento tecnológico. O desenvolvimento apresentado pela agricultura brasileira na década de 1980, com crescimento da produção e produtividade, tem sua fonte embrionária nos investimentos públicos em pesquisa na década de 1970.

As inovações originárias na Embrapa tiveram, no entanto, um viés para constituírem tecnologias poupadoras de terra, particularmente nas áreas de Cerrado. Como essas áreas também se adequavam à mecanização, conclui-se que essas inovações revestiam-se, ainda, de inovações tecnológicas poupadoras de mão de obra. (BONELLI; PESSOA, 1998, p. 4).

Além da EMBRAPA, foi criada também a EMBRATER, que tinha por objetivo orientar os produtores rurais, principalmente os que não possuíam informações ou recursos, quanto ao uso de tecnologias alternativas existentes no mercado. Como afirma Delgado (1985, p.47):

[...] é importante ressaltar que os sistemas EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e a EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural) patrocinaram todo o esforço de geração, adaptação e difusão de tecnologia moderna, cuja produção em escala comercial passa, em última instância, pelo Complexo Agroindustrial.

Assim sendo, coube à EMBRAPA o cumprimento do papel de desenvolver a pesquisa, viabilizando a apropriação dos pacotes tecnológicos para o ambiente do complexo agroindustrial e à EMBRATER a responsabilidade de realizar a difusão desses pacotes junto aos produtores no campo, onde esta elaborava os projetos e estes eram encaminhados aos agentes de financiamento para a liberação do crédito, constituindo um tripé sustentado pela garantia do Estado em fornecer os recursos necessários para a manutenção de toda estrutura,

bem como para o financiamento dos investimentos.

A EMBRAPA tem vários centros de pesquisas distribuídos em todas as regiões brasileiras. Dentre eles, encontra-se um que desenvolve suas pesquisas voltadas diretamente para o cerrado: é o CPAC, criado em 1975. Isto porque o cerrado, a partir da década de 1970, passou a ser a nova área de expansão da moderna agricultura. O respectivo centro tem como objetivos gerar, promover e transferir conhecimento e tecnologia para o desenvolvimento sustentado do complexo agrossilvopastorial da região do cerrado; desenvolver pesquisas para conhecer os recursos naturais e socioeconômicos dos cerrados e seu potencial de aproveitamento, com a finalidade de criar tecnologias apropriadas à região.

Portanto, a criação do CPAC da EMBRAPA foi de fundamental importância para modernização da agricultura nas áreas de Cerrado, uma vez que desenvolveu tecnologias favoráveis para realizar a correção do solo, considerado pobre em fertilidade, um fator restritivo à expansão das novas culturas (PESSÔA, 1988).

Dentre outros instrumentos utilizados pelo Governo para modernizar a agricultura e em especial os cerrados brasileiros, dois programas especiais ganharam ênfase na sua utilização, que foram: POLOCENTRO e PRODECER. Estes dois programas abrangeram especialmente as regiões dos estados de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais e tinham como estratégia o aproveitamento econômico dos cerrados, superando as limitações dos solos com a intensa aplicação de corretivos (correção de PH) e fertilizantes fosfatados, bem como a intensificação do uso de máquinas e equipamentos em suas áreas planas (DELGADO, 1985).

As regiões de cerrado apresentam algumas características importantes para a produção agrícola o que a difere de outras regiões brasileiras, tais como: a vasta extensão de terras mecanizáveis, as condições climáticas (luz, temperatura, água), vegetação etc. Em

contrapartida aparecem algumas limitações no que se refere ao pouco conhecimento de seus recursos naturais, a irregularidade das chuvas, baixa fertilidade, erosão dos solos e outros.

O uso e ocupação do solo com lavouras tecnificadas, voltadas à produção de soja e milho para exportação exemplificam como se deu a modernização da agricultura, ou seja, os recursos econômicos destinados a aquisição de máquinas e implementos agrícolas beneficiaram os grandes produtores, principalmente os que faziam parte dos programas governamentais de ocupação das terras dos cerrados como POLOCENTRO e PRODECER, já destacados.

A produção de soja, em grande escala, foi o carro-chefe no processo de aproveitamento dos solos do cerrado e no desenvolvimento dos grandes projetos de investimentos para o conseqüente aumento da produtividade. A partir do início dos anos 1970, a soja começou a se expandir pelo Centro-Oeste, suplantando pouco a pouco cultivos comerciais já existentes como o arroz, substituindo as lavouras de subsistência, a pecuária extensiva e incorporando espaços até então não utilizados ou pouco utilizados para o uso agrícola. Esta expansão, regra geral, foi realizada por experientes empresários do Centro-Sul do Brasil, gaúchos especialmente, que passaram a desenvolver esse cultivo utilizando técnicas cada vez mais modernas.

Portanto, as ações do Estado facilitaram a entrada de migrantes na região Centro-Oeste a partir dos anos de 1970 com a viabilização dos cerrados enquanto espaço produtivo. A transformação deste espaço foi motivada pela presença em grande escala de empreendimentos capitalistas que foram subsidiados pelo sistema de crédito e benefícios fiscais colocados à disposição pelo Estado.

A localização geográfica da Região Centro-Oeste e a facilidade de acesso com as maiores áreas urbanas do país proporcionaram a ela desempenhar um papel de grande importância como supridora de alimentos para as áreas mais desenvolvidas.

1.2. A inserção de Mato Grosso do Sul no processo de modernização e as mudanças ocorridas pós 1970

A modernização, que se processou a partir da década de 1950, no Brasil, promoveu grandes transformações nos modos de produção agrícola, avançando as fronteiras ao longo dos principais eixos rodoviários, estimulando o desenvolvimento de centros regionais, capitais estaduais e da própria capital federal.

O Centro-Oeste brasileiro, que até então tinha pouca importância no contexto econômico nacional, passou a obter os impulsos necessários para a valorização das suas terras e teve na transferência da capital federal para o Planalto Central brasileiro, em 1960, um fator decisivo para a integração desta região ao restante do país, a partir da construção das rodovias e dos incentivos para a instalação dos projetos de mineração e de pecuária no Centro-Norte do país.

No âmbito desta discussão, cabe citar uma afirmação particularmente relevante dos autores Cunha e Mueller (1988, p. 288): “a construção de Brasília foi o evento que começou a propiciar melhores condições para a expansão de frentes comerciais da região.” Com a transferência da capital federal para Brasília, a região Centro Oeste acelerou o seu ritmo de desenvolvimento, face a construção de rodovias que proporcionaram facilidade no escoamento de produção, elevando assim os níveis de produtividade da região.

No final da década de 1960 houve uma evolução do crescimento da agricultura na região Centro-Oeste, crescimento este essencialmente espontâneo, considerando que não houve nenhum programa especial para motivar a expansão agrícola e incrementar o aumento da produção. Isso tudo dependia da abertura de estradas, da criação de um mínimo de infraestrutura de apoio à agropecuária e, mais importante ainda, da disponibilidade de terras aptas para o cultivo com as técnicas agrícolas então conhecidas.

A preocupação com o melhoramento da tecnologia para aumentar a produção já era uma preocupação constante, no final da década de 1960. Para isso era necessária a atuação do Estado na área de melhoramento tecnológico. Como enfatizado por Alves e Contini (1992, p.50): “[...] mas é da década de 60 em diante o entendimento, a nível nacional, de que o aumento da produtividade da terra é crucial, e de que a conquista da fronteira agrícola depende da ciência”. Assim, se aumentar a produtividade, a certeza da lucratividade é certa. No entanto, para alcançar esse aumento de produtividade é necessário que o agricultor explore as técnicas modernas de plantio.

Na década de 1970, ao perceber que a região Centro-Oeste estava se expandindo, o Estado passou a dar incentivos à região para a implantação e desenvolvimento da atividade agrícola, fazendo com que a tecnologia viesse a aumentar gradativamente em todos os aspectos possíveis.

O aumento da produção agrícola no Centro-Oeste dependia da abertura de estradas, da criação de uma infra-estrutura básica, e principalmente de técnicas agropecuárias que permitissem o cultivo das terras do Cerrado. Muller (1990) afirma que a falta de técnicas agrícolas que possibilitassem o cultivo do cerrado foi fator de amortecimento da expansão agrícola na região, ou seja, não se sabia como cultivar o “cerrado”.

A transferência da capital federal para Brasília exigia que a região estivesse integrada, de modo mais eficiente, às demais regiões do país, tornando o Centro-Oeste a região brasileira de maior dinamismo no período recente. Suas condições naturais favoráveis, associadas à expansão econômica do país nessa direção, fizeram da região uma importante área agrícola. Seu ritmo de crescimento acelerou-se a partir de 1975, quando iniciou o avanço da agricultura tecnificada sobre os cerrados. Mas não apenas as transformações no campo justificam esse desempenho, pois o papel das cidades também foi muito importante. Elas ampliaram e diversificaram suas atividades e passaram a dar suporte material e financeiro à

agricultura e a atuar como centros de processamento industrial, de comercialização e administração do complexo agroindustrial.

A (re) organização da produção agrícola reflete na paisagem regional não só na economia, mas também no espaço geográfico que, se transforma com as novas tendências da agricultura moderna.

Ao fazer uma análise sobre a agricultura do Centro – Oeste, Mesquita, (1989, p. 156-157) mostra que

os novos rumos produtivos ocorridos na agricultura do Centro-Oeste estiveram intimamente associados a transformações na base técnica da produção agropecuária. A modernização da agricultura representou, sem dúvida, um aspecto caracterizador da evolução da agropecuária regional, tendo se baseado, essencialmente, na adoção e no emprego de equipamentos mecânicos e de insumos de origem industrial. As características físicas da Região, e em especial, as das áreas de cerrado com topografia plana e solos ácidos e com deficiências em nutrientes, abriram as indústrias de máquinas e de insumos químicos um amplo mercado consumidor de seus produtos.

Podemos dizer que a tecnologia e o capital passam a subordinar, em parte, a própria natureza, reproduzindo artificialmente algumas das condições necessárias à produção agrícola. Esta se torna cada vez mais dependente dos insumos gerados pela indústria, cuja produção transformou o conjunto de instrumentos de trabalho agrícola.

A ênfase da política, agrícola desde então, concentrou-se no uso de subsídios aos fertilizantes e outros insumos químicos, na adoção de taxas de juros subsidiadas nos créditos do governo e nos privilégios fiscais.

As atividades de base agrária foram impulsionadas pelo Estado, conforme já abordado, através de um conjunto de políticas públicas direcionadas no sentido de viabilizar a implantação de atividades economicamente dinâmicas, tornando a agricultura subordinada à lógica do capital internacional.

Esse conjunto de políticas foi de fundamental importância no processo de

desenvolvimento da agricultura na região Centro-Oeste, viabilizando vias de escoamento, através de construção de estradas, formulando políticas de incentivos à ocupação das terras e ao incremento da produção. O Estado, na tentativa de controlar e orientar a expansão das frentes de ocupação, impôs o ritmo e influenciou as características do processo.

O desenvolvimento que ocorreu na região Centro-Oeste, pós década de 1970, contou com a atuação do Estado de forma decisiva, sobretudo na orientação junto aos migrantes que tinham como objetivo vir para a região. Esta participação deu-se através de políticas de efeitos diretos sobre a evolução das frentes de atividades no Centro-Oeste, como programas especiais, políticas de terras públicas, de colonização, de incentivos fiscais. É sabido que a evolução recente da agricultura do Centro-Oeste sofreu maciçamente os impactos das políticas agrícolas gerais, como as de crédito e de preços mínimos.

Tanto quanto as políticas agrícolas são fundamentais outros componentes de expansão de frentes de atividades agropecuárias, tais como modalidades de mercados específicos, disponibilidade de terras para serem cultivadas e, principalmente, o desenvolvimento de um sistema de transporte, e a região Centro-Oeste apresentava grande partes dessas características.

O baixo preço das terras no Centro-Oeste, aliado aos incentivos concedidos pelas linhas especiais de crédito criadas pelo governo federal e as excelentes condições naturais do domínio dos cerrados, com sua topografia plana, fator que facilita a mecanização e as condições climáticas, facilitaram sobremaneira o processo de expansão.

A região Centro-Oeste se transformou na principal região produtora de soja do país, superando os 10 milhões de toneladas anuais, ela também se tornou o principal pólo da agroindústria esmagadora (FERREIRA, 2001). Ressaltamos que a política de crédito para comercialização, implementada pelo Governo principalmente na década de 1980, foi

fundamental permitindo às empresas e aos agricultores arcarem com o custo de transição e adaptação a uma nova região produtora.

Nos últimos 30 anos, a região Centro-Oeste tornou-se palco de intensa expansão econômica, quando se integrou definitivamente à economia nacional. Em coerência com sua peculiar dotação de recursos, o setor agrícola foi o carro chefe desse processo.

A ocupação e consolidação dessa região tem suas bases cravadas em políticas públicas que se propunham a promover o desenvolvimento regional, através da criação das superintendências e agências de desenvolvimento, em especial, a SUDECO, que foi muito importante para a região. Criada em 1967, a SUDECO viria substituir a FBC, cujo objetivo principal era a integração do Sudeste brasileiro industrializado com a Amazônia, por meio da construção de rodovias.

A partir de 1975, já no II Plano Nacional de Desenvolvimento, no contexto de crise (mundial) do petróleo e da política de produção de alimentos e matéria-prima para exportação, a SUDECO implementou os Programas Especiais, que tinham como objetivo viabilizar as mudanças necessárias ao modelo econômico implantado na década de 1950. Esse modelo determinara a reorganização da agricultura brasileira e promovera a inserção definitiva de Mato Grosso no âmbito do projeto nacional de desenvolvimento, como sendo um espaço de ocupação necessária.

Os resultados desalentadores das políticas de abertura e ocupação extensas áreas do Brasil Central levaram à criação, em 1975, do POLOCENTRO, através do decreto n. 75.320 do governo federal. Este foi o programa de maior impacto direto sobre a agricultura, com o objetivo de incentivar e apoiar a ocupação das áreas de cerrado na região do Centro-Oeste brasileiro.

O programa (POLOCENTRO) selecionou áreas de cerrado com alguma infra-

estrutura e bom potencial agrícola, disponibilizando para as mesmas, recursos para investimentos e melhoria da infra-estrutura (estradas vicinais, eletrificação rural, armazenagem, comercialização), os fazendeiros dispostos a cultivar ali puderam participar de um programa extremamente generoso de crédito subsidiado. Tratava-se de linhas de crédito fundiário, com amortização de 12 anos, com taxas de juros fixadas em valor inferior às existentes no mercado e sem correção monetária (PESSÔA; SILVA, 1999).

Esse programa de crédito rural foi bem sucedido em induzir a expansão da agricultura comercial no cerrado. Estima-se que entre 1975 e 1980, o mesmo tenha sido responsável pela incorporação direta de cerca de 2,4 milhões de hectares à agricultura, ou cerca de 30% da área total adicionada a estabelecimentos agrícolas nas zonas atingidas pelo mesmo (PESSÔA; SILVA, 1999).

Os beneficiados desse programa foram, principalmente, fazendeiros, proprietários de médios a grandes estabelecimentos. No período entre 1975 e 1984, no qual o programa esteve em vigor, foram aprovados 3.373 projetos, num montante total equivalente a cerca de US\$ 868 milhões. Dos beneficiários, 81% operavam fazendas com mais de 200 hectares, absorvendo 88% do volume total de crédito do programa. As fazendas com mais de 1.000 hectares, representando 39% do número total de projetos, absorveram mais de 60% do total financiado (PESSÔA; SILVA, 1999).

O programa fixou como meta que 60% da área explorada pelas fazendas fossem cultivadas com lavouras, sendo o restante destinado a pastagens plantadas. Além disso, pretendia o programa que se produzissem principalmente alimentos, mas o que ocorreu ao final foi uma dupla inversão no destino que se pretendia dar à terra: a área reservada à lavoura foi suplantada por aquela destinada a pastagens, e a lavoura foi predominantemente tomada pela soja (PESSÔA; SILVA, 1999).

O POLOCENTRO procurou transformar a agricultura de subsistência em uma agricultura empresarial, priorizando a pesquisa, a mecanização agrícola mediante a utilização de práticas modernas e assistência técnica e a organização de sistemas de comercialização e de produção.

A explosão inflacionária de 1979 e o desvio de grande parte dos investimentos para outros fins, levaram o governo federal a reduzir progressivamente os créditos do programa. Porém,

deve ficar claro [...] que o corte de recursos subsidiados do POLOCENTRO, com base nas justificativas de controle do processo inflacionário, foi muito mais uma estratégia utilizada pelo governo que, na realidade, pretendia desativar o POLOCENTRO e impulsionar outro projeto de desenvolvimento do cerrado, o PRODECER. (FRANÇA, 1984, p. 21).

Assim, pode-se concluir que o programa, apesar de contribuir para a expansão de produtos como a soja, o café e o trigo, beneficiou apenas os grandes e médios proprietários que praticavam uma agricultura voltada para a exportação, enquanto os pequenos proprietários pouco usufruíram destes benefícios.

Com a desativação do POLOCENTRO o governo federal impulsionou outro projeto de crédito já existente, o PRODECER, que tem por finalidade promover o assentamento de agricultores experientes do Sudeste e Sul do país na região do cerrado. Para tanto, o programa é financiado com empréstimos da JICA, com contrapartida do governo brasileiro.

A empresa responsável pela implantação deste programa foi a CAMPO. Essa empresa foi formada por duas holdings: a BRASAGRO – com 51% do controle acionário e a JADECO – com 49% do controle acionário (PESSÔA; SILVA, 1999).

O PRODECER se desenvolveu em etapas. A primeira etapa (PRODECER I), teve início em 1980, objetivando a ocupação de 70.000 há de cerrados no Oeste de Minas

Gerais, e segundo informações da Campo, às suas metas foram todas atingidas. A segunda etapa (PRODECER II) se iniciou em 1987, tendo como meta o assentamento de agricultores em Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Bahia. A terceira etapa (PRODECER III) foi implantada nos estados do Maranhão e Tocantins a partir de 1993, abrangendo uma área de 80.000 hectares (PESSÔA; SILVA, 1999).

O principal instrumento do PRODECER é o crédito supervisionado que prevê empréstimos fundiários, de investimento, de cobertura de despesas operacionais e de subsistência do mutuário. O programa é administrado por organização de direito privado, dirigida conjuntamente por executivos brasileiros e japoneses.

Ao contrário do POLOCENTRO, o crédito é concedido a taxas de juros reais. Não obstante, o programa vem atraindo agricultores que, via de regra, têm sido bem sucedidos. Contudo, os recursos financeiros do PRODECER são limitados, reduzindo o número de beneficiários diretos do programa. O impacto ambiental do PRODECER é semelhante ao de outras políticas destinadas ao cerrado que estimularam a abertura de terras para o cultivo agrícola. A delimitação da extensão atingida pelo programa parece não se restringir à sua área de abrangência, uma vez que as atividades dele decorrentes podem ter influenciado outros agricultores, especialmente em sua área de entorno.

Com a implantação desses programas de desenvolvimento visando a incorporação de novas terras para produção de alimentos, houve um grande desenvolvimento na modernização da produção agropecuária e o início da implantação do processo de industrialização.

Neste contexto de incorporação e valorização do capital, o então Mato-Grosso acabou dividido, dentro da intensificação do processo de atuação, no final dos anos 1970. Os anos vividos de crescimento econômico pela Região Centro-Oeste, nessa década ocorreram

em função da política de internacionalização e de alinhamento do Brasil à política norte-americana, no contexto da Guerra Fria e da crise do petróleo.

Nesse intenso processo de modernização econômica surgiu o estado de Mato Grosso do Sul, constituído a partir do desmembramento do Sul do antigo Mato Grosso. Sua instalação, em 1979, contou com o apoio do Governo Militar, que tinha como estratégia política a interiorização do desenvolvimento nacional, visando apoiar e potencializar novas fronteiras de produção agropecuária, possibilitando assim o surgimento de inúmeras atividades produtivas em escala comercial e de uso intensivo de capital.

A figura 2 mostra a localização do estado de Mato Grosso do Sul, no Centro-Oeste brasileiro, região eminentemente agropecuária e caracteriza-se por ter uma economia de base agropastoril. Embora o país estivesse passando por grandes dificuldades, como por exemplo, a segunda crise do petróleo, em 1979, e a crise financeira internacional, Mato Grosso do Sul teve avanços extraordinários na economia, com a consolidação da agricultura moderna de alta produtividade e em grande escala.

O estado de Mato Grosso do Sul passou a ter uma participação mais efetiva no contexto do capitalismo mundial, aumentando a produção de grãos e carne para serem exportados, a partir da implantação pelos governos militares do PIN, implementado pela SUDECO.

Esse processo de modernização promovida pelas políticas governamentais tem provocado, a partir de 1980 transformações intensas no que diz respeito à incorporação de infra-estruturas e técnicas modernas que consolidaram uma nova paisagem a região sul-matogrossense.

MATO GROSSO DO SUL: localização geográfica - 2005

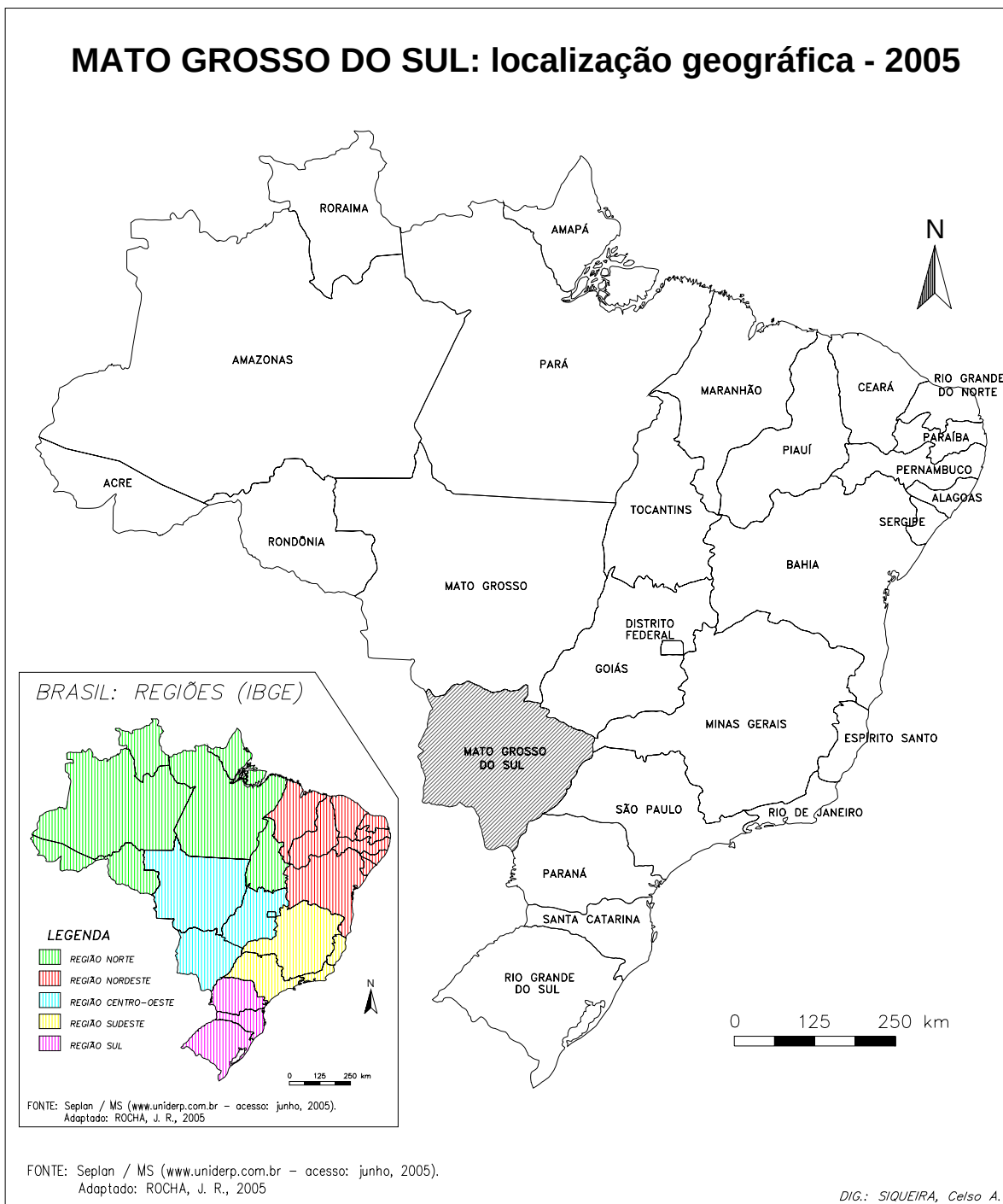


FIGURA 2

O movimento de mudança da agropecuária brasileira se caracteriza, assim, pela substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria, pela intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersetoriais e pela especialização crescente da produção. Hoje, a produção agropecuária moderna existe como realidade em áreas espacialmente restritas, mas as novas formas de produção, distribuição e consumo têm influência direta sobre as condições gerais da agricultura de todo o país.

Com a difusão deste novo conjunto técnico na atividade agrícola, sua realização tornou-se crescentemente dependente do processo técnico-científico de base industrial. Aumentou, assim, a possibilidade de aproveitamento dos solos menos férteis e de ocupação intensiva de territórios antes desprezados para tal atividade. Utilizando as palavras de Graziano da Silva (1981, p. 44),

a produção agropecuária deixou de ser uma esperança ao sabor das forças da natureza para se converter numa certeza sob o comando do capital, perdendo a autonomia que manteve em relação aos outros setores da economia durante séculos. Assim, se os solos não forem suficientemente férteis, aduba-se; se as chuvas forem insuficientes, irriga-se; se ocorrerem pragas e doenças utilizam-se defensivos químicos ou biológicos.

Inserida no contexto da modernização agrícola, a economia de Mato Grosso do Sul experimentou no período de 1980/1998 fases que poderiam ser classificadas de avanços econômicos, principalmente no setor agropecuário, com a modernização e incorporação tecnológica na pecuária e aumento expressivo na produção de grãos, notadamente na década de 1980, impulsionado pelo ganho de produtividade e expansão em novas áreas.

A modernização do setor primário potencializou o Estado como grande produtor de matéria-prima, que se constitui como fator decisivo para a agroindustrialização já iniciada nos anos de 1980 e se posiciona como setor que efetivamente vem agregando valor à produção estadual. Isto possibilita a capitalização do produtor sul-mato-grossense e amplia

oportunidades de emprego e renda internamente.

Assim, o Mato Grosso do Sul possui uma área considerada estratégica pela sua capacidade produtiva e pela incorporação de novas tecnologias e insumos: máquinas, implementos agrícolas e tratores, agrotóxicos; que por sua vez, contribuiu para promover uma reconfiguração espacial diferente da que existia antes.

No desencadeamento da tecnificação das atividades agrícolas, o município de Chapadão do Sul, objeto de estudo desse trabalho, destacou-se pela sua topografia plana, condições climáticas favoráveis, possíveis de serem transformadas em área produtiva, o que serviu de atrativo para migrantes, oriundos da região sul do país, conforme já destacado, e na (re) organização produtiva por meio da introdução de novas culturas, como a soja, o milho, o algodão e o girassol (em escala comercial). Após a chegada desses migrantes ocorreram diversas mudanças no espaço rural e urbano do município, alterando a paisagem, a organização socioeconômica e as relações de trabalhos ali existentes.

A presença dos “sulistas” é hoje facilmente identificada na paisagem e na vida do município. Esses novos “ocupantes” que ali chegavam eram dotados de uma visão empresarial, por isto eram estes os que tinham acesso e recebiam os benefícios das políticas públicas implantadas. Também apresentavam disposição para a agricultura capitalista e, em muitos casos, dispunham de experiências com a atividade monocultora, principalmente de soja, objetivada pelos incentivos governamentais, diferente dos produtores locais que, de certa forma, ofereciam resistência ao novo modelo em expansão devido a falta de capital, dificuldades de acesso ao crédito, à cultura arraigada de produção para subsistência, com excedente, e pecuária extensiva.

O contingente de migrantes, dotado de novo perfil produtivo, promoveu transformações cujos resultados podem ser notados na reestruturação da produção agrícola do

município e na redefinição das relações de produção, bem como nas alterações das relações de trabalho no campo.

É neste momento que podemos afirmar que estas mudanças derivaram da então chamada “modernização da agricultura”, que, no dizer de Graziano da Silva (1982), é conservadora, pois mantém a estrutura fundiária concentrada. A concentração fundiária, por sua vez, consorciada com a mecanização das atividades agrícolas, bem como a utilização intensiva de tecnologias químicas e biológicas, poupa trabalho, refletindo-se na reorganização das relações de trabalho e na utilização de trabalho humano no campo.

Dessa forma, o município de Chapadão do Sul passou a desempenhar importante papel para o fortalecimento da economia regional e brasileira, sendo alvo das políticas de integração nacional e tendo na atividade agropecuária sua principal forma de produção.

No entanto, não basta produzir alimentos, necessário é também apresentar uma forma fácil para distribuir essa produção para os outros centros. É possível dizer que em poucos anos ocorreram expressivas modificações no município de Chapadão do Sul que, em meio às grandes transformações, procura redefinir suas atividades econômicas com o aparecimento de grandes lavouras de soja, milho e outros, conseguindo assim atrair novos investimentos em outras atividades ligadas a esse desenvolvimento como é o caso dos serviços financeiros, as atividades comerciais e industriais, a construção de estabelecimentos com melhor estrutura para o armazenamento dos grãos produzidos, a implantação da FERRONORTE no município que, por sua vez, altera a rotina dos transportes e integra cada vez mais a região aos grandes centros consumidores.

1.3. Modernização, distribuição e circulação da produção: o papel da FERRONORTE.

A produção de soja do estado de Mato Grosso do Sul cresce continuamente desde o início da década de 1980, e com ela diversos problemas são enfrentados pela região. Um dos problemas que pode ser registrado é o transporte, que tem se tornado um componente importante na formação de preços da produção agrícola na região.

Para reduzir significativamente os custos de escoamento da produção para os principais mercados e os custos de transporte dos principais insumos agrícolas adquiridos nesses mercados, de modo a tornar a produção regional competitiva, era necessário implantar um sistema ferroviário idealizado para a operação econômica de trens pesados, de alta produtividade e destinados exclusivamente ao transporte de cargas.

A FERRONORTE é um sonho idealizado desde 1901, pelo engenheiro Euclides da Cunha, que já previa a importância de se interligar o Centro-Oeste ao Sudeste do país, conforme pode ser visto no trecho abaixo, retirado de sua obra

De fato, percorridos os 435 quilômetros que vão de Jaboticabal à margem direita do Paraná, fronteira ao Taboado, mercê de uma ponte de 880 metros sobre o grande rio, a única obra de arte dispendiosa a executar, a estrada se desdobrará, a partir de Santa Ana, pelo vale do Aporé. [...] Quando isto suceder - dando-nos mesmo às diligências, numa marcha diária de dez horas, uma velocidade média de doze quilômetros, a travessia de Jaboticabal a Cuiabá será feita, folgadoamente, em dez dias - precisamente um terço, portanto, do que hoje se gasta na volta de quinhentas léguas pelo Prata. [...] E se isto não acontecer - então, parafraseando uma frase célebre, é que decididamente nos faltam "um grande engenheiro, um grande ministro e um grande chefe de Estado", para a realização das grandes obras. (CUNHA, 1975, p. 141).

A iniciativa definitiva para se viabilizar a extensão dos trilhos à região data de 1987, quando o empresário Olacyr de Moraes – Grupo Itamaraty – resolveu investir na região e explorar o potencial agrícola dos cerrados brasileiros, que eram considerados “terra ruim” porque nada se produzia nessa região, tornando-se em pouco tempo o maior produtor

individual de soja no Brasil. Do mesmo modo que anteviu e apostou no potencial agrícola da região Centro Oeste, também percebeu que o grande obstáculo para o aumento da produção agrícola na região era a sua grande distância aos mercados consumidores nacionais e aos portos exportadores e a ferrovia poderia ser a solução lógica para o escoamento agrícola dessa região.

No entanto, embora com grandes expectativas, a operação desse empreendimento pressupunha a realização de estudos de viabilidade solidamente embasados no potencial agrícola dessa região, bem como na capacidade competitiva dessa ferrovia considerando-se os mínimos fretes capazes de remunerar os investimentos necessários.

Favoravelmente, nesse mesmo período o Engenheiro Frederico Karg (2001) realizava um estudo sobre a expansão da malha da antiga FEPASA, concluindo assim que para a ferrovia se tornar rentável seria necessário aumentar o volume de carga. Para tanto, seria necessário captar a crescente produção agrícola do Centro-Oeste, seja através da integração com os rios navegáveis ou da extensão da malha ferroviária em direção aos chapadões de Mato Grosso do Sul, do Sudoeste Goiano e de Mato Grosso.

O projeto FERRONORTE, concessão não onerosa da União à iniciativa privada, resultado de licitação pública para sua construção e exploração comercial, antecedeu em quase uma década as privatizações brasileiras e representa, ainda hoje, um exemplo isolado de investimento privado em infra-estrutura em segmento de baixo retorno de capital. Essa participação da iniciativa privada na exploração comercial de ferrovias não era bem visto por muitos segmentos do Governo e da Sociedade, trazendo como consequência muitas dificuldades para o seu financiamento (KARG, 2001).

A figura 3 apresenta o trajeto da ferrovia FERRONORTE. As cores indicadas mostram a situação em que se encontra a ferrovia para circulação.

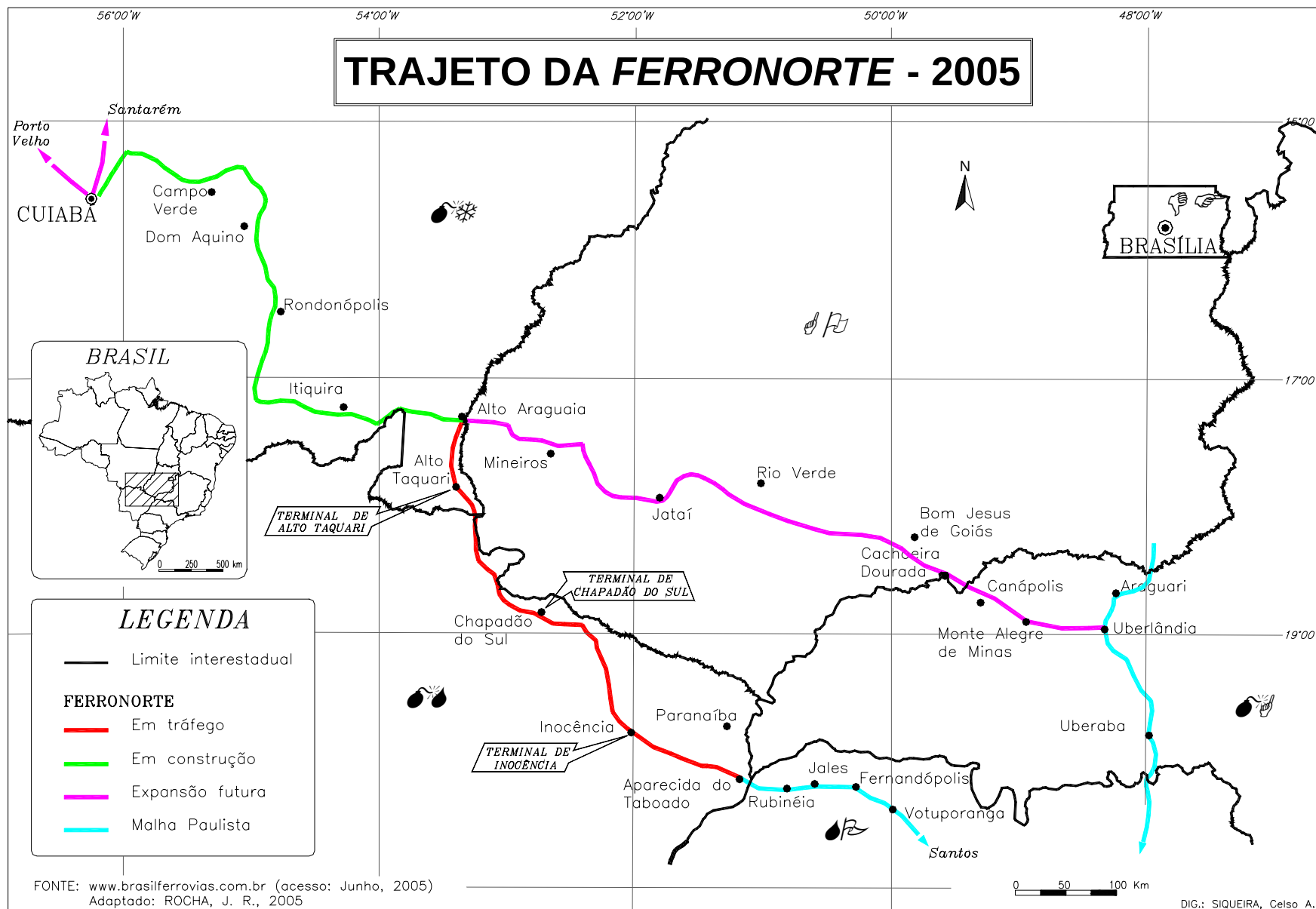


FIGURA 3

No entanto, as dificuldades para realização do projeto não demoraram a chegar. As interrupções da obra da Ponte Rodoferroviária quase inviabilizaram o tão sonhado empreendimento, dado a indispensabilidade dessa obra para a interligação da ferrovia a ser construída com a malha ferroviária existente (FREIGHT CONSULTORIA E PROJETO, 1999).

Mas este projeto teria que sair do papel de qualquer maneira, e deveria conseguir derrubar qualquer obstáculo que viesse a interferir na construção da ponte, pois esta traria enormes melhorias para o escoamento da produção, tornando esta bem mais competitiva, vez que as despesas com transporte seriam reduzidas.

A topografia favorável permitiu alcançar uma velocidade comercial relativamente elevada e um baixo custo operacional. No entanto, para assegurar uma operação econômica seria necessário garantir alta produtividade operacional também na malha ferroviária existente, na época em precárias condições, e nas operações de descarga no porto de Santos, principal destino das cargas a serem transportadas por essa ferrovia. Para solucionar esses problemas, formalizou-se uma parceria entre a FEPASA e a FERRONORTE, assinada em agosto de 1991, que viabilizou as melhorias necessárias na ferrovia.

Ao mostrar a importância da ferrovia para o transporte de cargas, Galvão (1999, p. 524) faz o seguinte comentário:

as ferrovias nacionais, [...] exerceram um papel relevante no desenvolvimento de alguns estados e regiões e, embora em grau menor, na unificação dos mercados de certas partes das economias de regiões diferentes. Todavia, as dificuldades que sempre acompanharam a implantação de vias férreas, além dos altos custos operacionais dos sistemas regionais existentes e a ausência da manutenção adequada das linhas férreas impediram que as ferrovias no Brasil, tal como sucedeu com a cabotagem, funcionassem como um fator verdadeiramente integrador, particularmente no período mais moderno do desenvolvimento nacional.

Dessa forma, o avanço do transporte ferroviário representa uma solução de transporte sustentável a longo prazo, tendendo a eliminar do mercado de transporte geral as

incertezas que cercam o atual sistema de atendimento deste mercado. Para Freight Consultoria e Projetos (1999), esta categoria de transporte intermodal é uma realidade de todo o setor de transportes, desempenhando a modernização de antigas estradas de ferro e a implantação de projetos modernos – como é o caso da FERRONORTE – um papel crucial para se sancionar esta realidade desejável.

Tratando ainda sobre o assunto do transporte como fator principal para o desenvolvimento da agricultura, Marques e Caixeta Filho (1998, p. 12) mostram que

na agricultura, o transporte é, sem dúvida, uma das mais importantes etapas do pós-colheita. Mesmo com uma função indispensável como essa, o sistema de transportes do Brasil é precário em todos os modais e necessita de grandes mudanças. A falta de logística no setor diminui a capacidade de coordenação das etapas de carregamento, transporte e descarregamento dos produtos no momento e no local adequados. O ajustamento desses fatores implicaria uma modificação que somente traria benefícios, ou seja, tempo, combustível e dinheiro seriam economizados, aumentando a eficiência da atividade.

O projeto da ferrovia foi acompanhado de perto por todos os agricultores da região com muita expectativa da realização da mesma, pois isto significaria a diminuição de despesas e conseqüentemente, maior lucratividade no preço final do produto. De acordo com Karg (2001), a FERRONORTE pode ser comparada a ferrovia transcontinental nos Estados Unidos, se comparada ao desenvolvimento socioeconômico, fazendo com que a economia do Centro-Oeste Brasileiro cresça significativamente.

A importância da FERRONORTE para os agricultores sul matogrossenses pode ser constatada na seguinte citação:

O que os agricultores sul matogrossenses sentiram com a instalação dos primeiros trilhos no estado, pode ser comparado com a felicidade que os cafeicultores sentiram com a chegada da ferrovia em São Paulo, cem anos atrás, onde o maior obstáculo vencido pela ferrovia no Mato Grosso do Sul, não foi a montanha, mas o Rio Paraná, vencido pela ponte rodoferroviária de 2.600 m, inaugurada em 29 de maio de 1998 (www.ferronorte.gov.br).

A FERRONORTE detém concessão federal para construção e exploração comercial de uma ferrovia atravessando o Centro-Oeste e a Amazônia Legal por período de 90 anos. Um projeto de médio e longo prazos, que abrange tanto o transporte rodoviário quanto hidroviário.

A construção do seu primeiro trecho, com 410 km, foi iniciada em 1992 na divisa entre os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, do município de Aparecida do Taboado (MS) até Alto Taquari (MT), já na Amazônia Legal, donde prosseguirá até Cuiabá (MT), totalizando 956 km. Conforme dados do Projeto FERRONORTE (1997), aquela primeira fase da ferrovia já ajuda no escoamento da produção de milho e soja de 34 milhões de hectares de terras cultiváveis, incluindo aí todo o estado de Mato Grosso. A partir de Cuiabá, a FERRONORTE prosseguirá na direção Noroeste até Porto Velho, em Rondônia, numa extensão de 1.500 km, integrando-se à navegação fluvial de toda a bacia do Rio Amazonas, a partir do Rio Madeira.

A apresentação do quadro 1 sobre o desenvolvimento do projeto de construção da FERRONORTE torna-se necessário para um melhor entendimento da história de sua construção (www.ferronorte.gov.br).

Concluída a ponte, a FERRONORTE teve acesso aos portos de Santos (pelos trilhos da ex-Fepasa), ao de Sepetiba, RJ (pelos trilhos da MRS) e à hidrovia Tietê-Paraná. A nova ponte facilitou o escoamento de 5 milhões de toneladas/ano de grãos (produção graneleira atual da região), além de retirar de circulação 10 mil carretas que cruzavam o Rio Paraná, abarrotadas de grãos. No fluxo contrário ficou facilitado o acesso de fertilizantes e outros insumos agrícolas para as regiões produtoras (www.ferronorte.gov.br).

Quadro1 - Marcos históricos da FERRONORTE

Data	Marcos históricos da FERRONORTE
Dezembro- 1987	Grupo Itamaraty desenvolve estudos iniciais de viabilidade da FERRONORTE
15 de abril – 1988	Os estudos são encaminhados ao Governo Federal
22 de setembro de 1988	É constituída a FERRONORTE: Ferrovias Norte do Brasil
15 de dezembro – 1988	A SUDAM através de seu Conselho Deliberativo, declarou como de interesse para o desenvolvimento econômico dessa região o projeto de extensão da FERRONORTE até Cuiabá (MT) e, conseqüentemente, merecedor da colaboração financeira dos recursos administrados pela SUDAM e da redução do Imposto de Renda.
21 de fevereiro – 1989	É publicado através do Ministério dos Transportes, o edital de licitação pública para a construção e exploração comercial da Ferrovia.
19 de maio de 1989	A FERRONORTE vence a licitação e assina o contrato de concessão, com duração de 90 anos, com a possibilidade de ser renovado.
29 de agosto de 1991	É formalizado com a então FEPASA um termo de acordo de uso de via, instalações e outros ajustes, permitindo à FERRONORTE movimentar as suas composições na malha desta ferrovia.
Agosto de 1991	Início da construção da ponte rodoferroviária sobre o Rio Paraná, ligando Rubinéia (SP) a Aparecida do Taboado (MS). Nesta mesma época, a FERRONORTE assina com a CODESP um termo de compromisso, que lhe assegura o direito de arrendar a área no porto de Santos (SP) para a implantação de terminal de carga.
Junho de 1992	A FERRONORTE assina com o BNDES contrato de financiamento para a construção dos primeiros 311 quilômetros de via e instalações entre Aparecida do Taboado (MS) e Chapadão do Sul (MS) fora da Amazônia Legal. Com esse financiamento foi dado início à construção desse trecho inicial.
A partir de 1994	Foi dado início a um trabalho de divulgação, objetivando a abertura de capital da FERRONORTE e a participação de novos sócios.
Janeiro de 1994 a Dezembro de 1995	A construção da ponte rodoferroviária sobre o Rio Paraná é interrompida.
Janeiro de 1994 a Agosto de 1995	O ritmo de construção da FERRONORTE é reduzido drasticamente em função do atraso das obras da ponte e, também, das dificuldades financeiras do Grupo Itamaraty.
Agosto de 1997	o empreendimento foi definitivamente retomado. A ponte foi incluída, pelo presidente F. H. Cardoso, entre as obras prioritárias do "Programa Brasil em Ação" e o Grupo Itamaraty pode finalmente viabilizar o aumento de capital necessário para sua conclusão e a FERRONORTE passou a contar com novos sócios, sendo o principal deles a PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.
29 de maio 1998	Concluída a ponte.
1999	Ocorreu a inauguração oficial da primeira etapa da FERRONORTE.

Fonte: www.ferronorte.gov.br (acesso em junho, 2005).

Org.: ROCHA, J.R., 2005.

A inauguração oficial deu-se em 1999, quando o presidente F.H.Cardoso inaugurou a primeira etapa da FERRONORTE, um trecho com 410 quilômetros, permitindo o escoamento rápido e barato das maiores produções de soja, milho, arroz de sequeiro e algodão do Brasil. Dessa forma, essa nova empresa ferroviária está abrindo novas perspectivas de um maior crescimento da macro-região sob sua abrangência, onde novos projetos agro-industriais estão se instalando ao longo de seu trajeto, em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O projeto inicial da ferrovia estimava que o impacto na sua área de influência direta levaria à produção de cerca de 38 milhões de toneladas de grãos, cerca de metade de toda a produção atual de grãos no Brasil, representando um expressivo crescimento na safra e receitas com exportação, além de maior tranquilidade quanto ao abastecimento do mercado interno, além de ser gerador de empregos diretos e indiretos (www.ferronorte.gov.br).

A FERRONORTE deverá incorporar ao processo produtivo áreas significativas de terras aptas à agricultura (FERRONORTE, 1995). Além das culturas já existentes na região, a malha ferroviária vai viabilizar a cultura de produtos com menor valor específico, como é o caso do milho, e motivar a rotação de culturas em áreas de fronteira agrícola, possibilitando um melhor controle fito-sanitário, algo de significativa importância para a expansão da cultura de soja da região.

A área de influência direta da FERRONORTE abrange o Pontal do Triângulo Mineiro, o sul de Goiás, o nordeste do Mato Grosso do Sul e o estado de Mato Grosso (Figura 4).

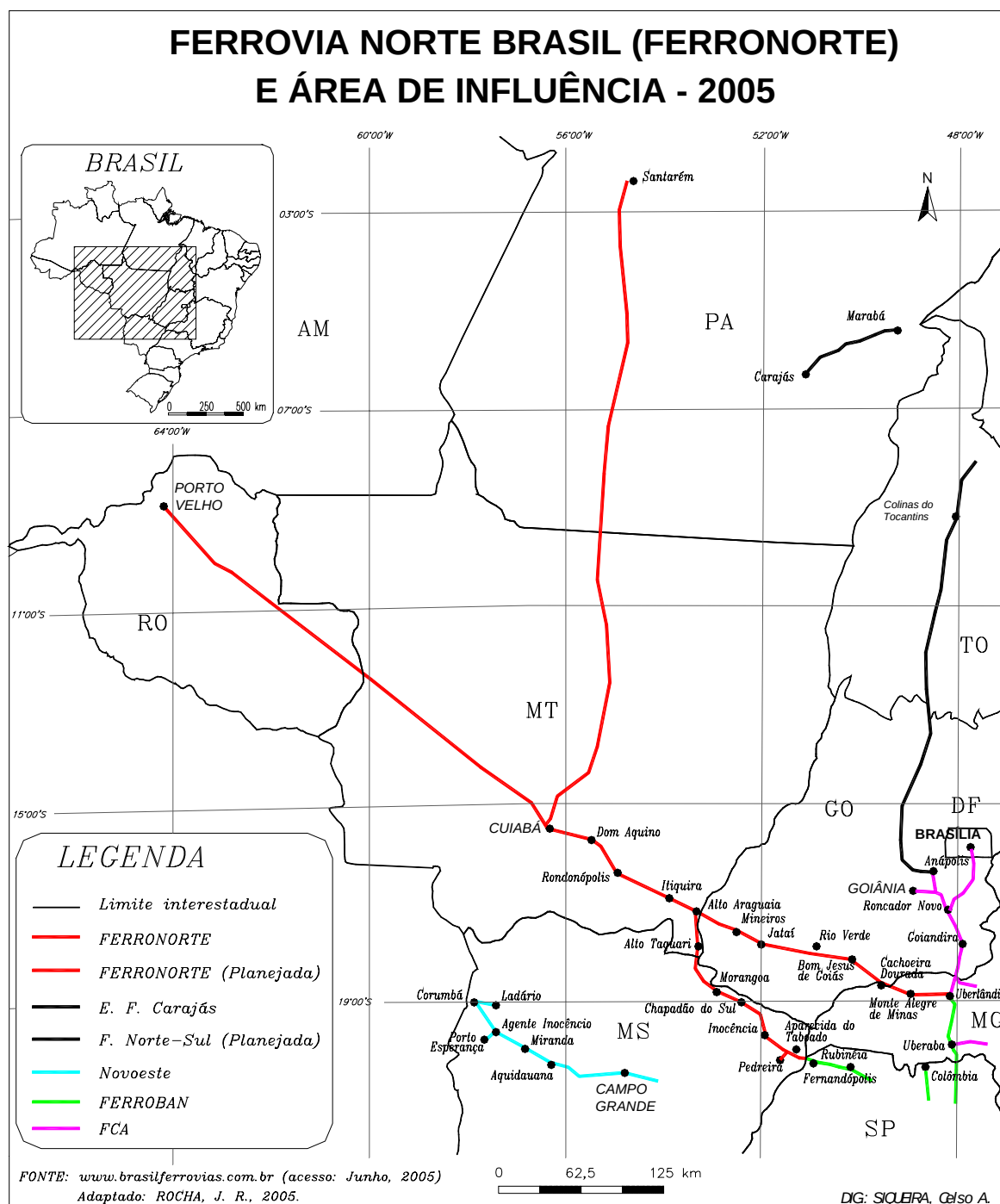


FIGURA 4

A agricultura dessa área apresenta um crescimento significativo. Dentre as culturas, destacam-se o milho e a soja. A produção de milho em 1980 era de 1.572 mil toneladas e, numa projeção, poderá chegar em 16.800 mil toneladas no ano de 2017. A produção de soja de 817 mil toneladas poderá, na mesma projeção, chegar em 16.645 mil toneladas no ano de 2017, levando a crer que a FERRONORTE influenciará nesta produção.

Tabela 1 - Evolução e Projeção da produção de grãos agrícolas na área de influência da FERRONORTE (em 1000 ton) – 1980 -2017

PRODUTOS	PERÍODOS						
	1980	1985	1987	1989	1994	1998	2017
Arroz	2.148	1.082	1.514	1.432	1.174	1.082	1.917
Milho	1.572	1.697	3.155	3.793	3.692	5.216	16.800
Soja	817	3.608	3.847	6.320	7.942	9.213	16.645
TOTAL	4.537	6.387	8.517	11.545	12.808	15.511	35.362

Fonte: IBGE (apud FERRONORTE, 1997)

Conforme FERRONORTE (1995), as projeções da produção de grãos agrícolas da provável área de influência da ferrovia foram feitas para 1998 e 2017 e interpoladas ao longo desse período considerando dois contextos. De um lado, foi analisada a evolução histórica e previsão da demanda doméstica e internacional e a participação mínima razoável a ser esperada do Brasil nesses mercados. De outro, estimou-se, da mesma forma, a contribuição prevista da região estudada, considerando o aumento de sua competitividade com a implantação da nova ferrovia. As mercadorias estudadas em FERRONORTE (1995), com mais profundidade foram soja, milho e arroz. Também foram estudadas, de forma correlacionada à produção agrícola atual e projetada, as demandas de fertilizantes, calcário agrícola e de combustível. Adicionalmente, sob a designação de única de carga geral, foram estudadas outras mercadorias importadas ou exportadas pela região e que poderão ser transportadas pela ferrovia.

A expansão da agricultura observada na área de influência da FERRONORTE se deve a alguns fatores especiais. Localizada nos chapadões divisores de água das bacias dos rios Amazonas, Paraná e Paraguai, suas áreas agrícolas possuem topografia plana e clima tropical úmido com chuvas muito regulares, distribuídas entre setembro e abril, índices pluviométricos em torno de 2.000 mm/ano, temperatura média do mês mais frio sempre superior a 18° C. Neste aspecto, é importante ressaltar que a região da FERRONORTE não apresentou até hoje registros de perdas agrícolas significativas por problemas climáticos, característica que tem permitido aos produtores operarem com menores margens de lucro nas fronteiras agrícolas mais distantes dos principais mercados. De acordo com Dallaqua (2002, p.73):

a ferrovia terá peso fundamental no incremento das exportações, gerando empregos nos setores de serviços, indústria e agricultura. Por esses motivos, a FERRONORTE foi incluída no Programa Brasil em Ação, do Governo Federal, que reúne 24 projetos prioritários.

A FERRONORTE tem papel importante na expansão do agronegócio pelo Brasil Central. O transporte rodoviário por ser mais dispendioso cederá espaço para o transporte ferroviário que é bem mais barato. Assim, haverá economia, tanto na drenagem de cargas do interior para o porto, quanto em sentido contrário, quando viajam o adubo e outros produtos para a lavoura. Dessa forma, se os compradores de grãos gastarem menos com o escoamento da safra poderão pagar mais pelas mercadorias e se os insumos tornarem mais baratos a tendência dos agricultores é aumentar sua produção.

O retorno do investimento FERRONORTE, erguido após longos anos de imobilismo político, é esperado, sobretudo, em desenvolvimento dos estados da região Centro-Oeste. Em Mato Grosso do Sul e Mato Grosso é possível perceber a grande influência no aumento da produção agrícola, capaz de melhorar a qualidade de vida dos moradores daquela região, diminuindo as distâncias entre os estados mais ricos e os mais pobres. (DALLAQUA, 2002).

A FERRONORTE já é uma realidade. Controlada pela FERROPASA, que também controla a NOVOESTE e FERROBAN, a FERRONORTE conta com três terminais, Inocência, no km 110, Chapadão do Sul, no km 291 e Alto Taquari, no km 410, os quais armazenam grãos que serão transportados ao longo dos 1.310 km de trilhos até o Porto de Santos (410 da FERRONORTE e 900 da Ferrobán) (Figura 5).

A FERRONORTE permitirá a expansão da produção da soja, valorizando vastas áreas de cerrado. Irá também contribuir decisivamente para a ampliação do transporte ferroviário de algodão, açúcar e álcool, aumentando as potencialidades da região. Em 2003, a FERRONORTE transportou 5,6 milhões de toneladas, sendo responsável pelo transporte de 70% da soja produzida no Mato Grosso e por 50% da soja exportada pelo Porto de Santos, sendo que a meta para 2004 é transportar 6,9 milhões de toneladas (www.brasilferrovias.com.br).

O terminal de Chapadão do Sul possui três silos, com capacidade para armazenar até 3.500 toneladas cada e com estrutura para carregamento de vagões de 400 toneladas por hora. A construção desse terminal no município de Chapadão do Sul (Figura 6) tem permitido o escoamento rápido e barato da produção de soja, milho, arroz e algodão. Dessa forma, essa nova empresa ferroviária está abrindo novas perspectivas de um maior crescimento da região, onde novos projetos agro-industriais estão se instalando ao longo de seu trajeto.

FERRONORTE: Terminais para transporte - 2005

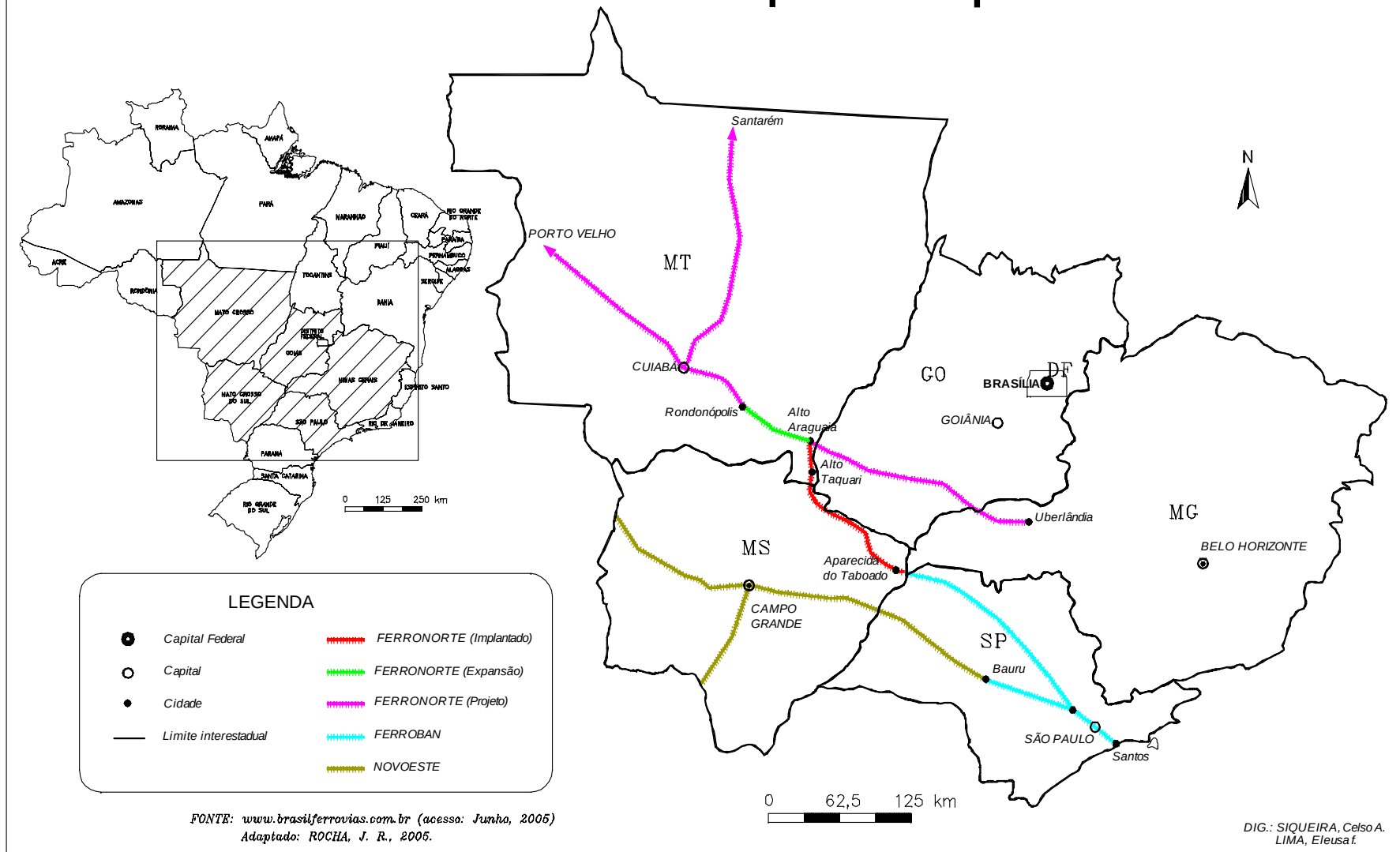




Figura 6 - Terminal da FERRONORTE em Chapadão do Sul, km 291

Fonte: www.brasilferrovias.com.br. (acesso, junho 2005)

As cargas de Costa Rica (MS) e de Chapadão do Sul (MS) são escoadas majoritariamente pela FERRONORTE rumo aos portos de Santos e Paranaguá. Assim, verificou-se que o grande impacto da FERRONORTE está na otimização do escoamento de milho, soja e seus derivados, para o mercado interno e exportação.

Em 2005, os principais usuários do transporte pela FERRONORTE são basicamente indústrias processadoras e comercializadoras de soja e milho e indústrias produtoras de óleo de soja.

A competitividade do escoamento de grãos agrícolas pela ferrovia não está seguramente incontestável, devido a uma série de variáveis, dentre elas o custo do frete ferroviário, aumento da distância com relação ao transporte rodoviário, custo de transbordo e altos investimentos em infra-estrutura dos trilhos. No entanto, produtos que se destinam à

exportação por Santos (SP), como soja em grãos e farelo de soja, originados nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e parte de Goiás, podem utilizar o transporte via FERRONORTE.

Dessa forma, a ferrovia constitui uma nova realidade para a região Centro-Oeste do Brasil, inclusive no município de Chapadão do Sul, alterando a paisagem onde se estendem imensas fazendas de soja, gado e mata típica do cerrado. Os agricultores que desbravaram a nova fronteira agrícola nas últimas três décadas estão confiantes com os investimentos na plantação de novas culturas como o caso do milho e algodão e na construção de armazéns agroindustriais.

Sem dúvida, o empreendimento implicará na economia regional com o fortalecimento dos setores industrial, do comércio e dos serviços fomentados pelo crescimento agrícola, o que ocorrerá, com mais intensidade. O movimento da ferrovia tem fortalecido a união, agregação e integração dos agentes econômicos regionais.

Com a transferência de um grande volume de transporte da rodovia para a ferrovia, haverá economia na manutenção de estradas, que estão desgastadas com o peso transportado pelos caminhões, chegando até mesmo a ficar sem condições de trânsito para veículos pequenos.

Assim, como se pode observar a ferrovia trouxe grandes melhorias para o município de Chapadão do Sul, interligando o município aos grandes entroncamentos rodoviários e ferroviários da região Sudeste. No próximo capítulo caracterizaremos o espaço rural de Chapadão do Sul.

2. O ESPAÇO RURAL DE CHAPADÃO DO SUL: uma caracterização – 1985-2005

2.1. Cassilândia/Chapadão do Sul : “revisitando” sua história

A região hoje ocupada pelo município de Chapadão do Sul era, em meados do século XIX, uma área de imenso vazio demográfico. De acordo com a estória regional, havia naquela época um grande número de índios, também chamados de bugres pelos brancos, ali residentes naquele cerrado que ia a perder de vista. Esses índios viviam da caça e pesca (ALVARENGA, 1986).

Com o passar dos anos, concomitante e lentamente o velho Sertão dos Garcias, área que hoje compreende o município de Cassilândia, começou a passar por uma nova fase, um novo desenvolvimento. Homens perambulantes, tocando boiada, começaram a batalhar levando e trazendo gado nesta rota que os levava à cidade de Cuiabá, capital do ex-Mato Grosso rumo ao Pantanal e a São Paulo.

Cassilândia (MS) foi elevada à categoria de município, subordinado à comarca de Paranaíba, em 31 de julho de 1954, assumindo inteiramente a prefeitura no dia 3 de agosto, o Juiz de Paz Caetano Nogueira da Cunha. Em 03 de outubro de 1954 foi realizada a primeira eleição municipal, sendo eleito prefeito o Sr. Sebastião Leal (LEAL, 2001).

Durante seu mandato, Sebastião Leal abriu diversas estradas interligando o município de Cassilândia com outras regiões como Paranaíba, Lagoa Santa (GO), Árvore Grande, Indaiá e fazendas vizinhas, não contavam com máquinas e essas estradas foram abertas tudo na base do machado, foice e enxadão. O município de Cassilândia, com extensão territorial de 4.171 km², aos poucos foi sendo povoado pelas pessoas vindas de outros

estados. Em 27 de dezembro de 1958, foi incorporado o Distrito de Baús ao município de Cassilândia (LEAL, 2001).

Em 22 de fevereiro de 1966 foi instalada a Comarca de Cassilândia e em 26 de janeiro de 1966, o Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis. Em 3 de outubro de 1969 foi eleito para prefeito o Sr. Ib Queiroz, que construiu estradas rurais, favorecendo o transporte de cereais que eram produzidos na região (LEAL, 2001). Nos anos de 1980, o município de Cassilândia contava com dois distritos: Indaiá do Sul (que permanece até os anos de 2005) e Chapadão do Sul, emancipado em 1987).

A economia do município, sem dúvida, girava em torno da pecuária extensiva e aos poucos a agricultura era introduzida. O transporte das boiadas era realizado pelos peões que as levavam tocadas, vez que a região não possuía boas estradas, tampouco caminhos para efetuar esses transportes.

As boiadas eram grandes, contadas a dedo somavam altas quantias em dinheiro, na era do chamado mil-réis, quando o conto de réis era dinheiro para comprar fazendas. Com o passar dos anos, alguns homens foram ficando naquelas terras, a fim de se fixarem e desenvolver a pecuária, bem como a agricultura de subsistência, pois era a atividade econômica mais viável para a época naqueles sertões.

Cansados, esses viajantes-vaqueiros, às vezes eram obrigados a pernoitar. E como a terra era de chapadão e a pousada era fria, resolveram eles, os boiadeiros, colocar o nome naquela vasta área de cerrados de “Chapadão do Pouso Frio”. Assim, o velho chapadão passava a ser denominado de Chapadão do Pouso Frio. Como homenagem a esta vulgar denominação regional, expressão do homem do campo, do homem que luta pelo seu ideal pioneiro, do pioneirismo retundante e justo, o senhor Laureano Schester Machado, batizou sua fazenda de sojicultura de Pouso Frio (Informação Verbal).¹

¹ Entrevista realizada em março de 2005, com Sr. Lúcio Xavier Machado, empresário e fazendeiro residente em Cassilândia.

A denominação “Chapadão do Pouso Frio” permaneceu por vários anos, até a chegada dos pioneiros “gaúchos” no município, a partir de 1972, quando se assentaram naquelas terras e começaram a desenvolver o cultivo da agricultura em grande escala. Em virtude da grande migração de gaúchos para aquele local, o mesmo passou a ser chamado de “Chapadão dos Gaúchos” (ALVARENGA, 1986).

Diz Alvarenga (1986) que, por volta de 1840, havia alguns habitantes, moradores nas furnas² e que cortavam as matas para fazer agricultura de subsistência e criavam gado. A eles se juntaram alguns migrantes gaúchos, que abriam as primeiras fazendas com a intenção de fazer lavouras, juntamente com suas famílias, dentre elas, podem-se citar as famílias Sponchiado, Krug, Zardo, Pires e Nunes da Cunha.

Para melhor entender a importância dessas famílias para o município de Chapadão do Sul, buscamos conhecer melhor sobre cada uma delas e para tanto nos recorremos a obra de Lorenzon (2003) e de Alvarenga (1986).

A família Sponchiado, oriunda de Getúlio Vargas (RS), chegou no município no ano de 1967, adquiriu uma área de onde recolheu um pouco de terra e levou para ser analisada, verificando que a mesma necessitava de aproximadamente 4.500 kg de calcário por hectare para se tornar produtiva. Adquiriu sementes e no ano seguinte fez um experimento que o deixou muito entusiasmado. Voltou ao Sul e não escondeu dos seus amigos o seu entusiasmo com aquela região, chegando a motivar alguns deles. No ano de 1969, convidou os irmãos Krug para virem conhecer a região. No entanto, embora bastante entusiasmado, não podia permanecer na região, vez que tinha filhos pequenos e negócios em Getúlio Vargas, assim arrendou sua propriedade e retornou para sua cidade. Somente em 1988 reassumiu suas terras e em 1990 trouxe sua família para residir no município de Chapadão do Sul, onde ali se encontram até o momento (LORENZON, 2003).

² Denominação dada a região montanhosa localizada próximo às serras.

A família Krug, constituída por Christovam Carlos Krug, João Krug e Augusto Krug Neto, procedente da cidade de Getúlio Vargas (RS), em agosto de 1969, trocaram 153 hectares de terras do Rio Grande do Sul, por uma área de 17.540 hectares em Chapadão. A terra no Rio Grande do Sul era centena de vezes mais valiosa. A terra em Chapadão do Sul possuía um valor insignificante (ALVARENGA, 1986).

João e Christovam chegaram de mudança ao chapadão, o velho e conhecido Chapadão do Pouso Frio, no dia 26 de agosto de 1969, cujo objetivo era o de crescerem e fazer progresso naquelas terras, que se não eram férteis, tinham grandes possibilidades de ser corrigidas com análises e implantação de calcário e adubos químicos. Por último, chega Augusto Krug Neto, no dia 22 de novembro de 1969, com mudança, acompanhado também da família, para a fazenda Pouso Frio. Para a mesma fazenda, chegou o irmão João e família, dividindo, inicialmente os trabalhos (LORENZON, 2003).

Enquanto isso, Christovam comprou uma outra gleba denominada fazenda Gávea, a 10 quilômetros do distrito Chapadão do Sul. Com relação àquele início na chamada “terra prometida”, o gaúcho fundador do Chapadão, Augusto Krug lembra a primeira lavoura de arroz, no mesmo ano, num total de 50 hectares, que serviu praticamente de experiência aos três irmãos. Em seguida, foi plantada uma área de soja, também em caráter experimental. Na época havia a dúvida no que diz respeito ao resultado final da colheita. E como experiência foi cultivada vários tipos de soja para ser escolhida a melhor qualidade e o melhor aproveitamento (LORENZON, 2003).

Essas famílias enfrentaram grande descrédito por parte dos matogrossenses, que não acreditavam no sucesso desses “gaúchos”. No entanto, eles persistiram, plantaram uma pequena área e tiveram uma boa produtividade, deixando os proprietários entusiasmados.

Ainda com relação à história das famílias “pioneiras”, no ano de 1972, com o progresso de Chapadão do Pouso Frio, houve uma valorização no preço da terra e o senhor

Christóvam Krug vendeu 1000 hectares para fazer alguns investimentos em sua propriedade e estudar os filhos. Por volta de 1974 e 1975 a produção de arroz começou a explodir e o Chapadão dos Gaúchos foi considerado a capital do arroz, onde eles ganharam muito dinheiro, mas deve-se ressaltar que por falta de tecnologia e por uma doença de nome “bruzone”³ começaram a ter problemas com a produção. Assim, no ano de 1977, o senhor Christóvam resolveu plantar 30 hectares de soja, em busca de nova alternativa na agricultura, embora com dificuldades por não ter variedades adaptadas para as áreas de cerrado. João Krug reside em Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul, enquanto que Christóvam e o próprio Augusto moram até hoje no Chapadão do Sul. Os três irmãos ainda possuem lavouras de soja, arroz, milho e trigo, além de lidarem com gado leiteiro (LORENZON, 2003).

Para dar continuidade a estes depoimentos, entrevistamos o Sr. Augusto Krug Neto⁴, que nos relata fatos desde a sua saída do Sul para trabalhar naquelas terras brutas, necessitadas de muitos cuidados e de apoio político. *“Apoio político que nunca vinha. Só as profecias e promessas de palanque”*. Conta também a importância de outros batalhadores que vieram para o município de Chapadão do Sul, como Osvaldo Pio Andreguetto, Ângelo Mariotti Neto, Francisco Sales, Carlos Sperotto, Edwino Schultz e irmãos, Elo Ramiro Loeft, homens que fizeram daquele horizonte de campo e cerrado ralo, um verdadeiro centro agrícola da região do bolsão sul matogrossense. O entrevistado mostrou ainda que, muitas dificuldades foram por eles encontradas no desbravamento daquela região, a começar pelo descrédito que possuíam na região. No entanto, conseguiu alguns financiamentos junto ao Banco do Brasil, localizado na cidade de Paranaíba-MS, para realizar o projeto de análises de terras para serem levadas ao Instituto de Agronomia da cidade de Campinas, estado de São

³ Bruzone – doença que ataca a plantação de arroz, desde a sua fase inicial até o momento da colheita, causando perdas significativas para o produtor. (Fonte: Diário de Cuiabá – www.bolsamt.com.br – acesso em 01 set. 05.

⁴ Entrevista realizada em março/2005.

Paulo. De acordo com os resultados dos exames, constataram-se a necessidade de utilização de calcário, adubos químicos, além de herbicidas.

“Seu” Augusto Krug, assim conhecido por todos no Chapadão, é proprietário de uma fazenda de mais de 3 mil hectares, sendo totalmente explorada, 1 mil e 200 hectares utilizados para a sua própria lavoura e a mesma quantia arrendada, com mais 600 hectares formados em pastagens.

Relata ainda o entrevistado, Sr. Augusto Krug, que os gaúchos trouxeram várias culturas do Rio Grande do Sul para o nosso Estado. E foram essas culturas que muito auxiliaram esses homens a viver aqui. O chimarrão é uma delas, usado como bebida pelos gaúchos e atualmente pelos sulmatogrossenses; outra é o eucalipto, que tem como função primordial proteger as sedes das fazendas e também é utilizada como lenha e madeira para confecção de móveis e utensílios a gaúcha.

Juntamente com seus familiares, Sr. Augusto Krug trouxe do Rio Grande um tipo estranho de gado, conhecido pelos gaúchos como “devon”⁵, animal vermelho-roxo, que, cruzado com o zebu, é excelente para a produção de leite. Essas vacas não são muito comuns no estado, existindo apenas no Chapadão do Sul, a morada dos gaúchos. Sua fazenda de nome Rio Grande lembra sua terra natal, que contém galpão de maquinários como colheitadeiras, plantadeira, vários implementos; toda colheita é servida de muitas máquinas especiais, sendo que a soja é levada a granel para os armazéns da Ceval, uma das maiores empresas do Chapadão.

O entrevistado, Sr. Augusto Krug, morou durante alguns anos na Fazenda Rio Grande e depois ajudou a fundar ao lado dos Schultz, no ano de 1981, o distrito de Chapadão

⁵ Devon é uma raça de gado, das mais antigas do Reino Unido. No século XIX, o devon foi cuidadosamente cruzado com zebus indianos visando a formação de raças adaptadas ao clima tropical. A raça devon foi introduzida no Brasil em 1906 por Assis Brasil na região de Pedras Altas – RS. (<http://assisbrasil.org/devon>), acesso em 01 set. 05.

do Sul. Atualmente a família Krug continua residindo e contribuindo para o crescimento do município.

A família Schultz também contribuiu para a ocupação do município. Assim Edvino Schultz, gaúcho oriundo da cidade de Santo Ângelo, interior do Rio Grande do Sul, resolveu deixar o seu estado em busca de uma vida melhor em Mato Grosso. Sua chegada ao velho Chapadão do Pouso Frio ocorreu no dia 7 de setembro de 1973, quando trocou alguns hectares de terras naquele município por 450 hectares no Chapadão dos Gaúchos. Indubitavelmente, as dificuldades encontradas por Edvino Schultz não eram poucas, a começar pelas rodovias que eram cobertas por barro, lamaceiro, areia escorregadia, buracos, dentre outros obstáculos, que fizeram com que muitos gaúchos fossem embora. No entanto, eles persistiram, pois acreditavam que tudo ia melhorar, montaram naquele município o Auto Posto Chapadão (LORENZON, 2003).

Nesse elenco de migrantes, oriundos do sul do país, há que se destacar o nome de Júlio Martins que no ano de 1972 chegou à região e deu ênfase à colonização. Esse gaúcho, sobrevoando a região dos Chapadões do município de Cassilândia, notou a excelente qualidade das terras férteis e como corretor de imóveis, vendeu uma grande área, atualmente localizada no município de Chapadão do Sul e adquiriu também 2 mil hectares, abrindo sua própria fazenda.

Cassilândia com seu solo húmifero e rico em nutrientes favorecia o desenvolvimento das atividades agrícolas. O otimismo desse gaúcho de Ijuí contagiou aos mais desacreditados, favorecendo a permanência dos gaúchos naquele local, a fim de trabalharem a terra. Fazendo uso de seu avião – que pertencera a Adhemar de Barros, importante político paulistano – ia e voltava do Rio Grande do Sul, onde reunia gaúchos coirmãos para mostrar-lhes a beleza e a esperança no cerrado sul mato-grossense. Júlio Martins mostrava-lhes fotos de áreas recém-beneficiadas. A versatilidade das terras do Chapadão do

Sul era notável até mesmo via fotografias em preto e branco ou mesmo a cores que traziam a beleza inconfundível daquelas terras em brutal transformação física (LORENZON, 2003).

Os gaúchos, desprezando toda a teoria nativa e o convencional, realizaram uma correção no solo de Chapadão e de suas terras arrancaram uma produção agrícola à altura de se tornarem satisfeitos economicamente, num verdadeiro desafio aos pessimistas que se lançaram a grandes distâncias, em procura de terras de melhores condições (LEAL, 2001). Esses gaúchos transformaram Cassilândia num verdadeiro celeiro de grãos a nível estadual. Após a emancipação do município de Chapadão do Sul (1987), o município de Cassilândia permaneceu com sua base econômica voltada para o setor primário, enquanto que Chapadão do Sul continuou desenvolvendo a agricultura.

Júlio Alves Martins é natural de Ijuí (RS), exerce a profissão de empresário, fazendeiro e aviador. Sua formação escolar é provida de uma quinta série e nada mais. Participou de vários congressos de corretores de imóveis em Campo Grande. Negar a importância de Júlio Martins a nível estadual e a nível nacional é impossível, vez que ele sempre teve grande influência junto a políticos do estado de Mato Grosso do Sul e de outros Estados. Dentre esses, podemos destacar a visita do Ministro da Agricultura, Alysso Paulinelli, governadores do Estado de Mato Grosso do Sul, Wilson Barbosa Martins e Marcelo Miranda, e pessoas influentes de outros países como franceses, italianos e de uma equipe da BBC de Londres (LORENZON, 2003).

Assim, juntamente com Júlio Martins, a família Schultz lutou pela criação e emancipação do município de Chapadão do Sul, sendo considerada pelos gaúchos ali residentes como a família fundadora do município. A determinação da família Schultz foi importante, tendo em vista ter sido a segunda a pisar as terras do antigo Chapadão do Pouso Frio.

Portanto, a ocupação produtiva deste espaço se deu através da criação de gado

feita de maneira extensiva, portanto, realizada de forma bastante rudimentar acompanhada ainda por uma agricultura de subsistência. A ocupação das terras limitou-se às zonas mais acidentadas e providas de água conhecidas por regiões de furnas. O desenvolvimento agrícola daquela região de cerrado, de solo pobre, era desacreditado por todos os fazendeiros. As lavouras não tinham como objetivo primeiro a produção para comercialização, e sim a manutenção dos residentes na zona rural, porém o excedente da produção era, em alguns momentos, destinado ao mercado.

Do ano de 1972 a 1975 foram muitas as mudanças na paisagem do Chapadão. Em lugar das árvores e da vegetação nativa do cerrado derrubada com a força dos tratores, os arrozais mostravam suas espigas douradas. Era necessário, porém, muito capital, muito trabalho, audácia e persistência. Assim, nesta fase do processo de ocupação, as modificações proporcionadas com a chegada os pioneiros foram limitadas, principalmente, quanto a quantidade de recursos empregados e o padrão tecnológico utilizado nas atividades produtivas.

Os investidores sulistas enfrentaram muitas dificuldades para iniciar seus investimentos naquela região, a política agrícola governamental era sofrível e os caminhos a serem percorridos, tortuosos. As instituições financeiras não financiavam a agricultura e os fazendeiros sofriam as injunções ocasionadas pela perda da colheita. Muitos comerciantes e gerentes de bancos negavam-se a negociar com os novos proprietários cujas terras não tinham valor comercial. Não havia lastro, portanto, para qualquer financiamento (MARTINS, 1999).

Diante das dificuldades financeiras existentes, vários pequenos e médios proprietários desistiram do Chapadão e outros resolveram trabalhar como empregados em fazendas vizinhas.

Inconformados com a situação que encontravam, os migrantes sulistas que já haviam se instalado na região, onde atualmente é o município de Chapadão do Sul, vão em

busca de novas saídas para resolverem os seus problemas. E assim, no início de 1973, diversos fazendeiros, comandados por Júlio Martins realizam uma grande “marcha até Brasília”, onde foram recebidos com promessas de ajuda na solução dos problemas que enfrentavam. Finalmente, chegou-se a um consenso, quando foi feita uma proposta inusitada por parte das autoridades governamentais, e que solucionaria parcialmente a questão do financiamento. Por esse acordo, os agricultores que tivessem bens de raiz no Sul do país, de onde eram originários, deveriam oferecê-los em caução às instituições financeiras do Banco do Brasil. Com o cadastro idôneo dos tomadores, as verbas do financiamento seriam liberadas, caso a caso, pelas agências do Estado de Mato Grosso, sediadas em Alto Araguaia e Paranaíba (LORENZON, 2003).

A partir de 1975 começaram os experimentos de soja com sementes trazidas do Paraná e São Paulo, que resultaram numa grande produtividade. A notícia da produtividade da soja espalhou e aumentou a procura de terras e grandes grupos passaram a investir nesta cultura de exportação.

2.2. Do “sul” ao Chapadão do Sul: a procura de novas terras pelos migrantes

Antes de continuar a narrativa sobre o processo de ocupação da região de Chapadão do Sul, cabe explicitar as razões que levaram os sulistas a se instalarem na região. Afinal, o que efetivamente motivou os sulistas a procurarem outras terras?

No início dos anos cinquenta o sudoeste do Paraná começou a viver um período de enormes transformações motivado pela ocorrência de um grande fluxo populacional. Em vinte anos, quase quarenta cidades nasceram nesta região. De acordo com Padis (1981), dois fluxos migratórios foram importantes para explicar esse crescimento: um

proveniente do norte do estado do Paraná e outro, mais significativo procedente do Rio Grande do Sul.

No entendimento de Tredezini (2000), a explicação mais plausível utilizada para se compreender melhor o processo migratório do Rio Grande do Sul para o sudoeste do Paraná está no fato do setor primário da economia do estado não ser mais capaz de absorver os acréscimos demográficos. As propriedades do estado de Rio Grande do Sul eram pequenas, originadas quase sempre por meio de heranças e possuíam uma disponibilidade de terras férteis quase nulas na época, com isso, o crescimento populacional ocorrido nestas regiões forçou a emigração de população para outros lugares do território nacional.

O setor industrial foi incapaz de absorver toda esta população expulsa da zona rural, não restando alternativa para estas pessoas a não ser atravessar as fronteiras do estado em busca de novas oportunidades. Parte desta população se deslocou para Santa Catarina ocupando áreas relativamente pouco habitadas no interior e, outra avançou até o sudoeste do Paraná. De acordo com dados do censo de 1960, pelo menos metade da população presente no sudoeste paranaense eram de origem gaúcha. Em 1968, quando das eleições municipais, para 21 das 24 cidades do oeste catarinense, o prefeito eleito era gaúcho (TREDEZINI, 2000).

Padis (1981, p. 159), ao fazer uma análise sobre o processo migratório no sul do país, mostra que

nas cidades de Pato Branco, Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Marmeleiro e Renascença é voz corrente que cerca de 90 por cento da população adulta imigrada provieram do Rio Grande, especialmente das áreas de colonização italiana, embora na cidade de Verê e suas adjacências haja predominância de elementos de ascendência alemã, procedentes, especialmente de Santa Catarina. Porém, cabe ressaltar, boa parte dos que provieram do Estado catarinense encontra também sua origem no próprio Rio Grande.

Como o preço da terra no sudoeste era bem inferior aos praticados no Rio Grande do Sul, passaram então a adquirir propriedades. Com isso, hábitos alimentares e

costumes de uma maneira geral foram introduzidos na região. De acordo com Padis (1981), a ocupação de caráter precário também ocorreu na região pela instalação da economia madeireira e pecuária extensiva. A exploração de madeira era realizada de forma bastante predatória e sem nenhuma intenção de reflorestamento, portanto, sem se preocupar com a preservação ambiental.

Na década de sessenta, o fenômeno que tinha motivado a emigração do Rio Grande do Sul, começou a aparecer no Paraná. Problemas familiares começaram a afetar o tamanho das propriedades, dificultando com isso, a capacidade de sobrevivência de algumas famílias. Outro fator que influenciou uma transformação econômica bastante grande na região foi a melhoria do sistema viário da região, que fez com que capitais mais competitivos passaram a se interessar pela região diante do seu grande potencial. Dessa forma, os menos capitalizados foram pressionados a deixarem o sudoeste do Paraná em busca de novas terras. Esse processo se configura como diáspora que no entendimento de Haesbaert (1998, p.57), diáspora [gaúcha]

não é um processo de expulsão por motivos político-culturais, como originalmente a noção indica, mas sim econômicos, pois tanto o capitalista que migra para expandir seus lucros quanto o sem terra que vai em busca de terra e trabalho são movidos por diferentes faces da mesma lógica de concentração dos meios de produção e da especulação imobiliária e financeira [...] A migração tem antes de tudo uma base econômica, pela pressão e a expansão da dinâmica capitalista, embora também carregue, de forma indissociável, o mito imigrante de dominação e difusão de inovações em outras terras.

Esse movimento, portanto, foi responsável pela chegada dos sulistas na região de Chapadão do Sul. Com recursos considerados razoáveis pelas condições da época e, com a expectativa de um novo espaço para explorar foi que encontraram na região essa área de cerrado, que era tida como improdutiva e portanto vendidas a baixos preços.

Os fatores naturais do cerrado, como o clima, o solo e o relevo muito plano, permitiram o uso de técnicas de cultivo modernas e de tratores e equipamentos agrícolas no

aproveitamento da terra. As grandes propriedades que se instalaram na região cultivam cereais (milho, arroz e, mais recentemente, trigo) e oleaginosas (amendoim e, em especial, soja).

Esse conjunto de fatores naturais propícios ao desenvolvimento agroindustrial, motivaram, a partir de 1970, grande fluxo de migrantes sulistas, possuidores de capital financeiro e de experiência na atividade agrícola, a investirem nas regiões de cerrado. Esses migrantes eram pessoas que habitavam regiões onde o desenvolvimento agrícola já era bastante avançado e o valor das terras se elevava cada vez mais. Diante, disso resolveram sair em busca de áreas aproveitáveis para agricultura, onde pudessem expandir o seu capital.

No meio a essas transformações socioeconômicas e ambientais, enfoca-se na porção Nordeste de Mato Grosso do Sul, o município de Chapadão do Sul, que nas últimas décadas, foi incorporado pela agricultura mecanizada, ocorrendo no seu espaço agrário uma nova configuração socioespacial.

Tais atividades de base agrária foram impulsionadas pelo Estado através de um conjunto de políticas públicas direcionadas no sentido de viabilizar a implantação de atividades economicamente dinâmicas. Grandes lavouras de soja foram implantadas e graças a essas, o município se tornou mundialmente conhecido.

De acordo com os dados da Fundação de Apoio a Pesquisa Agropecuária de Chapadão do Sul⁶, o avanço tecnológico promoveu um salto qualitativo e quantitativo no desenvolvimento da agropecuária de ponta. Atualmente, o município, é conhecido, conforme já destacado, como “Entroncamento do Progresso”. Sua base econômica é a agropecuária, que se destaca pelo elevado nível tecnológico na produção, constitui-se em um pólo centralizador de produção de grãos e carnes, sendo que num raio de 200km da sede do município existem cerca de 600.000 ha de terras agricultáveis. É polo de investimentos em pesquisa e uso de

⁶ Dados fornecidos pelo Presidente da Fundação, Sr. Luís Evandro Loeff, durante visita realizada à mesma em novembro de 2004.

equipamentos com tecnologia de ponta, colocando-se em posição de destaque no cenário nacional e internacional.

O município de Chapadão do Sul, a partir da década de 1970, tem experimentado um processo de crescimento socioeconômico e populacional. Processo esse, resultante, em parte, de vários fatores implantados, tais como: o avanço das inovações técnico-científicas, a industrialização e a modernização agrícola, possibilitando o desenvolvimento econômico e diminuindo a utilização de mão-de-obra não qualificada.

Retomando a importância do “pioneiro” Júlio Martins⁷, em 1975 ele iniciou a plantação dos 120 primeiros hectares de soja, que resultou grande êxito de produtividade, fez com que o Banco do Brasil iniciasse a liberação de financiamentos para correção do solo, que coincidia com a política de incentivo do crédito para custeio implantada naqueles tempos, pelo governo, o que possibilitou a expansão da cultura da soja pela maioria dos fazendeiros trazidos por Martins.

A notícia da produtividade da soja se espalhou e aumentou a procura de terras e grandes grupos passaram a investir nesta cultura de exportação. As atividades agrícolas estavam num ritmo bastante acelerado, onde o plantio da soja ocupava vastas áreas e a abertura do cerrado continuava se estendendo. Além das famílias “pioneiras” já destacadas anteriormente, outros pioneiros (dentre eles Itacir e Hugo Sandini), empresas e fazendas começam a chegar ao município. Dentre elas, Campo Bom, tradicional exportadora de calçados do Rio Grande do Sul, sobretudo para os Estados Unidos e Canadá, que se instalou no ano de 1976; Catléia, de um grupo de fabricante também de calçados, com milhares de hectares de soja e trigo; Fazenda Passo Fundo e Chapada, respectivamente de propriedade de João Fabiani e Ivo Alves de Oliveira; Ceval⁸, também dona de altas transações agroindustriais

⁷ Entrevista realizada em março/ 2005.

⁸ A CEVAL foi vendida para a Santista, no ano de 2000, e hoje tem a denominação de Bunge Alimentos S/A .

(LORENZON, 2005).

Uma das primeiras fazendas a ser instalada no município, que muito contribuiu para o desenvolvimento de Chapadão foi a Fazenda Campo Bom, comprada no dia 25 de junho de 1976, uma grande empresa na área agropecuária, constituída por capital 100% brasileiro. Advinda da empresa-mãe atuante no setor coureiro calçadista de exportação, iniciou suas atividades, superando grandes dificuldades logísticas e de pobreza de recursos naturais do solo, que exigiram e exigem até hoje, vultosos investimentos em infra-estrutura e custeio agropecuário (LORENZON, 2005).

A empresa do Grupo Campo Bom priorizou investimentos em infra-estrutura básica operacional (usina hidrelétrica, residências, alojamentos, armazéns graneleiros, secadores de grãos, oficina mecânica) e investimentos na área social (escola, capela, centro recreativo, quadra poliesportiva, mercado, padaria, horta, pomar e outros), assumindo com espírito pioneiro a responsabilidade de proporcionar aos seus funcionários e familiares às condições mínimas necessárias de conforto e comodidade.

A Fazenda Campo Bom (Figura 7) nasceu com um conceito de modernidade, em virtude da visão industrial de seus diretores, que dotaram a propriedade de toda a infra-estrutura necessária à sua auto-suficiência. Partindo dessa política, unida à crença na atividade agropecuária, a Fazenda Campo Bom realizou investimentos arrojados em geração própria de energia elétrica, correção e fertilização dos solos, estrutura adequada de silagem e armazenagem, construção de sedes administrativa e operacional, pista de pouso homologada, transformando-se em uma fomentadora do desenvolvimento na região.



Figura 7 – Chapadão do Sul (MS): sede da Fazenda Campo Bom – 2005.
Autor: ROCHA, J.R., 2005.

A Fazenda Campo Bom continua mantendo a mesma concepção administrativa, buscando o aprimoramento tecnológico e humano dos seus investimentos, visando minimizar os riscos da atividade, tanto nos aspectos de garantia de rentabilidade, impacto ambiental e condições de trabalho.

Ao final do ano de 1976, o grupo Campo Bom⁹ adquiriu áreas em Goiás e ampliou novamente suas compras nos anos de 1980 em Mato Grosso do Sul e Goiás. As péssimas condições das estradas, que dificultavam e encareciam os insumos agropecuários, bem como as demais dificuldades peculiares a qualquer lugar em fase de desbravamento, não foram suficientes para impedir o crescimento da empresa, tanto no aspecto produtivo quanto no aspecto físico, integralizando, hoje, a área de 30.504 hectares no estado de Goiás e 12.190 no estado de Mato Grosso do Sul, onde se partilha a conquista de elevados índices de

⁹ Entrevista realizada em março/2005, com o Sr. Divino Silveira Alves.

produtividade, com a preservação ambiental de seus recursos naturais permanentes e legais. Em 1984, é adquirida pelo grupo Campo Bom, a Reichert Agropecuária Ltda que contribuiu de forma decisiva para o crescimento e desenvolvimento desta região, desenvolvimento este, que culminou com a emancipação política e administrativa dos municípios dos quais integra, e que hoje ocupam posição de destaque no cenário nacional de produção agropecuária.

A Fazenda Campo Bom foi a primeira propriedade a utilizar a Agricultura de Precisão no Brasil. Esse processo é uma forma inovadora de gerar informações agronômicas sobre as áreas de colheita e definir a melhor forma de produzir, ou seja, observar o que acontece na propriedade ajustando assim a aplicação de insumos e o uso de máquinas, tentando obter máximo de produtividade. Os testes iniciais foram realizados em 1999 com quatro colheitadeiras MF 38. Hoje, com oito máquinas gerando mapas de produtividade, o agricultor Jaime Aguiar já calcula um potencial de ganho de US\$ 384 mil na lavoura de soja e de US\$ 111 mil no milho. Na ponta do lápis significa 115 US\$/ha e 56 US\$/ha respectivamente (www.massey.com.br).

A adoção deste sistema de produção pelo agricultor, pressupõe a utilização de tecnologias modernas, como as de sensoriamento remoto, dos sistemas de informação geográficas (GIS), do sistema de posicionamento global (GPS), de máquinas e de equipamentos para aplicação localizada de insumos a taxas variadas.

Na figura 8 pode-se observar os operários da Fazenda Campo Bom participando de curso de aperfeiçoamento para manuseio de máquinas agrícolas. A fazenda possui um programa de treinamento de pessoal que planeja cursos e treinamentos de funcionários pelo menos duas vezes ao ano.



Figura 8 – Chapadão do Sul (MS): operários da Fazenda Campo Bom – curso de aperfeiçoamento, jan. 2005.
Fonte: Arquivos da Fazenda Campo Bom.

Em 1979, o Grupo Hering Têxtil do Brasil adquiriu 1050 hectares no município, onde foi instalado o armazém da CEVAL alimentos e toda a infra-estrutura para alojar os funcionários da unidade e também da lavoura. O gerente do armazém nesta época era o Sr. Itacir Luiz Brustolin e da lavoura era o Sr. Olavo que veio de Gaspar (PR) com a família. Ao redor do armazém foram construídas as casas, refeitórios e dormitórios, em forma de C. Essa arquitetura montada ainda permanece sem nenhuma alteração (LORENZON, 2003).

Em 1980 foi aberta uma escola para atender os filhos dos funcionários e demais alunos do entorno. Em 1981 a área agrícola foi vendida para a firma Kasper que montou armazém e continuou com a lavoura, pois o ramo da CEVAL era armazenagem para a exportação e transporte do produto e não estavam preparados para conciliar as duas coisas.

Em 2000, a CEVAL alimentos foi vendida para a Santista que hoje tem a dominação de Bunge Alimentos S/A. Cerca de 25 anos a CEVAL conviveu com as dificuldades dos agricultores da região e hoje ainda pode-se afirmar que Chapadão do Sul é uma área agricultável com grande potencial de produção e futuro promissor, e a empresa está sempre sincronizada para que exista uma perfeita integração de informações entre as zonas produtoras, unidades de industrialização e mercados consumidores (LORENZON, 2003).

2.3. Características dos proprietários rurais

A partir da pesquisa de campo realizada em janeiro, fevereiro e março de 2005, conforme já destacado, analisamos a estrutura fundiária dos proprietários de Chapadão do Sul e percebemos que, com relação à área, há um predomínio das médias propriedades. A tabela 2 mostra a classificação dos produtores segundo grupos de estrato de área, de acordo com o critério de classificação utilizado pelo Sindicato Rural e Fundação de Apoio à Pesquisa.

Tabela 2 - Chapadão do Sul: estrato de área (ha) das propriedades entrevistadas – 2005

Área (ha)	Número de propriedades
0 200	09
200 1000	28
Acima de 1000	13
Total	50

Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro/março – 2005.
Org. ROCHA, J.R.; 2005

Dentre os 50 produtores pesquisados, 68% deles, 34 produtores são da região Sul do país, 18%, ou seja 9 produtores são de São Paulo e 14%, ou seja 7 produtores são de estados e regiões diversas do país. De acordo com o depoimento desses produtores, eles já desenvolviam atividades agrícolas e migraram para o município de Chapadão do Sul na

década de 1970, na expectativa de abertura de novas fronteiras agrícolas e possibilidade de aquisição de terras de qualidade com preços atraentes para agricultura, região muito promissora com boa topografia, clima e localização propícias para o desenvolvimento das atividades agrícolas.

No universo da pesquisa, a maioria das propriedades entrevistadas (45), representando cerca de 90%, é dirigida pelos próprios proprietários, apenas 10% (5) são administradas por profissionais contratados, especialmente as que possuem grandes áreas porque os proprietários vivem na região Sul do país e têm propriedades nessa região.

Quanto a forma de aquisição das propriedades, a maioria foi adquirida mediante compra (98%) e com reforma agrária (2%), receberam a propriedade mediante concessão de título pelo INCRA

Dentre as propriedades pesquisadas 40% delas exercem também a atividade pecuária. A pecuária desenvolvida no município é de corte, desenvolvida com alta tecnologia utilizando a inseminação artificial, a transferência de embriões em animais PO, a coleta e venda de semen de animais provados em parecerias com grandes empresas como, por exemplo, a Central Jóia da Índia Semem e Embriões Ltda., Sete Estrela Embriões e Vic Embriões Ltda.

O cruzamento industrial e o confinamento são procedimentos também utilizados pela maioria dos proprietários para a obtenção do novilho precoce. As raças de gado mais encontradas no município são Blonde D'Aquitaine, Simental, Pardo Suíço, Nelore e diversos cruzamentos entre essas raças.

Todos os proprietários entrevistados são associados do Sindicato Rural do município e destes apenas 50%, ou seja, 25 proprietários são associados da Fundação de Apoio à Pesquisa Agropecuária de Chapadão, especialmente os médios e grandes

proprietários, que investem na produção agrícola em larga escala e necessitam de apoio da pesquisa e tecnologia avançadas.

Os proprietários entrevistados que fazem parte do grupo da Fundação de Apoio afirmam que recebem orientação dos profissionais responsáveis pela mesma com relação às variedades de sementes, práticas culturais, fertilidade do solo, problemas com pragas e doenças que atacam as lavouras, épocas adequadas para o plantio, enfim uma série de fatores que ajudam a obterem uma melhor produtividade e lucratividade.

Quanto ao Sindicato Rural, *“este surgiu da necessidade de união dos produtores para reivindicarem melhores políticas públicas para o setor e a defesa dos interesses da classe”*.¹⁰ Fundado em 1989, o mesmo tem procurado servir ao produtor associado da melhor maneira possível, oferecendo aos associados orientações necessárias para o setor agropecuário e, quando necessário, se unem a eles para reivindicarem melhores políticas públicas para o setor e defesa dos interesses da classe.

2.4. Chapadão do Sul: a necessidade de ser um município

Com a expansão econômica da região, a arrecadação do ICMI começou a subir e Cassilândia era muito beneficiada com os melhoramentos advindos das vendas repassadas pelo governo. No entanto, os problemas de infra-estruturas econômica e social no Chapadão continuaram sem as atenções do governo municipal. Começou a surgir a necessidade de se preocupar com os destinos políticos da localidade. A idéia de fazer desta região, um município independente passou então a guiar os destinos dos pioneiros. Iniciam-se os primeiros movimentos para criação de um município (ALVARENGA, 1986).

¹⁰ Entrevista realizada com o presidente do Sindicato Rural de Chapadão do Sul, Sr. Rudimar Artur Borgelt, em fevereiro de 2005.

Primeiramente, foi realizado o loteamento do distrito. Também estava sendo planejada a documentação para passar a colônia agrícola a distrito. Distrito de Cassilândia-MS. Em 1975 o sr. Edwino que tinha iniciado um loteamento e, como não o podia legalizar, em 1979 vendeu para Júlio Martins, uma área próxima ao posto onde fez o loteamento Julimar dotando-o de toda infra-estrutura necessária e que foi regularizado pelo decreto n. 474 de 25/11/1980. Júlio Martins forneceu água e luz para os moradores sem cobrar nada por uns dois anos, doou terrenos para amigos e pessoas de pouco poder aquisitivo para poder construir suas casas ou mesmo abrir seu próprio negócio. Com o passar dos anos, foram doados terrenos para cada necessidade que ia surgindo como: escolas (estadual, Municipais, particular e creches), para os dois hospitais e Posto de Saúde, Correio, para diversas igrejas, delegacia de polícia, biblioteca, câmara municipal, destacamento militar, prefeitura, Clube Paineira, CTG (Centro de Tradição Gaúcha) e fórum.

Insatisfeitos com a administração realizada pelo município de Cassilândia e com as promessas dos políticos, os pioneiros e desbravadores que vieram de outros Estados como Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná iniciaram-se um movimento visando à criação de município independente. Assim, em 11 de dezembro de 1980, o governador Pedro Pedrossian criou o Distrito de Chapadão do Sul pela Lei n. 180.

Entretanto, sete anos depois, o município de Chapadão do Sul foi desmembrado dos municípios de Cassilândia e Paranaíba, e teve sua emancipação política e administrativa através da Lei 768/87 em 27 de outubro de 1987. Em 15 de novembro de 1988 foi realizada a primeira eleição direta para escolha de seu governo próprio e instalado a 1º. de janeiro de 1989.

O município de Chapadão do Sul está situado na região nordeste do Estado de Mato Grosso do Sul e tem uma área de 3.047.55 km², divisando com Costa Rica, Água Clara, Paranaíba, Cassilândia e o Estado de Goiás. Localiza-se no planalto Meridional em uma área

composta por chapadões na sua porção central e sul, com altitudes em torno de 600 a 700 metros. As áreas planas e suavemente onduladas ocupam grandes extensões. Seu clima é do tipo tropical, com inverno seco e verão chuvoso. O município possui localização estratégica, por ficar próximo aos Estados de Mato Grosso, São Paulo, Minas Gerais e Goiás.

O município situa-se no entroncamento terrestre entre as rodovias BR 060 e MS 306 e aéreo entre São Paulo-Cuiabá e Campo Grande-Brasília. É distante 350 quilômetros de Campo Grande, capital do Estado e é próximo à divisa com o estado de Goiás. Ao norte, situam-se os municípios de Chapadão do Céu e Aporé no estado de Goiás. Ao Sul, temos os municípios de Água Clara e Inocência (MS). Ao leste situa-se o município de Cassilândia (MS) e, a oeste o município de Costa Rica (MS).

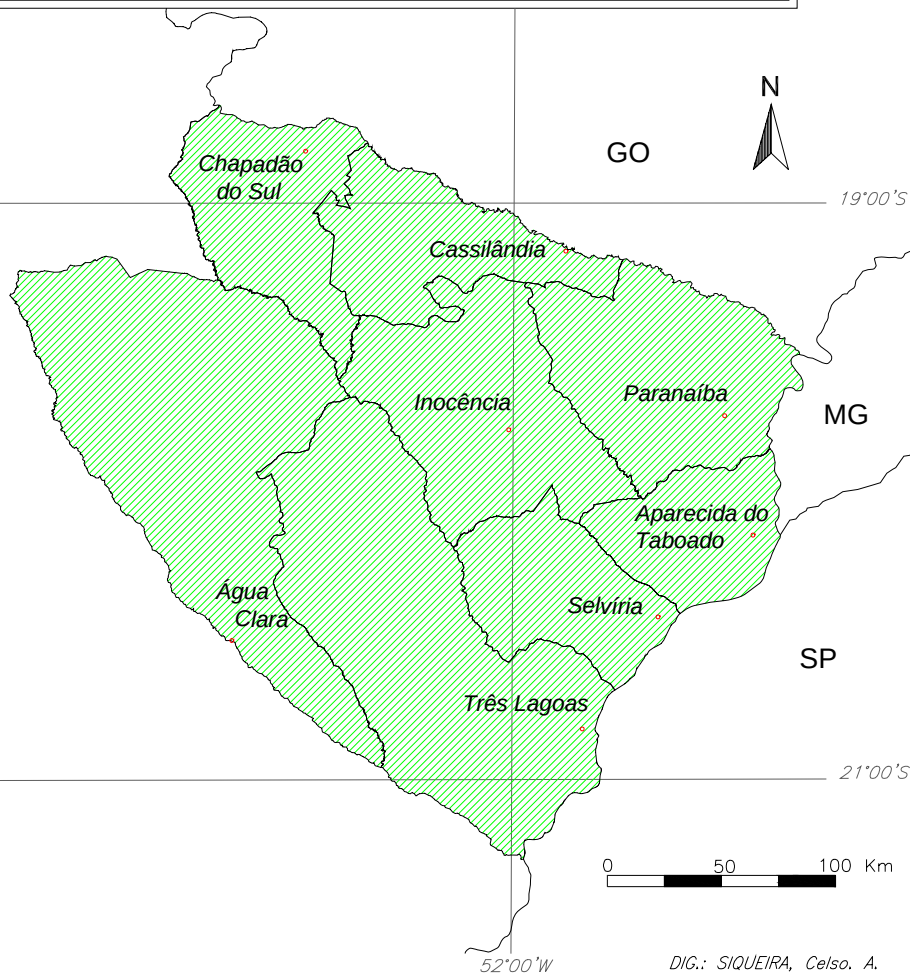
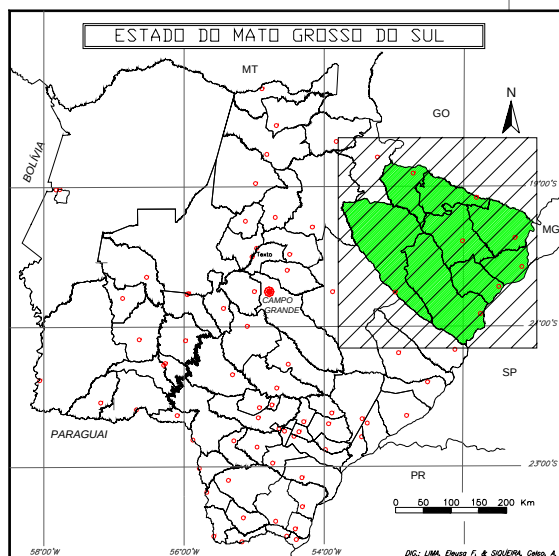
A região onde se localiza o município de Chapadão do Sul é chamada de Bolsão Sul Matogrossense (Figura 9). Essa região denominada Bolsão tem uma configuração geográfica espacial que lembra uma bolsa grande. Outro fato que levou a região a ter essa denominação é por que nela a atividade econômica principal, tanto no passado, como no presente, é a agropecuária, e do boi extrai-se o couro, do qual os tropeiros, no passado, faziam suas bolsas ou alforjes para carregar seus pertences. Como se percebe há uma identidade semântica entre a configuração espacial, a atividade econômica e o significado real do termo.

O termo Bolsão Sul Matogrossense é usado tradicionalmente nos meios políticos, culturais e econômicos do estado. A região denominada de Bolsão Sul Matogrossense é a área geográfica que está localizada a nordeste de Mato Grosso do Sul e é composta pelos municípios de Água Clara, Aparecida do Taboado, Bataguacú, Brasilândia, Cassilândia, Chapadão do Sul, Inocência, Paranaíba, Santa Rita do Pardo e Três Lagoas, cuja configuração espacial tem a forma de uma grande bolsa e a principal atividade econômica desta região é a pecuária bovina.

A população de Chapadão do Sul é formada por pessoas oriundas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e de outros Estados que aqui se estabeleceram.

O município de Chapadão do Sul, considerado a “Capital Agrícola do Estado”, possui uma população de 15.000 habitantes, sendo 11.000 na área urbana e 4.000 na zona rural, está dentre os municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, ocupando o primeiro lugar no IDH- 2004, apresenta o maior PIB. Possui a maior renda média anual por pessoa, R\$ 21.716,00 (RMT Online – 13/05/05 – www.mnp.org.br).

LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO DO BOLSÃO SUL-MATOGROSSENSE

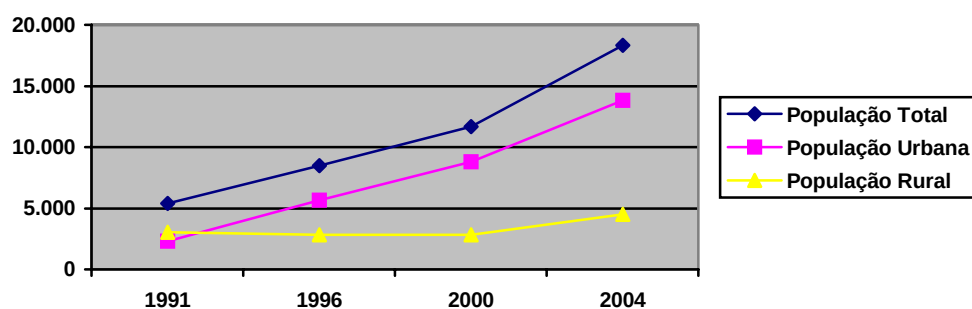


Fonte: IBGE/MS (www.famasul.com.br – acesso: junho, 2005)
Adaptado: ROCHA, J. R., 2005

FIGURA 9

A figura 10 apresenta a evolução da população do município de Chapadão do Sul de 1991 a 2004. Os dados indicam que nos anos de 1991 a maioria da população residia na zona rural. Entre 1996 e 2004 a população urbana aumentou e a população rural diminuiu.

Figura 10 – Chapadão do Sul (MS): população – 1991-2004



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 1991, 1996, 2000; Secretaria Municipal de Assistência Social (estimativa 2004).
Org.: ROCHA, J.R., 2005.

A base econômica de Chapadão do Sul é a agropecuária reconhecida em todo país pelo nível tecnológico, destacando-se na produção agrícola e na cultura de soja, milho, algodão e arroz, e na pecuária, cruzamento industrial, a inseminação artificial, transferência de embriões e o confinamento, proporcionando um rebanho bovino de aproximadamente 200.000 animais¹¹.

¹¹ Informação Verbal do Presidente do Sindicato Rural de Chapadão do Sul, jan/2005.

2.5. A agricultura e as transformações do espaço agrário de Chapadão do Sul

2.5.1. O contexto agropecuário: uma “leitura” da realidade regional

As transformações que se processaram no uso da terra do município de Chapadão do Sul estão estreitamente vinculadas à expansão capitalista no meio rural. Entretanto, foi através do plantio da soja que a agricultura de Chapadão do Sul se modernizou e inseriu-se na economia nacional como um dos maiores produtores de grãos da região Centro-Oeste.

Beneficiando-se de todo o desenvolvimento científico, tecnológico e da estrutura que já vinha sendo implantada na região, este município destacou-se pela elevada capacidade produtiva dos seus solos passando a ser referência nacional nas exportações de grãos.

Para melhor compreender o que aconteceu com a agricultura na região no período de 1990 a 2003, será analisado o comportamento de quatro importantes cultivos, tanto em Mato Grosso do Sul quanto em Chapadão do Sul. São eles: arroz, algodão, milho e soja. O objetivo desta análise é poder, a partir destes produtos, entender o que efetivamente está ocorrendo na região com a principal atividade do município que é a agricultura, principalmente a cultura de soja.

Com relação ao arroz (Tabela 3), em Mato Grosso do Sul, a produtividade aumentou gradativamente. No ano de 1990 a área plantada de 136.864 hectares e produção de 182.458 toneladas, passou em 2003 para uma área plantada de 50.067 hectares e produção de 238.588 toneladas. Percebe-se que a área plantada em arroz reduziu nesse período, no entanto a produtividade aumentou, passando de 1.333 kg/ha em 1990 para 4.765 kg/ha em 2003.

Tabela 3- Mato Grosso do Sul: área plantada, produção e produtividade - 1990 – 2003.

Tabela 3 – Mato Grosso do Sul: área plantada, produção e produtividade – 1990-2003.

ANOS	Área Plantada (ha)				Produção (ton)				Produtividade (kg/ha)			
	Arroz	Algodão	Milho	Soja	Arroz	Algodão	Milho	Soja	Arroz	Algodão	Milho	Soja
1990	136.864	44.793	268.479	1.286.382	182.458	73.559	595.718	2.038.614	1.333	1.642	2.219	1.584
1995	97.346	63.717	503.422	1.044.779	293.269	1055.791	1.435.151	2.283.546	2.458	1.660	2.850	2.185
1998	59.524	49.346	489.767	1.117.609	196.601	93.229	1.694.753	2.319.161	3.303	1.889	3.460	2.075
1999	69.736	46.564	536.705	1.073.960	261.516	114.521	1.92.159	2.799.117	3.750	2.459	3.585	2.606
2000	68.388	49.075	513.397	1.106.301	226.694	127.839	1.069.579	2.486.120	3.314	2.604	2.083	2.267
2001	53.113	50.143	548.479	1.065.026	220.534	169.425	2.185.846	3.115.030	4.152	3.379	3.985	2.925
2002	50.376	44.767	490.598	1.195.744	213.260	154.105	1.381.604	3.267.084	4.234	3.442	2.816	2.732
2003	50.067	43.725	709.198	1.412.307	238.588	159.060	3.071.623	4.090.892	4.765	3.638	4.331	2.892

Fonte: IBGE – MS- Censo Agropecuário – 1995, Produção Agrícola Municipal – 1990 , 1998 – 2003.
Org. Rocha, J. R., 2005.

Outra cultura em destaque é o milho, uma das culturas mais tradicionais da agricultura brasileira. Ele é produzido tanto por pequenos, como por grandes proprietários rurais. Este produto tem a característica de servir de alimento básico ao homem, para os animais e também como matéria-prima para a indústria, por ser um produto de produção rápida é muito utilizado na rotatividade de culturas nos estabelecimentos rurais.

Em Mato Grosso do Sul, a cultura do milho (Tabela 3) teve uma expansão da área plantada. Em 1990 era de 268.479 hectares, com uma produtividade de 2.219 kg/ha e passou em 2003 para uma área de 709.198 hectares, com uma produtividade de 4.331 kg/ha. Esse aumento significativo leva a crer que é resultado da mecanização, adubação etc.

A cultura do algodão também merece destaque. Até o início da década de 1990, a produção de algodão no Brasil concentrava-se nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Após esse período, aumentou significativamente a participação do algodão produzido nas áreas de cerrado, basicamente da região Centro-Oeste. Esta região, que em 1990 cultivava apenas 123.000 ha (8,8% da área de algodão do país) passou para 479.000 ha em 2002, correspondendo a 63,0% do total da área (www.cnpa.embrapa.br). Os estados do Centro-Oeste, reconhecidamente produtores de algodão herbáceo, são Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul.

O deslocamento da produção de algodão para a região dos cerrados, principalmente do Centro-Oeste, foi resultante das condições favoráveis para o desenvolvimento da cultura e da utilização de variedades adaptadas às condições locais, tolerantes a doenças e com maior potencial produtivo, aliadas às modernas técnicas de cultivo. Soma-se a isso, a expressiva elevação dos preços internos no primeiro semestre de 1997, o estreito suprimento do produto no mercado interno e o estímulo dos governos estaduais, através de programas especiais de incentivo a essa cultura (www.cnpa.embrapa.br).

Outro fator determinante da evolução da cultura do algodão no Centro-Oeste é a produtividade. Enquanto no Sul, representado pelo estado do Paraná, a produtividade em 2002 foi de 2.388 kg/ha e no Sudeste, de 2.448 kg/ha de algodão em caroço, a média do Centro-Oeste foi de 3.442 kg/ha, aproximadamente 47% maior (www.cnpa.embrapa.br).

Em Mato Grosso do Sul, o algodão teve expansão acentuada em meados da década de 1990. De uma área igual a 44.615 hectares e produção de 69.346 toneladas em 1980, passou a cultivar 63.717 mil hectares, com uma produção de 105.791 toneladas em 1995. Entretanto, a partir de 1995, a área cultivada decresceu, atingindo pouco mais de 44.767 hectares em 2002. Mas, a produtividade aumentou, passando de 1.554 kg/ha em 1980, para 3.442 kg/ha em 2002, um crescimento de 126,3% (Tabela 3). O estado ocupa o quinto lugar em produção, contribuindo com 6,94% do total nacional e o segundo em produtividade, perdendo apenas para Mato Grosso (www.cnpa.embrapa.br).

Quanto à soja é válido ressaltar que sua produção no Brasil expandiu-se rapidamente no início dos anos 1970 como uma produção tipicamente agroindustrial. Atingiu um pico em 1989, com 24 milhões de toneladas, caindo no início da década de 90 (abaixo de 20 milhões ton/ano), mas recuperando-se progressivamente, até superar a marca de 30 milhões de toneladas na safra 1997/98 (www.cnpso.embrapa.br).

A região Centro-Oeste, que vem apresentando expressivos índices de crescimento da produção, é responsável por pouco mais de 40% da produção nacional. Dentro da região, Mato Grosso é o estado que apresenta os melhores resultados já que produz mais de 50% da produção regional, bem à frente de Goiás e Mato Grosso do Sul, respectivamente o segundo e o terceiro produtores regionais (www.embrapa.br).

Analisando os dados da tabela 3, constata-se que a área plantada de soja, em 1990, era de 1.286.382 ha. e a produção de 2.038.614 toneladas. Entre 1995 a 2002 há redução da área plantada, voltando a crescer em 2003 (1.412.307 ha). Entretanto, nesse

período a produção cresceu de forma significativa: 2.038.614 toneladas em 1990 para 4.090.892 ha. A produtividade passou de 1.584 kg/ha, em 1990, para 2.896 kg/ha em 2003.

Com relação ao município de Chapadão do Sul, as culturas de arroz, algodão, milho e soja também contribuem para a expansão da agricultura.

A cultura do arroz foi bastante utilizada como principal atividade produtiva desde a chegada dos gaúchos na região, vez que é importante por ser um dos principais alimentos da população brasileira e também por ser um investimento interessante economicamente para abertura de novas áreas para a posterior implantação de outras lavouras e também para as áreas que serão destinadas às pastagens. Ademais a produção e produtividade do arroz dependem de poucos recursos técnicos e das condições climáticas.

Conforme a tabela 4, no ano de 1990 a produção de arroz na região de Chapadão do Sul foi de 672 toneladas, cultivadas em uma área de 2.000 hectares com uma produtividade de 336 kg/ha. Em 1995 a produtividade alcança 1.200 kg/ha. O aumento da produtividade permite inferir que houve investimento em adubo e calcário para a correção do solo, vez que houve uma diminuição gradativa da área plantada, que talvez tenha ocorrido devido a falta de incentivo às lavouras de consumo interno. No ano de 2003 podemos observar que essa cultura já está quase extinta no município. A queda na sua área colhida é acompanhada pelo crescimento das culturas de exportação como a soja, o milho e o algodão. Isso já fazia parte da estratégia de “modernização” das atividades agrícolas em curso.

Tabela 4 - Chapadão do Sul: principais culturas produzidas (ton e ha) – 1990-2003

Anos	Algodão		Milho		Soja		Arroz	
	Área (ha)	Quant. (ton)	Área (ha)	Quant. (ton)	Área (ha)	Quant. (ton)	Área (ha)	Quant. (ton)
1990	-	-	11.000	52.800	90.000	172.800	2.000	672
1995/6	857	2.306	38.000	191.400	80.000	168.000	1.500	1.800
2000	8.054	28.189	27.000	162.300	85.538	230.055	4.000	7.200
2001	10.600	41.340	38.500	262.200	70.000	210.000	1.000	1.470
2002	11.000	38.500	18.200	130.080	77.327	204.348	300	630
2003	13.000	48.750	22.000	158.400	80.000	240.000	100	180

Fonte: IBGE (MS) - Censo Agropecuário - 1995/6; Produção Agrícola Municipal – 1990, 2000 a 2003.
Org.: ROCHA, J.R.; 2005.

Quanto ao milho, observando os dados da tabela 4, é possível dizer que a produção em 1990 foi de 52 800 t cultivada em uma área de 11 000 ha., tendo uma produtividade média de 4.800 kg/ha, apresentando índice maior do que a média nacional. No período de 1990 a 2001 observa-se um grande aumento na área plantada, ou seja 38 500 ha , atingindo uma produção de 262 200 t, tendo uma produtividade média de 6.810 kg/ha . No ano de 2002 houve uma redução da área plantada em quase 50%, ou seja 18 200 ha , atingindo uma produção de 130 080 t, com uma produtividade média de 7.147 kg/ha . Essa redução de área plantada nessa cultura pode ser em função da produção da cultura de algodão ou do aumento de áreas de pastagem. No entanto, vale ressaltar que no ano de 2003, a cultura do milho sobe gradativamente e a produtividade média passa para 7.200 kg/ha , mostrando assim a importância da tecnologia, do apoio da pesquisa e os investimentos dos produtores na efetivação da produtividade no município.

No que se refere à cultura do algodão, em 1995/6 a área plantada é pequena (857 ha) em relação a 2003 (13.000 ha). O crescimento em área foi significativo, o mesmo se pode dizer com relação à quantidade: 2.306 toneladas em 1995/6 e 48.750 toneladas em 2003. A produtividade passou de 2690 kg/ha (1995) para 3.750 kg/ha (2003).

No município de Chapadão do Sul, a soja é o produto economicamente mais importante e o que melhor caracteriza o desenvolvimento e as transformações significativas no uso do espaço agrário. A inserção da soja na agricultura do município e do Estado foi o veículo condutor das transformações da produção agrícola municipal e regional, bem como na articulação dessa estrutura produtiva, com o processo agro-industrial.

É válido ressaltar que a cultura da soja se diferencia das outras culturas como o milho, o arroz e o feijão, por ser uma cultura voltada para o mercado externo e para o processo industrial. A lavoura de soja requer um uso intensivo de maquinário agrícola e toda

uma série de implementações tecnológicas que fogem do alcance da pequena produção e dos produtores tradicionais (AMORIM, 2003).

A produção de soja requer uso intenso de maquinário agrícola e o município de Chapadão do Sul dispõe de terras de fácil manejo, e um grande número de agricultores que investem nas inovações tecnológicas. Ademais o município ocupa uma região estratégica entre os estados de Goiás e São Paulo, possuindo uma maior ligação com o estado de São Paulo em virtude do sistema rodoviário e ferroviário facilitar o escoamento da produção do município para aquele estado.

Dentre os produtos estudados (Tabela 4), a soja, foi a que apresentou a maior evolução quanto a área plantada no município, continuando em destaque e apresentando uma produtividade média por hectare maior que a média nacional. Em 1990, a produtividade média do município era de 1.920 kg/ha, chegando em 2003 a 3.000 kg/ha, mostrando o interesse dos produtores em investir nessa cultura.

Portanto, a soja continua sendo a principal atividade agrícola no município de Chapadão do Sul, apesar do processo de diversificação econômica que começou a ocorrer na região. Portanto, é possível tentar compreender o processo de desenvolvimento do município através da cultura da soja, pois, ainda hoje a lógica econômica do modelo de desenvolvimento de Chapadão do Sul está intrinsecamente ligada ao que ocorre com a soja.

Dessa forma, o município de Chapadão do Sul registrou evolução considerável de área plantada, produção e produtividade entre os anos de 1980 a 2003. De acordo com dados do IBGE, em 1980, o município plantava aproximadamente 103.000 hectares, produzia 226.272 toneladas de grãos, com uma produtividade de 2.196 kg/ha. De acordo com os dados do IBGE (2003) o município promove o plantio de aproximadamente 80.000 hectares de soja, 22.000 hectares de milho, 100 hectares de arroz e 13.000 hectares de algodão, e já se percebe

uma nova cultura adentrando no município que é a do amendoim. Na safra de 2003 foram colhidos 447.330 mil toneladas de grãos, com uma produtividade de 3.886 kg/ha.

2.5.2. A estrutura fundiária

A estrutura fundiária brasileira tem se caracterizado desde a sua formação por um grau elevado de concentração da terra com grande desigualdade, tanto na distribuição da posse quanto da propriedade. No entanto, com a expansão capitalista no meio rural a desigualdade aumentou e, de acordo com Hoffmann (1982), a principal razão para tal desequilíbrio é a própria desigualdade interna do país, que se mantém por várias décadas.

O estado de Mato Grosso do Sul ocupa uma área de 358.158,70 km², o que corresponde a 18% da região Centro-Oeste. O estado localiza-se ao sul da região Centro-Oeste, tendo como limites o Mato Grosso ao norte; Goiás e Minas Gerais a nordeste; São Paulo a leste; Paraná a sudeste; a República do Paraguai, ao sul e a sudoeste; e a República da Bolívia, a oeste. O estado de Mato Grosso do Sul foi instalado em primeiro de janeiro de 1979, no entanto, foi desmembrado de Mato Grosso por lei complementar em 11 de outubro de 1977.

O processo de ocupação do território de Mato Grosso do Sul sempre acompanhou os ciclos econômicos do país, com a expansão das atividades econômicas como a mineração e as fazendas de gado. A ocupação das fronteiras agrícolas em áreas de matas e, recentemente, em áreas de cerrado provocou atração de contingentes populacionais advindos de outras regiões.

Essa expansão acentuou-se a partir da década de 1940, com o crescimento da ocupação das terras voltadas, principalmente, para a criação extensiva de gado, atividade que predominou até a década de 1960. Do ponto de vista fundiário, Mato Grosso do Sul

caracteriza-se como um estado dominado pela grande propriedade territorial.

Analisando os dados da tabela 5, verifica-se, no período entre 1980 e 1985, uma pequena redistribuição de terras para as propriedades com área inferior a 1.000 ha, aproximadamente 89% das propriedades, e ocupando uma área representativa de 17%. Por outro lado, as propriedades com área inferior a 100 ha tiveram uma participação de aproximadamente 63% em 1980/85. Nas áreas acima de 1.000 ha, no período 1980/85, observa-se uma pequena evolução no número de propriedades em relação a 1970, passando de 8% para 12% em 1980/85, sofrendo redução na área ocupada, passando de 86% em 1970 para 81% em 1980/85.

Já os dados do Censo Agropecuário de 1995/6 demonstram que vem se acelerando nos últimos anos a diminuição das pequenas propriedades com menos de 100 ha, que passaram de 33.666 em 1985 para 26.923 propriedades em 1996, sofrendo redução de 7% na participação do total no Estado, resultando na diminuição de 58 220 ha nessa estratificação. O principal ganho em número de propriedades e áreas vem acontecendo nas empresas rurais que estão na estratificação de 1.000 ha a 5.000 ha, tendo aumentado sua participação de 9,2,% em 1985 para 11,7% em 1996, no total de propriedades, e de 34,1% para 39,0% em relação à área ocupada no Estado (Tabela 5).

Tabela 5 – Mato Grosso do Sul: estrutura fundiária – 1980 – 1995/6

Grupo de área	Número de estabelecimentos			Área (ha)		
	1980	1985	1995/6	1980	1985	1995/6
Total	47 943	54 631	49 423	30 743 739	31 108 815	30 942 772
Menos de 10	13 482	14 916	9 170	64 001	64 490	39 680
10 a menos de 100	16 796	18 750	17 753	578 623	670 574	637 163
100 a menos de 1000	12 034	14 674	15 423	4 489 243	5 406 314	5 992 677
1000 a menos de 10000	5 316	5 758	6 493	14 826 246	15 444 608	16 677 387
10 000 e mais	506	457	409	10 785 618	9 522 824	7 595 866
Sem declaração	109	76	175	-	-	-

Fonte: IBGE (MS) – Censo Agropecuário – 1980, 1985, 1995/6
Org.: ROCHA, J.R.; 2005.

2.5.3. O uso da terra

O impulso na expansão e modernização agropecuária do Centro-Oeste começa, a partir dos anos de 1970, com a viabilização dos cerrados enquanto espaço produtivo. A transformação deste espaço se deu pela presença em grande escala de empreendimentos capitalistas que foram subsidiados pelo sistema de crédito e benefícios fiscais disponibilizados pelo Estado. O processo de ocupação deste espaço sempre esteve ligado às atividades como pecuária, extração vegetal e a agricultura.

Com uma grande área de terras propícias para o uso agrícola, e possuindo um preço de terra bem abaixo da média praticada nas regiões sul e sudeste do Brasil, o Mato Grosso do Sul despertou o interesse de produtores e investidores das áreas mais desenvolvidas do país, com grande experiência na atividade agrícola, especialmente os oriundos da região Sul, a se fixarem no Estado.

A década de 1980 foi importante para a região Centro-Oeste, porque neste período a região teve a oportunidade de reafirmar sua vocação agroindustrial, através da chegada de empresas que têm como propósito obter vantagens competitivas ao localizar-se perto da área de produção e armazenamento de grãos (CASTRO; FONSECA, 1995).

Dados sobre o uso da terra para 1985 (Tabela 6) mostram que 49,1% da área dos estabelecimentos agrícolas no Mato Grosso do Sul foram consideradas como áreas abertas (lavouras, pastagens plantadas, matas plantadas, áreas em descanso e produtivas não utilizadas). Destas áreas abertas 12,45% eram com lavouras e 79,47% com pastagens plantadas. Da área total levantada no censo de 1985, apenas 31% da área era ocupada com pastagem natural e 13,4% eram consideradas matas naturais.

Considerando os números do censo 1995/96 (Tabela 6), nota-se que a área aberta no Mato Grosso do Sul passou a representar 57,6% da área total dos estabelecimentos.

Tabela 6 – Mato Grosso do Sul, Cassilândia e Chapadão do Sul: utilização das terras – 1985 – 1995/6.

A N O	ÁREA TOTAL (ha)			ÁREA TOTAL (ha) LAVOURA PERMANENTE			ÁREA TOTAL (ha) LAVOURA TEMPORÁRIA			ÁREA TOTAL (ha) PASTAGENS NATURAIS			ÁREA TOTAL (ha) PASTAGENS PLANTADAS			ÁREA TOTAL (ha) MATAS E FLOR. NATURAIS			ÁREA TOTAL (ha) MATAS E FLOR. PLANTADAS			ÁREA TOTAL (ha) LAV. EM DESC. E TERRAS PROD. Ñ UTILIZADAS		
	MATO G. SUL	CASSILÂNDIA	CHAP. DO SUL	MATO G. SUL	CASSILÂNDIA	CHAP. DO SUL	MATO G. SUL	CASSILÂNDIA	CHAP. DO SUL	MATO G. SUL	CASSILÂNDIA	CHAP. DO SUL	MATO G. SUL	CASSILÂNDIA	CHAP. DO SUL	MATO G. SUL	CASSILÂNDIA	CHAP. DO SUL	MATO G. SUL	CASSILÂNDIA	CHAP. DO SUL	MATO G. SUL	CASSILÂNDIA	CHAP. DO SUL
1985	31108815	-	-	28501	-	-	28501	-	-	9658224	-	-	12144529	-	-	4170597	-	-	5696659	48011	1862	779292	-	-
1995/6	30942772	319622	360230	16215	203	131	16215	203	131	6082778	13522	23223	15727930	250285	179738	5696659	48011	1862	454251	-	-	522128	1540	4006

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários – MS – 1985 e 1995/6
Org. : ROCHA, J. R., 2005.

Um fato marcante desta transformação está no crescimento da área com pastagem plantada. A área com pastagem natural reduz sua importância de forma bastante significativa. Por outro lado, a área com matas naturais recupera espaço de forma considerável.

A conclusão que se pode ter destes números é que durante esta década 1985/1995, o processo de abertura das áreas com lavoura continuou a ocorrer em ritmo significativo no Estado.

O crescimento da agricultura no estado de Mato Grosso do Sul ocorreu em várias regiões. Na busca por terras agricultáveis e de baixo valor econômico é que em 1972, chegam no município de Chapadão do Sul, migrantes oriundos da região sul que começam a fazer investimentos nas áreas de cerrados ali existentes. A partir de então, em lugar das árvores e da vegetação nativa do cerrado, começam a surgir as plantações de arroz e soja. Era necessário, porém, muito capital, muito trabalho, ousadia e persistência. Assim, nesta fase do processo de ocupação e as modificações proporcionadas com a chegada os pioneiros, embora de forma limitada, principalmente, quanto a quantidade de recursos empregados e o padrão tecnológico utilizado nas atividades produtivas, começam a ser vista.

Com a chegada desses migrantes o município de Chapadão do Sul começa a ser incorporado pela agricultura mecanizada, ocorrendo no seu espaço agrário uma nova configuração socioespacial. Como o município de Chapadão do Sul foi desmembrado do município de Cassilândia, entende-se necessário fazer uma comparação entre os dados dos dois municípios.

Comparando os dados da tabela 6 pode-se verificar que a quantidade de lavouras temporárias no município de Chapadão do Sul é bem maior do que as do município de Cassilândia, o que leva a concluir que o município de Chapadão do Sul está investindo nas lavouras, enquanto em Cassilândia o predomínio é da pecuária.

Conforme a tabela 6 há um aumento significativo na área das pastagens plantadas, demonstrando assim o grau de modernização da pecuária, cujo rebanho apresenta crescimento significativo em Cassilândia e em Chapadão do Sul.

A tabela 7 mostra que o investimento em pecuária nos municípios de Cassilândia e Chapadão do Sul vem ocorrendo de forma significativa. Podemos perceber que no município de Cassilândia o investimento na pecuária é maior do que no município de Chapadão do Sul.

Tabela 7 – Cassilândia e Chapadão do Sul: efetivo da pecuária – 1990 – 2003

Município	1990	1995/6	2000	2001	2002	2003
Cassilândia	275.741	301.288	350.044	346.880	356.545	378.358
Chapadão do Sul	234.278	287.923	275.966	281.427	293.173	308.099

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário - MS – 1990; 1995/6 e Produção Pecuária Municipal 2000-2003
Org.: ROCHA, J.R.; 2005

A expansão da pecuária tem ocorrido e, de acordo com Graziano da Silva (1978), esta expansão se deve à valorização do capital investido, passando o rebanho e as terras a serem reservas de valor que podem, a qualquer momento, se transformarem em dinheiro; e também ao caráter extensivo dessa atividade, exigindo pouca participação do proprietário no processo de criação, não apresentando grandes riscos e nem exigindo grandes investimentos em insumos.

2.5.4. As transformações na base técnica da produção

O setor agrícola brasileiro assumiu uma função importante a partir dos anos de 1970, quando ocorre a intensificação da modernização tecnológica da agricultura. Além de produzir alimentos e matérias-primas, também se tornou mercado para as indústrias produtoras de maquinários e insumos agropecuários. Nesse processo de modernização, de

acordo com Castro et al. (1979) a estratégia adotada pelos agentes modernizantes além de permitir a modernização tecnológica da grande e da pequena produção vinculada à indústria, permitiu também a expansão das indústrias responsáveis pelo fornecimento de insumos agrícolas e agroindústrias processadoras de alimentos e matérias-primas de origem agrícola.

A modernização tecnológica da agricultura brasileira se processou desordenadamente em várias regiões do país, e em cada uma ocorreu com ritmo e forma diferenciados.

No município de Chapadão do Sul, os reflexos da modernização tecnológica do setor agropecuário podem ser avaliados com a análise de alguns dados que mostram a elevação dos meios técnicos, tais como maquinários e insumos agrícolas.

A tabela 8 mostra que a quantidade de tratores existentes no município de Chapadão do Sul é o dobro da quantidade existente no município de Cassilândia, que comprova a utilização dessa máquina nos dois municípios, vez que estes são utilizados para as atividades agrícolas e pecuárias.

Tabela 8 – Cassilândia e Chapadão do Sul: maquinário utilizado na agricultura – 1995/6

Município	Tratores (n °.)	Máquinas para plantio (n °.)	Colheitadeiras (n °.)
Cassilândia	403	105	25
Chapadão do Sul	825	371	310

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário - MS - 1995/6
Org.: ROCHA, J.R.; 2005

Quanto ao número de máquinas para plantio e colheita (Tabela 8) o município de Cassilândia possui um número bem inferior ao do município de Chapadão do Sul. A utilização desses tipos de máquinas é essencial à atividade agrícola que se desenvolve, nos moldes “modernos”. Além dessas, arados, grades, pulverizadores, subsoladores, distribuidores de calcário, semeadeiras, carretas, caminhões, terraciadores e outros são implementos de

grande importância nas lavouras, porém, presentes numa escala relativamente menor.

Com relação ao uso de adubos e corretivos, de acordo com dados da tabela 8, constata-se que no município de Cassilândia apenas 26% fazem uso enquanto que no município de Chapadão do Sul esse dado sobe para 63,5%, vez que na região o solo é fraco e sem a utilização deles a produtividade não seria possível.

Quanto à assistência técnica (Tabela 9) constata-se que no município de Cassilândia das propriedades existentes, apenas 25,5 % utilizam, enquanto que em Chapadão do Sul, 82% das propriedades tem acompanhamento de técnicos, mostrando assim que a utilização de máquinas em Chapadão do Sul é maior e necessita desse atendimento.

A irrigação (Tabela 9) é muito pouco utilizada na região. O controle de pragas e doenças e a presença de energia elétrica equiparam entre os dois municípios. Quanto ao uso das técnicas de conservação do solo, no município de Chapadão do Sul há uma preocupação maior.

Tabela 9 - Cassilândia e Chapadão do Sul: assistência técnica, irrigação, controle de pragas e doenças, conservação do solo e energia nos estabelecimentos – 1995/6

Municípios	Estabelecimentos (n °. Total)	ESTABELECIMENTOS COM DECLARAÇÃO DE USO											
		Assistência Técnica		Irrigação		Adubos e corretivos		Controle de pragas e doenças		Conservação do solo		Energia elétrica	
		N °. Total	%	N °. Total	%	N °. Total	%	N °. Total	%	N °. Total	%	N °. Total	%
Cassilândia	688	176	25,5	17	2,5	179	26	680	99	246	35,5	345	50
Chapadão do Sul	379	310	82	8	2,0	240	63,5	375	99	231	61	220	58

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário – MS – 1995/6
Org. ROCHA, J.R., 2005.

2.5.5. As relações de trabalho e as características da mão-de-obra das propriedades de Chapadão do Sul

A modernização da agricultura brasileira provocou grandes mudanças na base técnica de produção, causando importantes transformações “nas relações de trabalho no campo à medida que alterou radicalmente o perfil da absorção de mão-de-obra no ciclo dos seus principais cultivos” (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 107).

No entanto, esta diversidade de relações de produção reflete o desenvolvimento desigual do capitalismo no meio rural brasileiro. Como diz Graziano da Silva (1980, p. 227), “[...] o capital não tem conseguido realizar a expropriação completa do trabalhador, nem revolucionar o processo de produção de modo amplo e dinâmico”.

Percebe-se ainda que com o processo de modernização da agricultura não houve a elevação da renda e tampouco o padrão de vida do mundo rural, ao contrário as relações neste setor agravaram-se. Em áreas onde a agricultura está mais avançada, grande parte da mão de obra rural foi substituída pelas máquinas, fazendo com que alguns trabalhadores vendessem sua força de trabalho como alternativa para a sobrevivência. A sazonalidade da mão-de-obra é reforçada face à redução do trabalho permanente, em detrimento ao temporário (GRAZIANO NETO, 1986).

A produção agrícola no município de Chapadão do Sul no início do seu desenvolvimento se caracterizava pela presença predominantemente de trabalhadores migrantes que vieram com suas famílias, juntamente com o proprietário. Com o processo de modernização da agricultura e expansão do capital no meio rural, diversas mudanças ocorreram nas formas de organização do trabalho.

Analisando a situação do pessoal ocupado por categorias, em 1995/6, a tabela 10 mostra que em Chapadão do Sul o número é superior a Cassilândia, com destaque para o

trabalhador permanente diante do tipo de agricultura da região.

Tabela 10 - Cassilândia e Chapadão do Sul : pessoal ocupado por categoria – 1995/6

MUNICÍPIOS	Total (nº.)	EMPREGADOS	
		PERMANENTES	TEMPORÁRIOS
Cassilândia	1.508	1415	93
Chapadão do Sul	2.564	2052	512

Fonte: IBGE (MS) - Censo Agropecuário -1995/6

Org.: ROCHA, J. R.; 2005

Assim, a quantidade maior de trabalhadores temporários no município de Chapadão do Sul retrata as transformações ocorridas na estrutura produtiva do município com o aumento da produção agrícola, enquanto que no município de Cassilândia a atividade é pecuária e esta, por não apresentar a sazonalidade da produção agrícola, diminui a necessidade do trabalho temporário.

Ao fazer uma análise da mão-de-obra nas propriedades entrevistadas, esta revelou que, na sua composição, ela é primordialmente assalariada, fato que caracteriza a expansão capitalista no município.

No universo da pesquisa, nas propriedades dos cinquenta proprietários entrevistados, encontramos duas categorias de trabalhadores: trabalhadores assalariados permanentes e trabalhadores assalariados temporários. O perfil predominante desses trabalhadores é do sexo masculino, com idade entre 20 e 40 anos. Nas propriedades, 55% são assalariados permanentes e 40% são assalariados temporários. Os outros 5% integram a categoria de trabalho familiar e mão-de-obra masculina de idade inferior a 20 e superior a 40 anos.

Os trabalhadores temporários encontram serviço nas lavouras, principalmente nos meses de janeiro, fevereiro, março, outubro e novembro. Estes meses representam os

períodos de plantio e de colheita da safra verão e da safrinha. Os produtores afirmam que a mão-de-obra é utilizada no plantio, na aplicação de venenos para a limpeza da área, no preparo e na colheita, isto é, trabalham como carregadores de sementes, insumos, ensacadores e alguns como operadores de máquinas. Os trabalhadores assalariados permanentes são aqueles que moram na propriedade rural e realizam serviços diariamente, durante todo o ano.

Durante o trabalho de campo observamos que o nível elevado de tecnologia incorporado à atividade agrícola demanda novas categorias de trabalhadores. A assistência técnica e agronômica torna-se condição essencial para o bom desempenho das lavouras. Assim, abre-se espaço para um novo perfil profissional, os profissionais ligados às ciências agronômicas.

Para a organização dos trabalhadores, surge o sindicalismo como a forma primitiva do movimento operário num sistema capitalista estável. O trabalhador independente não tem defesa face ao patrão capitalista, daí a necessidade de se organizarem em sindicatos. Estes reúnem os operários coletivamente e utilizam a greve como arma principal. Os trabalhadores unidos em torno de um sindicato conseguem os seus direitos, uma vez que os patrões isolados se vêem impotentes perante os grandes sindicatos.

No município de Chapadão do Sul existe o Sindicato de Trabalhadores Rurais. No entanto não foi possível colocar dados sobre o mesmo, vez que neste ano (junho/2005) encontra-se com dificuldade de funcionamento.

No capítulo seguinte abordaremos as mudanças ocorridas no município a partir dos anos de 1980, com a chegada da soja e a intensificação da agricultura moderna.

3. A SOJA TRANSFORMANDO CHAPADÃO DO SUL ...

3.1. A soja conquista Chapadão do Sul...

No município de Chapadão do Sul, as atividades de base agrária, da mesma forma que ocorreu no estado de Mato Grosso do Sul, foram também impulsionadas pelo Estado através de um conjunto de políticas públicas direcionadas no sentido de viabilizar a implantação de atividades economicamente dinâmicas. Grandes lavouras de soja foram implantadas e devido a essas, o município se tornou mundialmente conhecido. A topografia plana e a grande disponibilidade de terras favoreceram os investimentos nas lavouras mecanizadas. Os solos de cerrados no município, que eram utilizados pelas práticas de pecuária e cultivos tradicionais rudimentares, a partir da década de 1980 se transformaram no grande produtor de alimentos.

As transformações que ocorreram no município de Chapadão do Sul estão estreitamente vinculadas à expansão capitalista no meio rural. No final da década de 1980, o município já iniciava seu desenvolvimento agrícola, aproveitando as terras ociosas, já “abertas” com pastagens, para a produção de soja e abrindo novas áreas com o cultivo do arroz, para o posterior aproveitamento destas para o cultivo de grãos, orientado para o mercado externo.

A incorporação e difusão de tecnologias de produção e a visão empresarial desenvolvidas no município deveram-se, em grande parte, ao tipo de migração verificada. O final da década de 1980 é marcado pela chegada dos “sulistas” com a expansão das técnicas de agricultura moderna, conforme já destacado.

Parte desses migrantes vendia suas propriedades no seu local de origem e investiam seus capitais em arrendamentos e na compra de terras. Esses migrantes não eram

peessoas sem qualificação profissional, à procura de emprego, como costuma acontecer nestes movimentos, e sim fazendeiros de outros estados, como Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, que se dispunham de dinheiro suficiente para colocar a agricultura local em andamento.

Esses novos “ocupantes” do município chegavam dotados de uma visão empresarial e, sem dúvida, buscavam acesso e recebiam benefícios das políticas públicas implantadas. Apresentavam disposição para a agricultura capitalista e, em muitos casos, dispunham de experiências com a atividade agrícola, principalmente com o cultivo de soja, objetivada pelos incentivos governamentais, diferentes dos produtores locais, que de certa forma, ofereciam resistência ao novo modelo em expansão devido a falta de capital, dificuldades de acesso ao crédito, à cultura arraigada de produção para subsistência e pecuária extensiva.

Os migrantes, dotados de novo perfil produtivo, promoveram transformações cujos resultados podem ser notados na reestruturação da produção agrícola do município e na redefinição das relações de produção. O processo de desenvolvimento econômico do município encontra-se ligado ao impulso dado à agricultura a partir dos anos de 1990, quando começa a realizar as primeiras colheitas no município. Entretanto, foi através do plantio da soja que a agricultura de Chapadão do Sul se modernizou e inseriu-se na economia nacional como um dos maiores produtores de grãos da região Centro-Oeste, conforme já demonstrado.

Analisando o município de Chapadão do Sul percebe-se que há uma intensa movimentação em terras cultiváveis, que antes eram de nenhum valor, mas com as características de serem planas, a incorporação e utilização de técnicas modernas, tornaram-se hoje produtivas. A implementação das formas modernas de produção contribuiu para a elevação do preço da terra a partir do aumento da produtividade dos solos e de equipamentos de infra-estrutura, que proporcionaram a integração da região aos grandes centros

consumidores e distribuidores de mercadorias.

Conforme já destacado, a soja foi o carro-chefe no processo de ocupação de Chapadão do Sul e, de acordo com Oliveira (1993), a partir dos anos setenta, a história de Mato Grosso do Sul é a história da soja. Portanto, a soja pode ser considerada o símbolo da reprodução do espaço. Pode-se constatar que o afluxo de capitais ao Mato Grosso do Sul nesse período vinculou de vez o Estado à dinâmica global do sistema de reprodução do capital, particularmente através da cultura da soja. Ainda sobre o desenvolvimento da cultura da soja Oliveira (1993, p.39) diz

[...] nenhuma cultura renovou os instrumentos e os meios de trabalho; não transformou os métodos de produção nem engendrou conhecimentos técnicos e científicos com tamanha velocidade; nenhum reconheceu de forma tão acentuada a superioridade dos métodos e processos modernos como elementos propulsores do progresso da agricultura; como, também, nenhuma cultura abriu trincheiras para a industrialização da agricultura quanto a cultura da soja na história do Brasil.

Assim, as mudanças geradas a partir da soja manifestaram nos diversos setores de atividades desenvolvidas na economia municipal, podendo ser notadas tanto nos setores produtivos, quanto nos de serviços. Este cultivar teve o poder de reestruturar os espaços e promover novos rearranjos na estrutura fundiária, nas relações de produção e de trabalho e nos demais setores de atividades econômicas do município.

Visto como um dos maiores pólos de produção agrícola do estado, o crescimento econômico do município está associado à dinâmica de trabalho de sua população. Há no local, além da presença de grandes produtores de soja do país, elevado número de engenheiros agrônomos estabelecidos, de acordo com a Associação de Engenheiros Agrônomos de Mato Grosso do Sul, cerca de 60 profissionais atuam no município, representando o 2º. maior índice do Estado.

A cada nova safra, os números recordes de produção levam-nos a perceber que a área de cerrado transformou em um grande produtor nacional de soja. A cada dia crescem o

número de famílias de colonos e o número de máquinas agrícolas, caminhões e aviões, além de revendedores de marcas de produtos e serviços ligados à agricultura que se transferem para o município por causa da agricultura.

3.2. O papel da pesquisa e da tecnologia agrícola em Chapadão do Sul

A ciência e a tecnologia são hoje de fundamental importância para todos os setores da economia, inclusive a agricultura, demandando expressivos recursos e investimentos, o que em países pobres, como o Brasil, torna-se um problema.

No caso da agricultura, esse problema é agravado pelo fato de que muitas vezes as novas tecnologias demoram a chegar ao produtor rural ou atingem a poucos produtores. Esse fato, muitas vezes ocorre devido às maneiras inadequadas pelas quais são repassadas, ou até mesmo por que o próprio agricultor apresenta "resistência a mudanças". Para que o agricultor tenha um bom retorno com a utilização de técnicas modernas é necessário que faça investimento numa assistência técnica adequada, e isso encarece o processo produtivo.

Outro fato que também pode ser observado com relação ao uso da tecnologia é em relação aos pequenos agricultores, os chamados agricultores familiares. Não adianta o produtor receber apenas a tecnologia, se esta não for adequada à economia, à cultura, à infraestrutura e aos equipamentos que o produtor dispõe. Nos tempos atuais em que o agricultor precisa competir com seus colegas que utilizam de técnicas modernas e inclusive com a agricultura de outros países, a assistência técnica e extensão rural têm que levar ao campo não só a tecnologia, mas também a gerência, a capacitação, a reciclagem de mão-de-obra (para o produtor e para o trabalhador rural), a organização em cooperativas ou associações e as melhores formas de produção e comercialização.

A tecnologia pode ajudar os agricultores familiares a permanecerem no campo.

No entanto é necessário que os órgãos oficiais de extensão rural, como a EMATER, atendam prioritariamente aos agricultores menos tecnificados e capitalizados, já que os grandes e com mais recursos podem recorrer à assistência técnica privada.

A utilização de tecnologias modernas e o aumento da produtividade e da produção nas áreas de cerrado, bem como a reorganização do espaço para atender às demandas geradas é bem visível no município de Chapadão do Sul, porém caminha lado a lado com duas ameaças constantes: uma ambiental, de degradação e precarização do ecossistema e outra social, de êxodo e aumento da proletarianização nas cidades.

O uso de técnicas para intensificar o uso do solo pode beneficiar ou agravar o quadro de degradação do ecossistema, para tanto é necessário que os produtores estejam sempre investindo em pesquisa para verificar qual a melhor forma de utilizar as técnicas sem prejudicar o ecossistema.

Uma técnica moderna bastante utilizada no município é a do plantio direto, que hoje é prática predominante no cultivo da soja e que não prejudica o ecossistema. Nesse sistema o plantio é feito sobre os resíduos vegetais da safra anterior, não revolvendo o solo, apenas a linha de plantio é revolvida pela plantadeira. Dessa maneira, diminui-se a erosão. Por outro lado, no município de Chapadão do Sul também desenvolvem-se práticas modernas prejudiciais ao meio ambiente e a população, como é o caso da pulverização aérea e o uso de pivôs para a irrigação de grandes áreas, que contaminam o ar e as águas.

O município de Chapadão do Sul, assim como a grande maioria das áreas de cerrado, possui nascentes de importantes bacias hidrográficas, porém a exploração indiscriminada pode desencadear o assoreamento dos cursos d'água e provocar erosões, para tanto se faz necessário que os proprietários estejam atentos buscando ajuda a profissionais habilitados para que o uso das tecnologias sejam viáveis economicamente sem, no entanto, prejudicar o ecossistema.

As mudanças no cenário agrícola regional passam pela assimilação de novas tecnologias de produção e pela incorporação definitiva do cultivo da soja na pauta de produção. Os reflexos deste processo são identificados em todos os setores da economia. As propriedades rurais passaram por um processo dinâmico de reformulação na dimensão e na utilização das terras, adequando-se a nova visão da agricultura.

As políticas e investimentos para a tecnificação da produção agrícola colaboravam para a elaboração de um novo perfil agrícola para o município de Chapadão do Sul. O novo direcionamento na utilização das terras para fins de lavouras temporárias foi resultado da incorporação de novas tecnologias de produção que chegaram ao município por meio dos migrantes sulistas.

A evolução no uso das inovações tecnológicas a partir de 1980 evidencia o direcionamento do uso da terra rumo à agricultura “moderna” no município. A incorporação e utilização de fertilizantes químicos e orgânicos, calcário, defensivos agrícolas animais e vegetais e inovações mecânicas, compõem a base para as mudanças na agricultura, vez que os solos da região não eram dotados de características químicas propícias para as atividades agrícolas e necessitavam de correções e adaptações para o desenvolvimento do novo modelo de agricultura.

No município de Chapadão do Sul, através dos questionamentos feitos durante a pesquisa de campo, percebemos que todos os produtores entrevistados utilizam produtos químicos e orgânicos a fim de melhorar o solo e aumentar a produtividade.

O uso de agrotóxico é altamente difundido, e os agricultores pesquisados demonstram ser bastante cuidadosos em sua utilização. No universo da pesquisa, todos os produtores declararam o uso de equipamentos de segurança (Figura 11) durante a aplicação dos venenos, e 95% deles recolhem as embalagens e devolvem nas empresas que vendem os produtos. Os outros 5% disseram que reutilizam essas embalagens com outros tipos de

agrotóxicos de manipulação “caseira” ou as deixam em algum lugar da propriedade até que alguma empresa de reciclagem as recolhe.



Figura 11 – Chapadão do Sul (MS): operário da Fazenda Campo Bom trabalhando com agrotóxico – jan. 2005

Fonte: Arquivo da Fazenda Campo Bom.

Quanto ao uso de sementes selecionadas, 95% dos produtores se utilizam delas. Alguns proprietários produzem e selecionam as suas sementes, outros adquirem de empresas do ramo agrícola. As sementes representaram o principal meio de difusão da tecnologia da Revolução Verde, pois é através delas que se condiciona o uso dos demais insumos e equipamentos modernos, ou seja, para se plantar um determinado tipo de cultura, essa está condicionada ao uso de fertilizantes químicos, venenos e máquinas para o plantio e colheita, vez que sem os mesmos a produção não se viabiliza. Apenas 5% dos produtores não utilizam sementes selecionadas, plantam com sementes retiradas de sua própria propriedade, sem se

preocupar com a produtividade, muitas vezes agem dessa forma por não possuírem acesso às informações técnicas.

Com relação aos fertilizantes químicos, os mesmos são amplamente utilizados por todos os produtores, sem os quais, segundo depoimentos, a produção se tornaria inviável. Dentre os cinquenta produtores entrevistados, todos declaram utilizar a técnica de análise do solo e os produtos necessários para a sua correção. Sem a utilização desses produtos químicos e orgânicos a produção nas áreas de cerrados seria impossível.

A utilização de máquinas e equipamentos na produção também é fato presente nas respostas dos entrevistados. Dos cinquenta produtores pesquisados todos eles são proprietários de tratores e pequenos equipamentos, cerca de 20% deles, ou seja, 10 produtores não possuem as máquinas de grande porte do tipo plantadeiras, colheitadeiras e pulverizadores quando precisam utilizam de outros proprietários ou de empresas especializadas; 10% dos produtores, ou seja, 5 deles possuem aviões agrícolas, para o combate das pragas nas lavouras.

Quanto ao uso de técnicas para o melhoramento da produção, os produtores mostraram-se preocupados e responderam que estão sempre investindo em pesquisas, através da Fundação de Pesquisa ou técnicos especializados. Dentre os produtores entrevistados, 80% deles, ou seja, 40 produtores afirmaram que utilizam da técnica do plantio direto e rotação de culturas, 20% deles, ou seja, 10 produtores afirmaram que estão utilizando uma outra técnica para melhoramento que é o plantio do milho e painço nas entressafras.

O município de Chapadão do Sul conta com uma grande parceira no desenvolvimento das tecnologias na agropecuária que é a Fundação de Apoio à Pesquisa Agropecuária, que está sempre buscando novas alternativas para a utilização das tecnologias sem prejudicar o ecossistema.

A Fundação de Apoio à Pesquisa Agropecuária de Chapadão, Fundação Chapadão, é uma instituição de pesquisa agropecuária, localizada em Chapadão do Sul/MS. Criada em 1997 por produtores rurais dos municípios de Chapadão do Sul e Costa Rica em Mato Grosso do Sul e Chapadão do Céu em Goiás, uma região que possui 320.000 hectares de área de agricultura. É uma instituição de direito privado sem fins lucrativos, mantida pelos seus associados, conveniada a EMBRAPA e credenciada junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

A referida fundação desenvolve pesquisas, trabalhos abordando as áreas de Caracterização Varietal (avaliação de variedades de soja, híbridos de milho e cultivares de algodão mais adaptados à região de Chapadão), de práticas culturais, de fitopatologia, de fertilidade do solo e nutrição mineral de plantas, de plantas daninhas e pragas nas principais culturas da região de Chapadão (soja, milho e algodão, principalmente).

O objetivo da Fundação no município de Chapadão é gerar tecnologias, aliando desenvolvimento, segurança de rentabilidade e respeito ao ambiente, que promovam o sucesso do agricultor e viabilizem o desenvolvimento da região.

A empresa tem apenas seis anos de idade e vai se expandindo, respondendo de forma positiva, aos investimentos, melhorando a cada ano, sua capacidade de gerar, adaptar e de transferir tecnologias.

De acordo com o atual Presidente, SR. Luís Evandro Loeff (2005)¹², ele afirma que

o objetivo da Fundação acima de tudo, com o trabalho de seu corpo técnico, funcionários e colaboradores é prestar serviços aos produtores rurais da região, dando-lhes condições de tocarem seus empreendimentos com o maior êxito possível, buscando sempre, não apenas o retorno econômico, como o equilíbrio e a sustentabilidade.

¹² Entrevista realizada em janeiro de 2005 com o Presidente da Fundação de Apoio à Pesquisa Agropecuária de Chapadão do Sul.

Atualmente a Fundação possui cerca de 40 associados, que são classificados em médios e grandes proprietários. No grupo de médios encontram-se 75%, ou seja, 30 proprietários, que possuem área de 200 a 1.000 hectares e 25%, ou seja, 10 dos associados são considerados grandes proprietários por possuírem área acima de 1.000 hectares. Desses 40 associados, 25 deles são proprietários no município de Chapadão do Sul, os demais são proprietários em outros municípios de abrangência da Fundação, ou seja, Chapadão do Céu (GO) e Costa Rica (MS).

No município de Chapadão do Sul os órgãos de pesquisa, extensão e apoio à produção se fazem presentes apoiando os pequenos, médios e grandes produtores. Ao serem indagados de como é feita a assistência técnica da propriedade, dentre os 50 entrevistados, 25 deles responderam que recebem assistência técnica por parte da Fundação de Apoio à Pesquisa de Chapadão do Sul, 15 proprietários responderam que contratam agrônomos particulares, 05 proprietários responderam que a assistência em suas propriedades são por eles realizadas, vez que são engenheiros agrônomos ou técnicos agrícolas, outros 05 proprietários responderam que somente contratam profissionais quando aparece algum problema em sua produção.

Através dos entrevistados verificamos que a Fundação de Apoio à Pesquisa tem trazido diversos benefícios para os proprietários locais, especialmente como suporte para as decisões da melhor forma de plantar, melhor produto e época. Na opinião deles *“talvez seja hoje a maior responsável pelo sucesso da agricultura do Chapadão”*; *“comprovado através das produtividades médias obtidas pelos produtores associados que têm superado as médias da região”*.

3.3. O rural e o urbano: o que mudou com a chegada da soja

O município de Chapadão do Sul (MS), desde o início de seu povoamento, teve a pecuária tradicional como principal atividade econômica. A partir dos anos de 1970, com a chegada de migrantes vindos do sul do país em busca de novas terras para exploração agrícola, foi gradativamente incorporando formas de produção agrícola e pecuária “moderna”, ocorrendo em seu espaço agrário uma nova configuração socioespacial.

A agricultura se desenvolveu no município com base nos princípios da modernização agrícola. As mudanças ocorreram em todas as áreas, tanto no processo de produção quanto nas relações de produção. A produção agrícola desenvolveu-se concomitante à mecanização do processo de produção, ao avanço do trabalho assalariado, à incorporação do trabalho especializado, ao êxodo rural, à “tecnificação” do espaço, ao crescimento da cidade, bem como a uma série de mudanças socioeconômicas e culturais.

Os fatores naturais da região, tais como topografia plana, clima tropical, com inverno seco e verão chuvoso, dentre outros proporcionaram o desenvolvimento da agricultura mecanizada no município. Aos poucos os migrantes foram transformando os solos de cerrados, até então considerados como improdutivos em áreas produtivas e sua ocupação e exploração foi-se intensificando. A figura 12 mostra uma área de soja plantada na Fazenda Campo Bom no ano de 1977.



Figura 12 – Chapadão do Sul (MS) :primeiro plantio de soja – Fazenda Campo Bom – 1977.
Fonte: Arquivo da Fazenda Campo Bom, 2005.

A partir dos anos de 1980, o município de Chapadão do Sul é delineado pela expansão e consolidação da agricultura “moderna”, sobretudo com a produção de soja. Aos poucos a estrutura da fazenda auto-suficiente foi dando espaço às relações tipicamente capitalistas. As mudanças começaram a ser percebidas no espaço agrário do município. Esse processo, segundo Graziano da Silva (1982, p. 62), mostra a industrialização da própria agricultura:

antes as fazendas produziam quase tudo o que era necessário à atividade produtiva: os adubos, os animais e até mesmo alguns instrumentos de trabalho, bem como a própria alimentação dos seus trabalhadores. Agora não: os adubos são produzidos pela indústria de adubos, parte dos animais de trabalho foram substituídos pelas máquinas e equipamentos agrícolas, e os alimentos dos trabalhadores são comprados nas cidades. Isso significa que a própria agricultura se especializou, cedendo atividades para novos ramos não-agrícolas que foram sendo criados. Em outras palavras, a própria agricultura se industrializou, seja como compradora de produtos industriais (principalmente insumos e meios de produção), seja como produtora de matérias-primas para as atividades industriais. (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 62).

As mudanças no processo produtivo também interferem no espaço e na paisagem do município apresentando um aspecto de homogeneidade, imensas lavouras de soja e milho invadem as áreas de pastagens naturais. A figura 13 mostra a imagem de uma área plantada no município de Chapadão do Sul, após ter sido preparado com o sistema de plantio direto.



Figura 13 - Chapadão do Sul (MS) - 2005: lavoura de soja .
Autor: ROCHA, J.R., 2005.

Conforme pode-se observar na figura 13, a utilização de técnicas modernas na agricultura tem influenciado na produção de grãos no município. A área de cerrados que até os anos de 1970 era tida como improdutiva, podendo ser aproveitada somente para criação de gado, transformou-se nessa região conhecida nacionalmente como grande produtora de grãos.

Dessa forma, pode-se dizer que os últimos 20 anos em Chapadão do Sul foram

marcados por intensas mudanças no processo produtivo agrícola, tendo em vista a implantação do modelo da agricultura moderna. Essas mudanças provocaram transformações na economia local, bem como produziu uma “nova” dinâmica socioespacial e cultural, tanto no campo como na cidade. Tais modificações estão ocorrendo tanto do ponto de vista da infra-estrutura quanto da força de trabalho e serviços, para atender às demandas impulsionadas pelo processo de modernização.

Essas mudanças que ocorreram no município são observadas pelos proprietários que ali investem. Ao indagar aos proprietários sobre as mudanças no município com a chegada da soja, responderam:

Foi um salto no crescimento. A lavoura da soja por usar tecnologia intensivamente, demanda mão-de-obra especializada, equipamentos e insumos, gera mercado de trabalho não só diretamente na fazenda, mas também na prestação de serviços fora dela e na cidade. Entendo que a cultura da soja é responsável pelo grande desenvolvimento do interior brasileiro nas últimas décadas.¹³

Houve um progresso significativo, melhorando o padrão de vida, aumento na arrecadação de impostos, crescimento da cidade com mais ofertas de emprego, instalação de empresas de produtos agrícola etc.¹⁴

Se não fosse a soja nesta região não teríamos os municípios de Chapadão do Sul-MS e Chapadão do Céu (GO).¹⁵

Na fala do primeiro produtor (Sr. José Pompílio) observa-se que as mudanças que ocorreram no município foram grandes com a chegada da soja, vez que o seu plantio, exige técnicas e equipamentos apropriados, provocando mudanças socioespaciais e culturais nas pessoas que ali residiam.

O segundo entrevistado, Sr. Vilmuth Marks, admite que houve um progresso significativo no município, melhoria no padrão de vida das pessoas e crescimento da cidade.

¹³ Entrevista realizada em janeiro de 2005 com o Sr. José Pompílio da Silva, produtor e proprietário rural do município de Chapadão do Sul.

¹⁴ Entrevista realizada em janeiro de 2005 com o Sr. Vilmuth Marks, produtor e proprietário da Fazenda Palomano município de Chapadão do Sul.

¹⁵ Entrevista realizada em janeiro de 2005 com o Sr. Elo Ramiro Loeff, produtor, proprietário rural e ex-prefeito do município de Chapadão do Sul.

O terceiro entrevistado, Sr. Elo Ramiro, afirma que a cultura da soja, constituiu em Chapadão um importante elemento no desenvolvimento econômico do município, alega ser ela a responsável pela existência do município.

Entendemos, portanto, que as mudanças na organização econômica e social levam ao desenvolvimento de novas culturas, articulações e formas urbanas. Assim a modernização agrícola trouxe diversas alterações no município de Chapadão do Sul, vez que ela se processa com o estabelecimento de relações no campo e na cidade. O campo é o lugar onde se realiza o cultivo, porém antes dele se realizar é preciso o apoio do profissional especializado (técnico agrícola, engenheiro agrônomo, Fundação de Apoio), pelas vendas de sementes, insumos e maquinários e ainda ter apoio financeiro dos bancos, e geralmente esses são instalados na cidade.

Nos últimos 20 anos, o município de Chapadão do Sul foi marcado pela diversificação de serviços, chegada de novos profissionais, ampliação de vendas, provocando uma reestruturação da cidade, em função das novas demandas, para a efetivação da produção agrícola moderna. Conforme Santos (1993, p. 52),

a cidade torna-se *locus* da regulação do que se faz no campo. É ela que assegura a nova cooperação imposta pela nova divisão do trabalho agrícola, porque obrigada a se afeiçoar às exigências do campo, respondendo às suas demandas cada vez mais prementes e dando-lhe respostas cada vez mais imediatas.

Na década de 1980, o município de Chapadão do Sul era basicamente habitado por proprietários rurais e trabalhadores que residiam nas fazendas. No entanto, com a inserção do processo de modernização agrícola, o município recebeu equipamentos técnicos, comércios agrícolas, escolas particulares, escolas de língua estrangeira, agências bancárias e clubes que, no decorrer do tempo, foram ampliados, de forma a possibilitar uma dinâmica de fluidez de informações, mercadorias, serviços e capital que a economia agrícola moderna

necessita. Todas essas mudanças representam o desenrolar do processo de ligação deste “espaço periférico” aos centros econômicos do país, em um tempo menor e de forma facilitada. Dessa forma, a instalação de equipamentos, principalmente os de circulação, comunicação e financeiros ilustram alguns dos passos da inserção do município na economia capitalista globalizada.

A difusão da ciência, da técnica e da informação são marcos da expansão do capitalismo e o município de Chapadão do Sul passa a ser um local de crescente inserção desses elementos, constatados pela instalação da Fundação de Apoio a Pesquisa (incentivando a utilização de sementes melhoradas, maquinários, insumos agrícolas), inovações trazidas por “novos” profissionais da área agropecuária (engenheiros agrônomos, veterinários, administradores, pesquisadores etc), pela educação (instalação de curso superior) e pelos meios modernos de comunicação, entre outros.

Dentre as instituições e empresas que se instalaram em Chapadão do Sul, cabe destacar a instalação da Fundação de Apoio à Pesquisa Agropecuária de Chapadão¹⁶, já referenciada, a implantação de instituições de ensino como a Fachasul¹⁷ (Faculdade de Chapadão do Sul - Campus Júlio Alves Martins) (Figura 14) e a instalação de empresas da área agrícola como a CEVAL¹⁸.

¹⁶ A Fundação Chapadão foi criada em 1997 por produtores rurais dos municípios de Chapadão do Sul e Costa Rica em Mato Grosso do Sul e Chapadão do Céu em Goiás.

¹⁷ A Faculdade teve o início das atividades em 2003, com o curso de Administração de Empresas.

¹⁸ Ceval Alimentos, empresa de armazenagem de grãos foi instalada em 1979. Em 29/9/2000 a Ceval Alimentos foi vendida para a Santista que hoje tem a denominação de Bunge Alimentos S.A.



Figura 14 – Faculdade de Chapadão do Sul (FACHASUL): 2005
 Autor: ROCHA, J.R., 2005.

Em 1996, de acordo com os dados do IBGE (2005), Chapadão do Sul contava com 356 empresas (unidades locais com CNPJ). A atividade com maior número de empresas refere-se, conforme quadro 2, ao comércio (comércio, reparação de veículos, objetos pessoais e domésticos). Esta atividade representava 60,67% dos estabelecimentos. O número de empresas no total cresceu 118% no período entre 1996 e 2002, dentre as relacionadas no quadro abaixo, pode-se perceber que as do ramo imobiliário foram as que mais cresceram, mostrando assim a evolução de pessoas interessadas em instalar-se no município. A infra-estrutura social do município também melhorou, conforme se verifica com o aumento das empresas de saúde e serviços sociais e educação.

Quadro 2 – Chapadão do Sul: empresas, unidades locais com CNPJ segundo atividades, situação em 1996 -2002.

Atividades	1996	2002	% de crescimento
Agricultura, pecuária e silvicultura	14	24	71
Pesca	-	-	-
Indústrias extrativas	-	1	100
Indústrias de transformação	21	43	105
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	1	2	100
Construção	7	12	71
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e Domésticos	216	424	96
Alojamento e alimentação	28	43	53
Transporte, armazenagem e comunicações	19	51	168
Intermediação financeira	4	10	150
Atividades imobiliárias	20	79	295
Administração pública	1	1	-
Educação	4	10	150
Saúde e serviços sociais	5	18	260
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	16	58	263
Total	356	776	118

Fonte: www.ibge.gov.br/cidades@, 2005.

Org.: ROCHA, J.R., 2005.

Com relação à educação¹⁹ (Tabela 10), em 1992 o município tinha 01 escola estadual, com 631 alunos matriculados; 03 escolas rurais, com 301 alunos matriculados. Em 2005 o município conta com 02 escolas estaduais, com 1580 alunos matriculados; 05 escolas rurais, com 171 alunos matriculados; 06 escolas municipais com 2195 alunos matriculados e 03 escolas particulares, com 586 alunos matriculados (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2005).

¹⁹ De acordo com informações obtidas na Secretaria Municipal de Educação (2005), os dados existentes são a partir de 1992.

Tabela 11 - Chapadão do Sul: número de escolas e alunos – 1992-2005

ANOS	ESCOLAS NO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO SUL							
	MUNICIPAIS		RURAIS		ESTADUAIS		PARTICULARES	
	Quantidade	No. Alunos	Quantidade	No. Alunos	Quantidade	No. alunos	Quantidade	No. Alunos
1992	-	-	03	301	01	631	-	-
1993	-	-	03	199	01	600	-	-
1994	02	261	03	187	01	629	-	-
1995	02	295	03	172	01	779	01	120
1996	03	302	04	200	01	875	01	135
1997	03	291	05	232	02	1.088	02	250
1998	05	355	05	212	02	1.059	02	286
1999	05	680	05	202	02	1.120	02	345
2000	06	1050	05	208	02	1.185	03	403
2001	06	1760	05	204	02	1.085	03	456
2002	06	2118	05	211	02	1376	03	560
2003	06	2182	05	220	03	1376	03	560
2004	06	2189	05	169	02	1452	03	520
2005	06	2195	05	171	02	1580	03	586

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (2005).

Org.: ROCHA, J.R.; 2005.

Quanto à saúde, dados de 1990 levantados através da Secretaria de Saúde Municipal, mostram a existência de 02 hospitais, 01 posto de saúde, 01 ambulância e 04 médicos. No ano de 1995, o município contava 02 hospitais, 01 posto de saúde, 02 ambulâncias e 06 médicos. Em 2005, no município existe apenas 01 hospital, resultado da junção, reforma e ampliação dos dois existentes anteriormente, o número de postos de saúde aumentaram para 03, o número de ambulâncias continua sendo 02 e o número de médicos cresceu para 09. Se por um lado esse número de crescimento na área médica não seja muito expressivo, por outro podemos perceber que o número de pacientes atendidos nos postos de saúde praticamente dobrou.

A partir da realidade observada, constata-se que a modernização agrícola desenvolveu-se associada a um processo de expansão urbana. As cidades, em geral, tornaram-se, ao mesmo tempo, o lugar da instalação dos migrantes sulistas que ali chegaram com condição de se inserir na economia como produtor ou aquele que veio na busca de um

emprego no campo, e mesmo aqueles que se deslocaram do meio rural em busca de melhorias nas condições de vida ou ainda em busca da própria condição de sobrevivência. A análise da figura 10 sobre a evolução da população no município de Chapadão do Sul ilustra esta afirmativa. A partir de 1996, há significativa diminuição da população rural.

A produtividade agrícola representou a mola propulsora do crescimento verificado na economia do município. A presença da produção agrícola moderna também pode ser observada no comércio e nos serviços na cidade de Chapadão do Sul. Conforme afirma Santos (1993, p.50), “consumo produtivo rural não se adapta às cidades, mas, ao contrário, as adapta”.

Em função da agricultura moderna foi que as empresas como John Deere, New Holland, Massey Ferguson, Pionner, entre outras tantas, passaram a fazer parte da paisagem urbana de Chapadão do Sul, representando os alicerces da produção econômica do município, incorporando ao cotidiano das pessoas que ali residem. A figura 15 ilustra a empresa New Holland na cidade de Chapadão do Sul.



Figura 15 – Chapadão do Sul (MS): curso ministrado pela empresa New Holland, (jan./2005).
Fonte: Arquivo da Fundação de Apoio à Pesquisa

Entendemos que a lavoura mecanizada, moderna, nos moldes em que foi implantada, especialmente nas áreas de cerrado, exerce um papel urbanizador e gerador de mudanças nas estruturas socioeconômicas urbanas. Outro fator impulsionador da urbanização e da atividade econômica na cidade é a transferência de renda do campo para a cidade, com investimento na compra de outros produtos não diretamente ligados à produção, como automóveis (de luxo), eletro-eletrônicos, artigos de consumo pessoal (vestuário, calçados, perfumaria etc) e investimento em construções de alto padrão arquitetônico, considerado no contexto geral da cidade e ainda no consumo da educação (escolas particulares, escolas de língua estrangeira), da cultura e entretenimento (viagens, livros, Internet), entre outros. Ferreira (1987) afirma que

o fato do novo produtor rural ser de uma classe social diferente dos antigos pequenos produtores, leva a que ele resida na cidade mais equipada, próxima às suas terras. Essa nova classe possivelmente média e média alta é mercado para comércio mais diversificado e serviços urbanos, além da demanda por moradia que dinamiza a construção civil. (FERREIRA, 1987, p. 21).

Concluindo, podemos dizer que a cidade de Chapadão do Sul está equipada para atender as demandas geradas pela produção agrícola moderna. Sua paisagem expressa as contradições do desenvolvimento econômico do município, bem como das políticas adotadas para a promoção do desenvolvimento da região e do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou-se identificar as transformações ocorridas na estrutura produtiva agrícola no município de Chapadão do Sul, localizado na região do Bósão sul matogrossense.

O município de Chapadão do Sul foi colonizado cuidadosamente, por colonos advindos do sul do país, graças às políticas públicas e projetos implantados pelo Estado para promover o seu desenvolvimento econômico. Instalaram-se aí, grandes fazendas, trazendo consigo modernas técnicas para implantarem no processo de produção agrícola.

Dessa forma, a região foi escolhida por estes empresários pela sua localização geográfica, pelos seus aspectos físicos e pelos baixos preços de terras que, em conjunto, foram fatores determinantes para atividades de agricultura mecanizada e irrigada.

A junção de todos esses fatores possibilitou a consolidação da modernização agrícola no município, graças aos investimentos aplicados em tecnologias avançadas. Na maioria das propriedades esse processo altamente sofisticado ocorre desde a preparação do solo ao escoamento da produção.

Identificamos que neste município a chegada dos agricultores advindos da região Sul do país, juntamente com as novas técnicas e os altos investimentos de capital influenciou para o aumento gradativo da produção de grãos, principalmente a cultura da soja, milho, algodão, girassol e milheto, estabelecendo uma nova dimensão para os diversos setores de serviços e comércio.

Esses agricultores que se instalaram na região vieram em busca de novas terras produtivas e como a região possuía uma imensa área de cerrados, com topografia plana,

propícia ao desenvolvimento da agricultura moderna, ali se instalaram e aplicaram todos os seus conhecimentos e força de trabalho para torná-la grande produtora de grãos.

A incorporação de novas tecnologias químicas, mecânicas e biológicas interferiu nos diversos setores de atividades desenvolvidas no município provocando uma reformulação na economia regional.

Diante desse processo de modernização, percebe-se no município o grande aumento das áreas cultivadas, a modernização da frota rural e a diversificação de produtos cultivados, levando-o a ser reconhecido como um grande pólo agroindustrial moderno.

A produção agrícola, especialmente o plantio da soja, foi sem dúvida o carro chefe das transformações ocorridas no município, tornando-o nacionalmente conhecido pela produção de grãos.

A adoção de tecnologias modernas promove novas relações entre o produtor e a terra a ser cultivada. Houve um redirecionamento na pauta de produtos e na utilização das terras, refletindo diretamente no preço da mesma, nas relações de trabalho e de produção.

No município de Chapadão do Sul, o avanço da modernização nas propriedades agrícolas substituiu, em grande parte, a mão-de-obra humana desqualificada por profissionais qualificados, oriundos das regiões de onde vieram os migrantes.

A cultura do município é predominantemente formada por hábitos culturais e costumes oriundos dos habitantes da Região Sul. É muito comum no município as festas de tradição gaúcha, comidas e músicas típicas. Com isto, a cultura sul-matogrossense ficou em segundo plano, como reflexo da própria história de colonização do município.

A alteração na estrutura fundiária, na produção, tipos de culturas produzidas, relações sociais, relações de trabalho, foram claramente observadas, apontando assim a

reorganização da estrutura produtiva, a partir das mudanças na base técnica da produção agrícola.

Assim, constatamos que o município de Chapadão do Sul foi instalado em função da produção agrícola de soja. Pode-se dizer que ele foi criado e direcionado para atender as demandas da agricultura moderna.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, R. C. Estado e modernização desigual na Agricultura. In: _____. **Abrindo o pacote tecnológico: Estado e pesquisa agropecuária no Brasil**. São Paulo: Polis; Brasília: CNPq, 1986. seg. parte. p. 56-110.
- ALVARENGA, C.R. **A verdadeira história de Cassilândia**. Campo Grande: Gráfica e Papelaria Brasília Ltda, 1986.
- ALVES, E. ; CONTINI, E. **A modernização da agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA, 1992.
- AMORIM, W.M. O amarelo da soja invade o cerrado. In: PEREIRA, S. L. (Org.). **O agronegócio nas terras de Goiás**. Uberlândia: Editora da UFU, 2003.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. Rio de Janeiro: IBGE, v. 44, 1983; v.48, 1988; v. 53, 1993; v. 57, 1997.
- A Saga do Comendador Júlio Martins. **Planeta cidades**, Cuiabá, n. 7, p.03-09, dez. 1999.
- BECKER, B. K.; EGLER, C.A.G. A emergência do Brasil como potência regional na economia – mundo. In: _____. **Brasil: uma nova potência regional na economia do mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993. p. 123-168.
- BERTRAND, J. P.; LAURENT, C.; LECLERQ, V. A soja, nova glória da agricultura brasileira. In: _____. **O mundo da soja**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: HUCITEC, 1987. Terceira parte. Cap. II. p. 90-97.
- BONELLI, R.; PESSOA, E. de P. **O papel do Estado a pesquisa agrícola brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. (Texto para Discussão, 576).
- BRUM, A.J. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Petrópolis: Vozes; Ijuí: FIDENE, 1987.
- CAIXETA FILHO, J.V. et. al. **Competitividade no agribusiness: a questão do transporte em um complexo logístico**. São Paulo: USP/Esalq, 1998. (mimeo).
- CASTRO, A.C; FONSECA, M.G.D. **A dinâmica agroindustrial do Centro Oeste**. Brasília: IPEA, 1995.
- CASTRO, A. C. et al. **Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira: síntese das transformações**. Brasília: BINAGRI, 1979.
- CAVALINI, M.B. **A conquista do capital: as transformações no espaço rural de conquista**. 140 f. Dissertação (Mestrado em Organização do Espaço) – UNESP, Rio Claro, 1988.
- CORRÊA, W.K. **Transformações sócio-espaciais no município de Tijucas (SC): o papel do grupo Usati-Portobello**. 213 f. Tese (Doutorado em Organização do Espaço) - UNESP, Rio Claro, 1996.

CUNHA, E. **Contrastes e Confrontos**. Rio de Janeiro: Record, 1975.

CUNHA, A.; MUELLER, C. A questão da produção e do abastecimento alimentar no Brasil: diagnóstico regional – Região Centro-Oeste. In: AGUIAR, M.N. (Org.). **A questão da produção e do abastecimento alimentar no Brasil**. Brasília: SEPLAN/IPEA/IPLAN, 1988, p. 237-329.

CUNHA, M. Trinta anos de Júlio Martins no Chapadão. **Nossa Opinião**, Aparecida do Taboado. n. 14, p. 14-21, mar.2002.

DALLAQUA, L.J. **Análise da produção de grãos agrícolas na região de influência da ferrovia Ferronorte**: mudanças estruturais e inovações tecnológicas. 117 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2002.

DELGADO, G. da C. Caracterização geral do desenvolvimento recente da agricultura. In: _____. **Capital Financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Ícone; Campinas: UNICAMP, 1985. Cap. 1. p. 19-49 (Sub-item: Transformações na base técnica da agricultura e constituição do complexo agroindustrial – CAI, p. 33-43).

_____. Capital e política agrária no Brasil: 1930-1980. In: SZMRECZÁNYI, T.; SUZIGAN, W. (Org.). **História econômica do Brasil contemporâneo**. São Paulo: HUCITEC, 1997. p. 209-263.

_____. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, n.43, p.157-172, set/dez.2001.

EMBRAPA AGROPECUÁRIA OESTE (Dourados, MS). Algodão: informações técnicas. Dourados: Embrapa Agropecuária Oeste/Embrapa Algodão, 1998. 267p. (Embrapa Agropecuária Oeste. Circular Técnica, 7).

EMBRAPA AGROPECUÁRIA OESTE (Dourados, MS). Algodão: tecnologia de produção. Dourados, 2001. 296p.

EMBRAPA. <http://www.cpac.embrapa.br>. Acesso em março, 2005.

FERNANDES FILHO, J. F.; FRANCIS, D.G. **A produção agrícola familiar e a sua sustentabilidade nos cerrados**. Uberlândia: Relatório de Pesquisa, 1997.

FERREIRA, I. C. B. Expansão da fronteira agrícola e urbanização. In: LAVINAS, L. (Org.). **A urbanização da fronteira**. v. II, n. 5, Rio de Janeiro : PUBLIPUR, p. 03-26, 1987.

FERREIRA, D. F. **Análises das transformações recentes na atividade agrícola da Região Sudoeste de Goiás: 1970/ 1995-6**. 145 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2001.

FERRONORTE. **Atualização dos estudos de mercado e de transporte**. São Paulo, nov. 1995. (mimeo).

FERRONORTE. **Atualização dos estudos de mercado e de transporte**. São Paulo, 1997.

FRANÇA JÚNIOR, F.R. **Soja**: introdução à comercialização. Curitiba: Safras & Mercado, 1984.

FRANCO, J. B. S. O papel da Embrapa nas transformações do Cerrado. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v.2, n.3, p. 31-40, mar.2001.

FREIGHT CONSULTORIA E PROJETOS. **Seminário sobre expansão e transporte da produção de soja e milho do Centro Oeste**, 1., São Paulo. 1999. (mimeo)

FURTADO, C. A estrutura agrária no subdesenvolvimento brasileiro. In: _____. **Análise do modelo brasileiro**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973, p. 91-122.

FURTADO, R. Volta aos trilhos. **Globo Rural**, Rio de Janeiro, n. 162, p. 65-68, abr. 1999.

_____. Chapadão espacial: cidade espera decolar com a ferrovia. **Globo Rural**, Rio de Janeiro, n. 164, p. 40-41, jun. 1999.

GALVÃO, O. J. A. Comércio interestadual por vias internas e integração regional no Brasil: 1943-69. **Revista Brasileira de Economia**, São Paulo, v. 53, n.4, p. 523-558, out./dez.1999.

GIANNOTTI, U. C. **Chapadão do Céu**: modernização da agricultura no sudoeste goiano (estudo de caso). 163 f. Dissertação (Mestrado em História da Sociedade) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999.

GOLDIM, I. ; REZENDE, G.C. de. **A agricultura brasileira na década de 80**: crescimento numa economia em crise. Rio de Janeiro: IPEA, 1993.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil**: política agrícola e modernização brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1997.

GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e ecologia**: crítica da moderna agricultura. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GRAZIANO DA SILVA, J. (Coord.). **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

_____. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP/IE, 1996.

HAESBAERT, R. (Org.) **Globalização e fragmentação do mundo contemporâneo**. Niterói: EDUFF, 1998.

HEES, D. R. et al. A evolução da agricultura na região Centro-Oeste, na década de 70. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 198-199. 1987.

HOFFMANN, R. Evolução da desigualdade da distribuição da posse da terra no Brasil no período 1960-80. **Reforma Agrária**, Campinas/SP, v. 12, n.6, 1982.

IBGE (MS) – Censo Agropecuário – 1995/6. Produção Agrícola Municipal – 1990, 2000 a 2003. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>, 2004>. Acesso em dez.2004.

_____. Censo Demográfico – 1991, 1996, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 de jan., 2005.

_____. <www.ibge.gov.br/cidades@, 2005>. Acesso em: mar., 2005.

KAGEYAMA, A., BUAINAIN, M.A., REYDON, P.B. et. al. **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais**. Brasília: IPEA, 1987.

KAGEYAMA, A. (Coord.). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. da C., GASQUES, J. G; VERDE, C.M.V. (Org). **Agricultura e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, 1990. p. 113-220.

KARG, F. **A origem da FERRONORTE**. São Paulo, 2001. (mimeo).

LAVINAS, L.; RIBEIRO, L.C. de Q. **Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar: Fundação Universitária José Bonifácio, 1991.

LEAL, H.B. **Cassilândia a princesa do vale do Aporé: sua história e sua gente**. Campo Grande: Morena Gráfica e Editora – Santos & Faria Ltda. 2001.

LORENZON, A. M. L. **Chapadão do Sul: os pioneiros**. Chapadão do Sul: Gráfica e Editora Art Graf, 2003.

MARQUES R.W.C.; CAIXETA FILHO, J.V. Ferronorte e transporte de grãos. **Preços agrícolas**, Piracicaba, v. 12, n. 140, p. 12-17, jun. 1998.

MARTIN, A. R. **Fronteiras e nações**. São Paulo: Contexto. 1994.

MARTINE, G. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília; n. 3, p. 3-44, jun. 1990.

MARTINS, Comandante Júlio Alves. **Bandeirante do Brasil Presente**. Instituto Brasileiro de Educação e Cultura Municipalista, 1999.

MARTINS, J. de S. **A militarização da questão agrária no Brasil: terra e poder: o problema da terra na crise política**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MARTINS, S. M. M. **A cidade “sem infância” no universo pioneiro de Chapadão do Sul (MS)**. 215 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

MELO, N.A . **Interação campo-cidade: a (re) organização sócio-espacial de Jataí no período de 1970 a 2000.** 179 f. Dissertação (Mestrado em Análise e Planejamento Sócioambiental) – Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, 2003.

MESQUITA, O. V. A inserção do Centro Oeste no processo de mudança da agricultura brasileira. In: IBGE. **Geografia do Brasil: Região Centro-Oeste.** Rio de Janeiro: FIBGE, 1988. p. 149-170. v.1

_____. Agricultura. In: IBGE. **Geografia do Brasil: Região Centro-Oeste.** Rio de Janeiro: IBGE, 1989. p. 156-157. v.1.

MIRANDA NETO, M. J. **Os lucros da fome: o mito da escassez de alimentos.** Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1985.

MULLER, C.C. Políticas governamentais e a expansão recente da agropecuária no Centro Oeste. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n . 3, p.2, jun. 1990.

MULLER, G. **O complexo Agroindustrial.** São Paulo: HUCITEC; FGV, 1981.

OLIVEIRA, A . U. de. Agricultura Brasileira: transformações recentes. In: ROSS, Jurandyr L. S. (Org.). **Geografia do Brasil.** 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1998. p. 465-534 .

PADIS, P.C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná.** São Paulo: HUCITEC, 1981.

PEREIRA, S. L. (Org.). **O agronegócio nas terras de Goiás.** Uberlândia: EDUFU, 2003.

PESSÔA, V.L.S. **Ação do Estado e as transformações no espaço agrário das zonas de Paracatu e Alto Paranaíba - MG.** 239 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geografia e Ciências Exatas. Rio Claro – SP, 1988.

PESSÔA, V.L.S.; SILVA P. J.da. **O café e a soja na (re) organização do espaço do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.** Uberlândia, 1999. Relatório apresentado ao CNPq.

PINTO, L.C. G. **Notas sobre política de crédito rural.** Campinas: DEPE/IFCH/UNICAMP, 1981. 28 p.

REVISTA FERROVIÁRIA. São Paulo: FERRONORTE, v. 58, ago.1997. Suplemento

REVISTA FERROVIÁRIA. São Paulo: FERRONORTE, v. 59, nov.1998.

RIBEIRO, D. D. **Modernização da agricultura e (re) organização do espaço no município de Jataí – GO.** 96 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

RIBEIRO, I. de O . O modelo de modernização da agricultura brasileira. In: **Agricultura, democracia e socialismo.** Organização de Carlos N. Coutinho e Maria Beatriz de A . David. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.89-106.

SANTOS, M. **Urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

TREDEZINI, C. A. O. **Desenvolvimento econômico e meio ambiente**: estudo dos efeitos do desenvolvimento econômico e suas implicações ao meio ambiente a partir dos anos setenta. O exemplo de São Gabriel do Oeste-MS. 250 f. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2000.

WAIBEL, L. **Capítulos de Geografia tropical e do Brasil**. 2^a. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

WWFBrasil. **Expansão agrícola e perda da biodiversidade do cerrado**: origens históricas e o papel do comércio internacional. Brasília: WWFBrasil – série técnica, v. VII, nov. de 2000.

www.brasilferrovias.com.br, 2004. Acesso em: jul., 2004.

www.brasilferrovias.com.br, 2005. Acesso em: jun., 2005.

www.cnpa.embrapa.br, 2004. Acesso em: jul., 2004.

www.cnpso.embrapa.br, 2004. Acesso em: jul., 2004.

www.embrapa.br, 2004. Acesso em: dez., 2004.

www.famasul.com.br, 2005. Acesso em: jun., 2005.

www.ferronorte.gov.br, 2004. Acesso em: jul., 2004.

www.mnp.org.br, 2005. Acesso em: mar., 2005.

www.massey.com.br, 2005. Acesso em: mar., 2005.

www.rmtonline, 2005. Acesso em 13, mai., 2005.

www2.uniderp.br/atlas/lista. Acesso em: jun., 2005.

ANEXO A – Roteiro de entrevista – proprietários rurais

Elaboração: Jonas Romão da Rocha

Data: __/__/05.

Universidade Federal de Uberlândia – UFU – Programa de Pós-Graduação em Geografia/ Mestrado/Doutorado.

Projeto de Pesquisa: A modernização da agricultura no Chapadão do Sul (MS): transformações sociais no pós 1980.

A . Identificação:

1. Nome: _____
2. Nome da propriedade: _____
3. Área: _____
4. Município: _____

B . Dados sobre o proprietário

1. Origem: _____
2. Qual (is) motivo(s) que lhe trouxe(ram) para a região?

3. Teve algum benefício por parte do Estado?

() não

() sim, qual(is)? _____

4. Exerce outra atividade não relacionada à agricultura?

() não

() sim, qual(is)? _____

5. Possui outra(s) propriedade(s) rural(is)?

() não

() sim. Onde? _____

Área total? _____

Tipo de cultivo? _____

6. O proprietário é associado de algum (a):

a) cooperativa () sim Qual? _____ () não
Por que? _____

b) sindicato () sim Qual ? _____
() não Por quê? _____

c) fundação () sim Qual? _____
() não Por quê? _____

7. O proprietário utiliza de recursos para financiamento da produção e equipamentos? Como são obtidos esses recursos?

8. Como o senhor avalia os projetos dos governos (federal e estadual) para a agricultura?

C. Dados sobre a propriedade/produção:

1. Principal atividade econômica: _____
2. Área: _____
3. Outros produtos cultivados:
 - a) _____ área: _____ produtividade: _____
 - b) _____ área: _____ produtividade: _____
 - c) _____ área: _____ produtividade: _____
 - d) _____ área: _____ produtividade: _____

4. De que forma é feita a comercialização da produção?

5. Qual o tipo e quantidade de máquinas e equipamentos utilizados em sua propriedade?

6. Quais os insumos utilizados?

- () adubos () sementes
 () calcário () defensivos
 () outro (s), qual (is)? _____

7. O proprietário tem utilizado técnicas para o melhoramento da produção? Quais?

8. Como é feita a assistência técnica da propriedade?

9. Quais os reflexos verificados no município a partir da chegada da soja?

10. Qual (is) os benefícios da Fundação de Apoio a Pesquisa Agropecuária de Chapadão para a agricultura local?

11. A instalação do terminal da FERRONORTE no município trouxe benefícios para a agricultura?

- () sim Qual (is)? _____
 () não Por que? _____

C – Dados sobre a mão-de-obra

1. Qual o tipo de mão-de-obra utilizada?

1.1. Familiar () Quantos? _____

1.2. Permanente () Quantos? _____

a) Como é feito o pagamento? _____

b) Qual o valor? _____

c) Há carteira assinada? _____

d) Qual (is) o(s) tipo(s) de serviço(s) executado(s)?

e) Qual a origem desse(s) trabalhador(es) ?

f) Nível de escolaridade : _____

1.3. Assalariada temporária () Quantos? _____

a) Em que período? _____

b) Como é feito o pagamento?

b.1. diário () Valor: _____

b.2. semanal () Valor: _____

b.3. mensal () Valor: _____

c) Qual a forma de contrato utilizada com o assalariado temporário?

c.1. por escrito () Há carteira assinada () sim
() não Por que? _____

c.2. verbalmente ()

d) Qual (is) o(s) tipo(s) de serviço(s) executado(s)? _____

e) Qual a origem desses trabalhadores?

f) Nível de escolaridade: _____

1.4. Com relação aos demais funcionários da propriedade:

ATIVIDADE	Origem do funcionário	Salário	Nível de escolaridade

D. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES
